Navigator

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de história e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.

As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMANDO DA MARINHA

Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante de Esquadra Eduardo Monteiro Lopes

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (Refº-EN) Armando de Senna Bittencourt

Departamento de História

Capitão-Tenente (T) Ricardo dos Santos Guimarães

Departamento de Publicações e Divulgação

Primeiro-Tenente (RM2-T) Luiz Cesário da Silveira do Nascimento

REVISTA NAVIGATOR

www.revistanavigator.com.br

Editora Serviço de Documentação da Marinha
Departamento de Publicações e Divulgação
Ilha das Cobras s/nº – Centro
20091-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492
Tiragem: 1.500 exemplares

Navigator

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

CONSELHO EDITORIAL

VA (Refº-EN) Armando de Senna Bittencourt
CC (T) Carlos André Lopes da Silva
CT (T) Ricardo dos Santos Guimarães
CT (IM) Marcello José Gomes Loureiro
1T (T) Daniel Martins Gusmão
1T (RM2-T) Renato Jorge Paranhos Restier Junior
1T (RM2-T) Fabíola Maria da Silva Chagas

CONSELHO CONSULTIVO

VA (Refº-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. Arno Wehling (IHGB/UGF)
Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)
CMG (RM1-T) Edina Laura C. Nogueira da Gama (IGHMB)
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)
CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB)
Prof. Dr. Gilson Rambelli (UFS)
Prof. Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)
VA (Refº) Helio Leoncio Martins (IHGB/IGHMB)
Gen. (Refº) Jonas de M. Correia Neto (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)
Profª Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)
Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (UNIRIO/UGF)
Cel. (Cav-R) Paulo Dartanham M. de Amorim (IGHMB)
Dr. Petrônio Raimundo G. Muniz (FUNCEB)
CA (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)
Prof. Dr. Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (IHGB)

INDEXADA POR / INDEXED BY

Sumários de Revistas Brasileiras
www.sumarios.org

EQUIPE EDITORIAL

Editor
Capitão-Tenente (IM) Marcello José Gomes Loureiro

Identidade Visual
Edna Costa

Editoração Eletrônica
Aline Bouzon Crespo
Anna Carolina Marinatto de Mello
Felipe dos Santos Motta
Jean Luiz Maia do Nascimento
Raphael Loureiro Braz

Capa
Neir Mourão Rosa

Revisão
Denise Koracakis
Donato Barbosa do Amaral
Mauro da Silva

Revisão em inglês
Capitão-Tenente (T) Adriana de Matos Peixoto Rogerio

Web Designer
Célia Gutierrez

Coordenação de Projeto
1T (RM2-T) Luiz Cesário do Nascimento
1T (RM2-T) Kelly Ibrahim

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.
– n.1(jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.14 (dez. 2011)
Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2011-
v.7: il.; 27cm.
Semestral
ISSN 0100-1248
Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da Marinha em 20 v.
1. Brasil – História Marítima – Periódicos
2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

Sumário

5 **APRESENTAÇÃO**

DOSSIÊ ENGENHARIA MILITAR, GUERRA E REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS NAS AMÉRICAS DOS SÉCULOS XVI A XIX

9 **Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América portuguesa (séc. XVI-XIX)**
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

20 **La Cartografía Española en America durante el siglo XVIII: La actuación de los Ingenieros Militares**
José Omar Moncada Maya

32 **Mercês e cartografia no governo do Império Marítimo Português: o caso de João Teixeira**
Marcello José Gomes Loureiro

46 **Cartografia da Guerra Guaranítica**
Luiz Carlos Tau Golin

59 **A disputa ibérica pelo domínio do Rio Paraguai na segunda metade do século XVIII e a sua representação cartográfica**
Mário Clemente Ferreira

72 **O Barão de Ladário e as cartas manuscritas do Rio Amazonas**
Maria Dulce de Faria
Maria Cristina Leal Feitosa Coelho

ARTIGOS

87 **De Arariboia a Martim Afonso: a metamorfose indígena pela guerra nas águas da Guanabara**
Marcello Felipe Duarte

104 **Visões do paraíso: as expedições de Francisco de Orelhana e Pedro Teixeira na Amazônia**
Pedro Freitas Jardim de Mattos

119 **RESENHA**

Formulação política, processos decisórios e polissinodia na gestão do Império português
Renato Jorge Paranhos Restier Junior
Resenha de LOUREIRO, Marcello José Gomes. A Gestão no Labirinto: Circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705). Rio de Janeiro: Apicuri, 2012

121 **DOCUMENTO**

– Viva El Rei Selur : prospecto em frente de todo o Arcenal
– Plano do Arcenal Real da Marinha do que continha no anno de 1808
– Vista do plano do Arcenal Real da Marinha e seos edefisios antigos e modernos, de 1819

Capa - Combate entre navios portugueses e holandeses

Autor: Carlos Kirovsky

Técnica: aquarela sobre papel de 87cm por 103,5 cm.

Ano: 2006

Batalha Naval de 1640, que ocorreu durante a ocupação de Pernambuco pela Companhia das Índias Ocidentais (1630-1654). Nessa Batalha, as forças navais luso-espanholas comandadas pelo Conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, combateram navios holandeses por quase cinco dias. O objetivo do Conde da Torre era desembarcar tropas em Pernambuco, mas, em função desse combate, teve de desembarcá-las no Rio Grande do Norte. O quadro pertence ao acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

Apresentação

Deslindando a trajetória de engenheiros militares e cartógrafos nas Américas dos séculos XVI a XIX, esta edição da Revista *Navigator* congrega, pela primeira vez, pesquisadores brasileiros, portugueses e um mexicano. Suas refinadas investigações compuseram o Dossiê *Engenharia militar, guerra e representações cartográficas nas Américas dos séculos XVI a XIX*, que apresenta trabalhos de alto nível, referentes à América portuguesa, da região do Rio da Prata ao Amazonas, e também à América de domínio hispânico. A organização do dossiê foi possível, em grande medida, graças às iniciativas do Prof. Dr. Antônio Gilberto Costa, da Universidade Federal de Minas Gerais, que tem se dedicado a organizar relevantes congressos sobre cartografia histórica no Brasil.

O dossiê é aberto sob a análise de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, que oferece uma visão de conjunto sobre a atuação dos engenheiros militares na América portuguesa. Seus resultados podem ser comparados com os de José Omar Moncada Maya, que nos ensina também acerca dos engenheiros militares, de atuação na hispano-América, fundamentais para a construção de fortificações no século XVIII. Em seguida, Marcello José Gomes Loureiro relaciona a economia de mercês, sistema típico da monarquia portuguesa de Antigo Regime, à produção cartográfica de João Teixeira. Luiz Carlos Tau Golin se debruça sobre a produção de uma cartografia e de uma iconografia da Guerra Guaranítica, decorrente dos imbróglios em torno da aplicação de cláusulas do Tratado de Madri. Depois, Mário Clemente Ferreira evidencia analiticamente o modo como ocorreu a ocupação do vale do Rio Paraguai, permeado por tensões e disputas entre as coroas ibéricas. Encerrando o dossiê, Maria Dulce de Faria e Maria Cristina Leal Feitosa Coelho examinam quatro cartas do Rio Amazonas, levantadas pelo Barão de Ladário, entre 1861 e 1866.

Na seção Artigos, Marcello Felipe Duarte discute o enobrecimento de lideranças indígenas na América portuguesa, trazendo à tona novamente a importância do sistema de mercês para as engrenagens da monarquia lusa. Já Pedro Freitas Jardim de Mattos

revisita a tese de Sérgio Buarque de Holanda, por meio das expedições de Francisco de Orelhana e Pedro Teixeira na Amazônia.

Na seção Resenha, Renato Restier percorre os intrincados labirintos da política imperial portuguesa, refeitos por Marcello Loureiro, em sua obra *A Gestão no Labirinto*, publicada em 2012, pela Editora Apicuri.

Em estreito diálogo com o dossiê, publicam-se três imagens do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do início do século XIX.

Beneficiada por contar com a participação de importantes e renomados pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, apresenta-se ao público esta nova edição da *Navigator*, na certeza de que contribui para as discussões e produção da história marítima brasileira. Boa leitura!

CONSELHO EDITORIAL

Dossiê Engenharia militar, guerra e representações cartográficas nas Américas dos séculos XVI a XIX

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

José Omar Moncada Maya

Marcello José Gomes Loureiro

Luiz Carlos Tau Golin

Mário Clemente Ferreira

Maria Dulce de Faria
Maria Cristina Leal Feitosa Coelho

Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América portuguesa (séc. XVI-XIX)

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
É graduada em História pela Universidade de São Paulo (1990) e em Artes Plásticas pela Fundação Armando Álvares Penteado (1988), com doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (2001), onde leciona desde 2002. Suas pesquisas versam sobre História da Urbanização e do Urbanismo no Brasil, Cultura Profissional dos Arquitetos e Engenheiros e História da Cartografia. É autora do livro Desenho e Desígnio: *o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2011.*

RESUMO

Mais de duas centenas de engenheiros militares estavam presentes no Brasil entre os séculos XVI e primeiras décadas do XIX. Sua multifacetada formação permitiu-lhes atuar em campos diversos como a arquitetura militar, civil e religiosa, em obras públicas de infraestrutura (cais, pontes, calçadas, portos, obras hidráulicas) e no mapeamento do território. Práticos e teóricos ao mesmo tempo, trata-se dos profissionais da construção mais eruditos num Brasil pouco urbanizado. O invejável legado cartográfico dos engenheiros militares, hoje, permite caracterizar a obra e o papel estratégico que cumpriram em cenários coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Engenheiros militares; Cartografia; América portuguesa; séculos XVI-XIX

ABSTRACT

More than two hundred military engineers were present in Brazil between the sixteenth and the early decades of the nineteenth. Their multifaceted training allowed them to work in fields as diverse as military civil and religious architecture, public works infrastructure (docks, bridges, sidewalks, waterworks) and mapping the territory. Theoretical and practical at the same time, these are the most knowledgeable construction professionals in a poorly urbanized Brazil. The enviable cartographic legacy of military engineers, today, enables to characterize the work and the strategic role accomplished in colonial settings.

KEYWORDS: Military Engineers; Cartography; Portuguese America, XVI-XIX Centuries

I – A MULTIFACETADA ATUAÇÃO

Com as mãos sujas de cal e de tinta, foram inventariados 247 engenheiros militares atuantes no Brasil no período colonial. Sua produção cartográfica, hoje bastante divulgada, representa suas ações e desafios enfrentados. Braço direito das coroas europeias, estes homens estiveram envolvidos com o grosso das obras públicas oficiais (militares, civis e religiosas), contrariando o perfil especializado dos engenheiros contemporâneos. Não se

limitaram à construção de sistemas de fortificação, ao contrário, num contexto de indefinição das profissões em moldes atuais, foram homens polivalentes, que atuaram em campos diversos, cuidando de fazer igrejas, palácios de governadores, casas de câmara e cadeia, alfândegas, aljubes, hospitais, quartéis, casas de pólvora, além de projetar estradas, pontes, cais, aterros, portos, chafarizes, fontes, aquedutos e hortos botânicos. O mapeamento do território e o projeto de cidades e vilas, envolvendo expedições de adentramento nas entranhas do sertão, roubaram-lhes boa parte do tempo a partir do século XVIII, legando-nos material primoroso sobre o processo de devassamento e produção do território que hoje chamamos de Brasil.

Imaginar esses técnicos em campo é algo que vai muito além da imaginação atual.

II – COM AS MÃOS SUJAS DE CAL E DE TINTA

Retomemos a frase inicial – *com as mãos sujas de cal e de tinta*. A expressão não é minha, mas do professor Rafael Moreira. Certa vez, me disse o mestre que estudar os engenheiros tinha lá sua vantagem, pois nos permitia conhecer sítios de rara beleza onde foram implantados com sabedoria fortificações e cidades. Mazagão, Luanda, Moçambique, Sofala, Mombaça, Diu, Damão, Baçaim, Goa, Cochim, Malaca, Macau, Salvador e Macapá são apenas alguns dos muitos exemplos. Mas, para além da apologia sem crítica é preciso situar o personagem e a obra.

As mãos sujas de cal e de tinta representam um perfil profissional que jamais se limitou ao gabinete, orquestrando os canteiros de obras de perto, melando as botas de lama durante as incursões de campo que precediam a elaboração de qualquer projeto ou mapa. Como já escrevi diversas vezes, e não cabe aqui repetir, desde os tempos dos primeiros engenheiros italianos como Francesco di Giorgio Martini e Mariano Taccola, a formação envolvia um conceito de desenho cuja obra projetada o era em constante diálogo com o sítio. Daí as soluções arquitetônicas e urbanísticas amalgamadas à paisagem, tendendo à máxima regularidade possível sem se limitar aos modelos geométricos ideais, com "juízo" e "engenho" aclimatadas aos mais variados contextos. O nome "engenheiro" vem daí. A formação nesta "arte", desde o século XV nas Cortes italianas e no século XVI em Portugal, envolveu "ciência" (doutrina) e "fábrica" (construção), mesclando conhecimentos eruditos das artes liberais – Aritmética, Geometria (elementar e prática), Desenho, "razão dos céus" (astronomia e astrologia), Letras (Gramática e Retórica), Filosofia, Direito e Medicina –, a práticas do cotidiano dos canteiros de obras que permitiam empiricamente verificar a qualidade, propriedade e capacidade estrutural dos materiais como cal, areia, terra, pedra e madeira. Projetar obras e orquestrar mestres dos diversos ofícios e peões exigia, portanto, um diálogo permanente entre canteiro e escritório.

O desenho como instrumento de raciocínio e síntese esteve na base da ascensão da Arquitetura ao contexto das Artes Liberais, tendo Leon Batista Alberti – *De re aedificatoria* (1452) – como principal mentor. Esta ferramenta de trabalho permitiu que um conceito de edificação ("ideia"), mentalmente arquitetado *a priori*, fosse representado graficamente, resultando numa construção situada no lugar mais adequado e edificada proporcionadamente e firme, com orçamento viável às condições financeiras do comitente. Os projetos, uma vez aprovados pelos superiores hierárquicos, orientavam o trabalho dos mestres dos mais variados ofícios, fundamentando a arrematação de cada uma das partes da obra e permitindo supervisionar-lhes o andamento. Ao mesmo tempo, estas folhas de papel atreladas a ofícios manuscritos permitiam alinhavar conversas de longa distância, num Império de proporções planetárias cuja gestão emanava de Lisboa.

A feitura de mapas topográficos, corográficos e geográficos impunha, igualmente, o desafio de sujar as botas de lama e as mãos de tinta. Trabalho de equipe, os levantamentos de campo envolviam instrumental próprio, mapas anteriores (se existentes) e apoio de "picadores de mato", indígenas e práticos afeitos aos

sertões. Por sua vez, no gabinete, passar a limpo os "borrões" (esboços), recodificá-los e aquarelá-los exigiam um trabalho paciente e solitário, em meio a lápis, réguas, esquadros, compassos, miolo de pão, cola de Inglaterra, tinta da China, pigmentos, godês e pincéis, dispostos sobre uma mesa grande, com sarrafo, bem posicionada junto de uma janela convenientemente iluminada. Os desenhos fascinam pela beleza e riqueza de informações. A despeito dos seus apelos estéticos, eram artefatos pragmáticos, produtos e vetores de políticas de territorialização de estados europeus em expansão. Junto de ofícios intermediaram diálogos, *in loco* ou à distância, entre o Reino e os mais recônditos rincões de presença lusitana em solos ultramarinos. Lógicas semelhantes são visíveis nos demais estados dinásticos em formação, sendo fundamental para as Cortes europeias o investimento nessas criaturas, cujas habilidades estratégicas garantiam a sobrevivência dos seus Impérios.

Observam-se descaminhos entre projeto e obra ou entre mapa e realidade, certamente, muitos croquis intermediaram estes diálogos e desapareceram nos canteiros e gabinetes. Os milhares de desenhos sobreviventes encontram-se nos arquivos de instituições oficiais, porque a elas se destinaram estes planos e mapas. Nos países ibéricos, trata-se de uma documentação manuscrita e sigilosa, assunto de Estado, jamais merecendo divulgação impressa em larga escala. Seja como for, as edificações assinadas por engenheiros (militares, civis ou religiosas) destacam-se por um traço comum: racionalidade construtiva e economia de meios, atrelada à adesão incondicional a uma estética austera, de linhas sóbrias e classicizantes, mesmo em tempos do Barroco e do Rococó. Os mapas, por sua vez, tendem a uma progressiva padronização, do naturalismo a mais absoluta abstração.

III – OS MAIS VARIADOS CONTEXTOS: ONDE, QUANDO, QUANTOS E POR QUÊ?

Esta capacidade de adaptação, decorrente de uma formação pragmática que mesclava "ciência", "fábrica" e "engenho", fez desses profissionais homens estratégicos, caros e disputados, atuando em todas as partes do Império luso onde foram necessários – Portugal, Madeira, Açores, Norte da África (Marrocos – Agadir, Larache, Arzila, Azamor, Torres de Alcalá, Cabo Bojador, Ceuta, Mogador, Graciosa, Mazagão, Alcácer Quibir, Alcácer Ceguer, Mamora, Meça, Meccó, Meknès, Safim, Salé, Seinal, Aguz, Tânger, etc.), Golfo Pérsico e Mar Vermelho (Ormuz, Mascate, Calaiate, Curiate, Shiraz, etc.), África Subsaariana (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Golfo da Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique), África Oriental e Etiópia, Ásia (Norte da Índia, Goa, Índia Meridional, Sri Lanka, Bengala, Malaca, Macau, Nagasaki), Oceania (Timor, Molucas) e América do Sul (Brasil e Colônia do Sacramento).

Assim como no caso espanhol, verifica-se uma dependência da contratação de estrangeiros, especialmente provenientes das Cortes italianas, nos séculos XVI e XVII, e uma certa autonomia a partir do século XVIII, malgrado os referenciais teóricos continuassem sendo importados.

A partir do século XVII, principalmente durante a União das Coroas Ibéricas e logo após o seu fim, nota-se uma política progressiva de implantação de "Aulas Régias"[1] ou "Academias Militares" tanto no Reino como nas conquistas ultramarinas para formar quadros técnicos nacionais.

[1] Além da *Escola de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira*, existente desde os tempos de Dom Sebastião e interrompida por ocasião da União das Coroas , havia a *Aula de Esfera* do Colégio de Santo Antão e, a partir de 1641 e 1647 a *Aula de Fortificação e Arquitectura Militar* encabeçada pelo engenheiro Luis Serrão Pimentel. Para as conquistas verifica-se um programa de ação a partir de 1699, com aulas criadas no Rio de Janeiro, São Luís do Maranhão, Goa e Angola. Não foram as primeiras, já que se observa a presença de lições intermitentes em Salvador desde 1696 e mesmo no Rio de Janeiro, desde 1697-8. Logo se seguiram outras no Recife, em 1701, e Belém, em 1752. O Reino também foi contemplado com a mesma política, datando dessa época as "Aulas Régias" de Viana do Castelo (1701 – Minho), Almeida (1732 – Beira), Elvas (1732 – Alentejo) e Tavira (Algarve), todas elas destinadas tanto a partidistas (bolsistas) como aos civis interessados na matéria. Praticamente todas as capitais provinciais foram contempladas, o mesmo podendo ser constatado no lado espanhol.

Traduzir a principal literatura e lecioná-la em língua vernácula aos membros da estrutura do Exército com especial talento para tanto tornou-se uma obsessão em todas as cortes europeias, pioneiramente em Portugal e Espanha. Em ambos os lados, em paralelo às ações oficiais, os jesuítas também se envolveram na formação desse tipo de profissional, habilitando-os simultaneamente a projetar, construir e mapear edifícios, cidades e territórios. Pelas aulas circulou a mais moderna literatura sobre arquitetura civil, militar, geometria e desenho, num afã de atualização pragmática, fundamental para a manutenção desses Impérios. Eu não saberia dizer quantos atuaram regionalmente, mas grosso modo, por reinado, é possível identificar um número crescente de engenheiros militares enviados ao Brasil.

1521-1528 Dom João III - Dom Sebastião	1580-1640 União das Coroas Ibéricas	1640-1656 Dom João IV
4	10	7
1656-1667 Dom Afonso IV	1667-1706 Dom Pedro II	1706-1750 Dom João V
2	19	32
1750-1777 Dom José I	1777-1816 Dona Maria I	1816-1822 Dom João VI
79	72	22
Total	247	

Malgrado aqui tenham atuado cerca de 247 engenheiros militares, este número foi sempre muito inferior à demanda, obrigando-os a se deslocar continuamente de um lugar a outro. Em geral, nota-se certa especialização regional, alguns trabalhando especialmente nas regiões Sul e Sudeste e, outros, nas regiões Nordeste e Norte. Mesmo nas capitais regionais, em cidades reais como Rio de Janeiro e Salvador, havia constantes queixas sobre a falta de engenheiros, obrigando os governadores das capitanias e os ouvidores a se incumbirem por vezes da feitura de projetos arquitetônicos e mapas. São célebres os projetos e mapas do Governador da Capitania de São Paulo Morgado de Mateus e do Ouvidor da Comarca de Porto Seguro, cuja formação militar e fidalga incluía rudimentos de geometria elementar e prática, desenho e a construção de edificações e cidades.

Embora não saibamos quantos atuaram no Reino, nas Ilhas Atlânticas, na África, no Oriente e no Extremo Oriente, pode-se dizer que foram enviados, sempre que disponíveis, para todas as partes estratégicas cuja sobrevivência lusitana estava ameaçada. Circulavam muito, por vezes, atuando em mais de uma zona do Império. Esse é o caso, por exemplo, de José Antônio Caldas, natural de Salvador, formado na *Academia Militar* local, mais tarde seu professor e principal engenheiro da capitania, enviado para expedições tanto no Espírito Santo como em São Tomé e Príncipe na África. Os engenheiros destinados às conquistas ultramarinas eram obrigados a enviar relatórios e elaborar projetos de obras civis, militares e religiosas para as praças militares, vilas e cidades, inventariando recursos naturais e humanos, apontando as obras novas necessárias e aquelas a remediar, com os respectivos orçamentos.

VI – ONDE ENCONTRAR PLANOS E MAPAS?

Os desenhos destinavam-se sobretudo ao Conselho de Guerra e ao Conselho Ultramarino, ambos criados em 1640 após a restauração do trono português, hoje, correspondendo respectivamente às coleções da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Igualmente, a massa dos desenhos castelhanos destinava-se ao Conselho de Guerra (*Archivo General de Simancas*) e ao Conselho de Índias (*Archivo General de Indias*, Sevilha).

Somam-se a estas coleções de maior grandeza outras não menos importantes, em bibliotecas, acervos públicos e privados, estes últimos em geral relacionados a antigos membros da administração régia:

Brasil

Arquivo Histórico do Exército, RJ
Arquivo e Mapoteca do Itamarati, RJ
Arquivo Nacional, RJ
Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP

Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Instituto de Estudos Brasileiros da USP
Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ
Servico de Documentação Geral da Marinha, RJ

Portugal

Academia Real de Ciências de Lisboa
Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
Biblioteca da Ajuda, Lisboa
Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra
Biblioteca Nacional, Lisboa
Biblioteca Pública de Évora
Biblioteca Pública Municipal do Porto
Casa da Insua, Castendo
Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, da Direcção dos Serviços de Engenharia, Lisboa
Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa
Museu da Cidade, Lisboa
Sociedade de Geografia de Lisboa

VII – FORMAÇÃO E PRÁTICA: ALGUMAS INFLEXÕES

A formação e a prática profissionais não foram homogêneas entre os séculos XVI e primeiras décadas do XIX. O engenheiro quinhentista é muito diverso do setecentista. Grosso modo, pode-se dizer que novas necessidades impuseram a ampliação do escopo de conteúdos. O engenheiro do século XVI estava mais relacionado às obras militares; o do século XVIII tornou-se cada vez mais enciclopédico.

Nas "Aulas Régias" ou "lições" de teoria dos primeiros tempos ensinava-se a projetar edificações e proceder aos levantamentos topográficos necessários, mas observa-se a introdução de matéria específica para o desenho de mapas geográficos somente a partir do início do século XVIII[2], por ocasião do levantamento, da demarcação e negociação dos limites do território do Reino e das conquistas ultramarinas.

Em 1772, a introdução do ensino das ciências na Universidade de Coimbra pela reforma pombalina[3] marcou outro momento de viragem, com consequências importantes para a formação dos engenheiros militares. Nota-se a laicização do ensino e a ampliação do corpus disciplinar em moldes enciclopédicos e iluministas, abarcando novas searas do conhecimento. *O Real Gabinete de Física da Faculdade de Filosofia* abrigou a mais completa coleção europeia de instrumentos científicos da época, contribuindo para a disseminação dos conhecimentos de Mecânica, Estática, Dinâmica, Hidráulica, Hidrostática, Ótica, Dióptica e outras partes que compõem o corpo das ciências físico-matemáticas. O ensino da História Natural e da Química foi introduzido pelo professor Domingos Vandelli na Universidade de Coimbra, encarregado de dirigir os trabalhos de criação de um Jardim Botânico ali e no Palácio da Ajuda em Lisboa. Famoso naturalista italiano, Vandelli foi contratado para lecionar essas matérias no *Colégio dos Nobres*, instituição que também cuidou da formação de engenheiros militares. O interesse pela História Natural assumiu posição privilegiada em Portugal em função do manancial riquíssimo do seu Império colonial. O inventário da fauna, flora, das gentes e dos costumes regionais, dos minerais, das madeiras, das drogas do sertão e outras espécies nativas interessantes ao Reino tornou-se uma obsessão nas chamadas *Viagens Filosóficas*, igualmente contaminando a prática dos engenheiros que, desde o último quartel do século XVIII, passaram incluir estas tarefas entre as demais. A Reforma Pombalina também incidiu sobre a Geografia e a Astronomia, sendo construído na Universidade de Coimbra um *Observatório Astronômico* como estabelecimento auxiliar da *Faculdade de Matemáticas* destinado a

[2] Nesse quadro inserem-se o *Tratado do modo fácil de fazer as cartas geográficas* (1722) e *O Engenheiro Portuguez* (2v. 1728-1729) de Manoel de Azevedo Fortes – lente da "Aula de Lisboa", responsável pela uniformização das convenções e códigos de representação cartográfica em Portugal. Entre os discípulos de Azevedo Fortes destacam-se no Brasil José Custódio de Sá e Faria, José Fernandes Pinto Alpoim e José João Rossio. Pode-se dizer que seus discípulos atuaram especialmente até o último quartel do século XVIII.
[3] RUIVO, M. da C. "O Iluminismo e a Cultura Científica". In: ANTUNES, E. (cur.). *Laboratório do Mundo. Ideias e Saberes do Século XVIII*. São Paulo: Pinacoteca do ESP/ IMESP, 2004. p. 37. (Catálogo de Exposição)

proporcionar meios materiais para a observação do céu, especialmente no que tange ao cálculo das longitudes para realização de mapas mais precisos.

Os Estatutos[4] da Universidade revelam o programa de ação em curso, no qual os engenheiros militares tiveram papel protagonístico: 1. Conhecer os territórios de Portugal e Conquistas Ultramarinas para ordená-los administrativamente e integrá-los através do traçado de vias de comunicação; 2. Demarcar as fronteiras do Brasil; 3. Determinar a longitude para fins de navegação e mapeamento de territórios; 4. Aproveitar os rios para a navegação e organizar os portos; 5. Aprimorar as técnicas de engenharia militar em face da introdução do canhão e outras armas de fogo; 6. Desenvolver a arte das minas e a metalurgia; 7. Desenvolver as artes mecânicas, como a tecelagem, a vidraria e outras manufaturas; e 8. Explorar as novas plantas e os novos minérios de que se tem notícias nas terras descobertas.

Dessa geração de engenheiros-geógrafos-astrônomos enciclopédicos e iluministas, formados na *Academia Militar de Lisboa* (até a sua extinção em 1779), na Universidade de Coimbra, no Colégio dos Nobres ou na *Academia Real da Marinha* (criada em 1779), destacam-se Antônio Pontes Leme, Francisco Lacerda e Almeida, Carlos Julião e João da Costa Ferreira, responsáveis por mapeamentos e inventários desse tipo no Brasil e no Oriente.

Em 1787, Dona Maria I criou o *Real Corpo de Engenheiros* e, em 1790 a *Academia Real de Artilharia, Fortificação e Desenho*, simultaneamente em Lisboa e no Rio de Janeiro (1792), ampliando o escopo teórico nessa direção. Dada a necessidade de articulação de territórios, por via marítima, fluvial ou terrestre, no sexto ano do curso foi incluído, para além do ensino da Arquitetura Civil, os melhores métodos empregados na construção de caminhos e calçadas (caminhos empedrados), obras hidráulicas e partes análogas (arquitetura de pontes, canais, portos, diques e comportas).

Se na França verifica-se a cisão entre os *ingénieurs de génie* (engenheiros militares à La Vauban) e os *ingénieurs de Ponts et Chaussées*, a partir da criação do *Corps des Ponts et Chaussées* (1716) e da *École des Ponts et Chaussées* (1747), estas questões em Portugal e no Brasil permaneceram imbricadas até meados do século XIX, implicando no aumento do tempo de formação de cinco para seis anos, inserindo estas matérias no último ano. Mapear o território e integrá-lo se tornou necessidade premente em todos os Reinos europeus envolvidos com o modelo de Estado Moderno iluminista[5].

Após a Revolução Francesa, marcando uma definitiva ruptura com a cartografia do Antigo Regime, foi definida uma série de padrões de registro cartográfico ainda mais abstratos. Em 1802, a *Commission Topographique et Militaire*[6] criada no *Dépôt Général de la Guerre*, em Paris, iniciou um processo de uniformização da representação cartográfica – reduzindo o número de caracteres tipográficos, cifras, letras e símbolos gráficos, tornando a linguagem dos mapas cada vez mais matematizada e convencionada, substituindo a escala gráfica antiga pelo sistema métrico-decimal. Entre 1802 e 1811, as normas foram divulgadas através da publicação regular do *Mémorial topographique et militaire*. Estes padrões logo chegaram ao Brasil, com a criação do *Arquivo Real Militar* no Rio de Janeiro (em 1808) e da *Academia Real Militar* (em 1810), por ocasião da chegada da Família Real, que prontamente adotaram o uso dos *Manuais Topográficos* supracitados. Os mapas que integram a coleção do Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro são, em grande parte, recompilação da cartografia do período colonial segundo essas novas normas francesas.

---

[4] ALVES, A. "O Observatório Pombalino". In: ANTUNES, E. (cur.). Laboratório do Mundo. Idéias e Saberes do Século XVIII. São Paulo: Pinacoteca do ESP/ IMESP, 2004. p. 193. (Catálogo de Exposição).

[5] SILVA, A. C. N. da. *O modelo espacial do Estado Moderno. Reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 6 PALSKY, G. "Le Projet de Standartisation de la Cartographie militaire en France au XIXe Siècle". In: DIAS, M. H. et alii. História da Cartografia Militar (séculos XVIII-XX). Viana do Castelo: Cámara Municipal, 2005.

[6] PALSKY, G. "Le Projet de Standartisation de la Cartographie militaire en France au XIXe Siècle". In: DIAS, M. H. et alii. História da Cartografia Militar (séculos XVIII-XX). Viana do Castelo: Cámara Municipal, 2005.

A *Academia Real Militar* estabelecida no Rio de Janeiro, em 1810, substituiu a *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho* de 1792, ampliando o curso para sete anos e voltando-o substancialmente para as questões da *Engenharia Civil* (caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas) e das chamadas *Ciências da Observação* (*Física, Mineralogia, Metalurgia* e *História Natural*, aí compreendendo o *Reino Animal* e *Vegetal*). O ensino do desenho cartográfico, envolvendo estágio no *Arquivo Real Militar* no período das férias, se fez em sintonia com os novos e mais modernos padrões de representação divulgados pelas edições periódicas do *Mémorial topographique et militaire* elaborados pela *Commission Topographique et Militaire do Dépôt Général de la Guerre*, em Paris.

Os engenheiros de fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX são, portanto, de outro naipe e muito mais preparados para projetar uma infraestrutura territorial e urbana (calçadas, pontes, portos, cais, arsenais, diques, comportas, fontes e aquedutos), bem como para mapear o território e suas circunscrições regionais (províncias) de forma mais precisa, inventariando em paralelo todas as suas potencialidades econômicas. São dessa geração importantes nomes que atuaram nas diversas províncias do Brasil, encabeçando todas essas atividades, como Firmino Herculano de Moraes Âncora (Pernambuco), Antonio José da Silva Paulet (Ceará) e José Jacques da Costa Ourique (São Paulo).

A cisão entre engenharia civil e militar só ocorreu no Brasil em meados do século XIX, com a criação da *Escola Central* (1858) e da *Escola Politécnica* (1874), no Rio de Janeiro.

VIII – ALGUMAS COMPARAÇÕES COM O CASO CASTELHANO

Com base em Horacio Capel, Joan Sánchez, Omar Moncada, Ramón Gutiérrez e Cristina Esteras, pode-se constatar a trajetória das escolas de fortificação castelhanas após a criação da *Academia de Matemáticas e Arquitectura de Madri*. Além desta academia, Felipe II também criou Escolas de Artilharia em Burgos e Sevilha, bem como Seminários Militares em Nápoles, Sicília, Orán e Cerdena, então pertencentes ao seu vasto Império.

No entanto, em 1625, por razões secretas, Felipe IV extinguiu a *Academia de Matemáticas e Arquitectura de Madri*. Esta foi integrada nos *Estudios Reales*, então fundados pelos jesuítas.

Por volta de meados do século XVII, o ensino das fortificações é introduzido numa nova instituição, a *Academia Real de Ciências de Madri*. Em 1650, o matemático e arquiteto militar Luís Carduchi substituiu Julio Ferrufino na direção dessa instituição. Em 1658-1665, a *Cátedra de Fortificación y Matemáticas da Academia Real de Ciências de Madri* passou a ser ministrada por Jerónimo Maria de Afflito. Em 1678, Juan de Asencio assumiu-a, sendo substituído em 1684 por Julio Banfi.

Tal como em Portugal nesse período, quando Felipe V subiu ao trono era patente a escassez de engenheiros. Para tanto, recorria-se à Flandres. Convém lembrar que, em 1675, o Duque de Villahermosa, Capitão-General dos Estados de Flandres, havia estabelecido uma *Academia em Bruxelas*, sob a direção de Sebastián Fernandez de Medrano. Em 1687, Medrano publicou *El ingeniero*; em 1690, *Breve Tratado*; em 1700, *El architecto perfecto en el arte militar*. Em 1705, morreu esse grande engenheiro, deixando inúmeros discípulos, muitos deles atuantes na Espanha e demais conquistas ultramarinas.

Assim como os Países Baixos, a França tornou-se importante referência em termos de Arquitetura Militar nos seiscentos. Para suprir a carência de engenheiros em Castela, exatamente como em Portugal no reinado de Dom João IV, o Rei da França, Luís XIV, emprestou um grupo deles para as campanhas militares mais imediatas, passando inclusive alguns para a América. A partir de então, a vinculação com a escola francesa e, particularmente, com os postulados de Vauban foi evidente na Espanha. A tradução do Tratado de Vauban coube ao importante engenheiro Ignacio Sala, que atuou na América.

Em 1686, foi criada uma *Academia de Arquitetura Militar* no Palácio dos vice-reis de Barcelona, conduzida por Francisco Larran-

do de Mauléon. Em 1700, José de Mendoza y Sandoval e Augustín Stevens – ambos discípulos de Medrano – lecionavam na Academia. Em 1705, a Espanha perdeu a Praça de Barcelona, marcando a interrupção temporária das atividades dessa instituição.

No ano seguinte, 1706, ocorreu a perda da posse de Bruxelas, desaparecendo também a Academia, ali estabelecida em 1675. Em 1709, o Marquês Jorge Prospero de Verboom, discípulo de Fernándes de Medrano, é chamado da Flandres.

Em 1711, foi aprovada a criação do *Real Corpo de Engenheiros*, contendo um grupo mínimo de membros, composto por Verboom e outros sete engenheiros da Flandres e dois franceses.

Em 1718, no reinado de Felipe V, Verboom delineou as atribuições específicas dos engenheiros nas *Instrucciones y Ordenanzas para o Real Corpo de Engenheiros*. Tal como em Portugal, nos tempos do engenheiro mor do Reino, Manoel de Azevedo Fortes, tais instruções estabeleceram a forma adequada de fazer projetos. O controle dos desenhos vinculava-se à introdução de um padrão internacionalmente uniformizado para os projetos arquitetônicos. É notória a influência francesa no período. A *Ordem Régia de 1720* dispôs que antes de se fazer qualquer obra era preciso delinear um projeto, de forma a evitar a improvisação e se averiguar a qualidade do desenho previamente à realização de um investimento custoso.

Em 1720, foi restabelecida a *Academia de Matemáticas de Barcelona*, dissolvida em 1705. Nela foi instituída uma *Cátedra de Dibujo*, conduzida por Mateo Calabró. Mas logo iniciaram-se conflitos de competência com Verboom, encomendando-se a Pedro Lucuze a preparação de um plano de reorganização da Academia. Em 1737, Lucuze apresentou-o e sobre essa base, dois anos mais tarde, foi sancionada uma *Ordem Régia* que conferiu forma definitiva à *Academia de Matemáticas de Barcelona*. Exatamente como em Portugal, nos tempos de Azevedo Fortes, a *Ordenanza e Instrucciones para la ensenanza de las Matemáticas de la Real y Militar Academia que se há estabelecido en Barcelona*, datada de 1739, dotou-a de um diretor de Desenho e dois ajudantes, todos eles engenheiros. O curso de Matemáticas durava três anos com quatro períodos letivos de nove meses cada um. Foi estabelecido um teto de 40 alunos (18 oficiais, 18 cadetes e quatro caballeros particulares), cujas idades oscilavam entre 15 e 30 anos. Todos eles deveriam ser espanhóis.

MATÉRIAS MINISTRADAS NA ACADEMIA DE MATEMÁTICAS DE BARCELONA – ORDEM RÉGIA DE 1739

- 1º curso: Aritmética, Geometria, Trigonometria, Topografia.
- Os alunos aprovados passavam para o segundo ano e os reprovados se retiravam da Academia. O 2º curso compreendia: Artilharia, Fortificação, Ataque e Defesa das Praças e Tática.
- Aqueles que decidissem parar no 2º curso, regressavam a seus regimentos e ensinavam outros oficiais e cadetes. Os que desejavam ser artilheiros ou engenheiros militares ingressavam no 3º e 4º cursos. O 3º curso compreendia: Mecânica e Máquinas, Hidráulica, Construção, Classes Extraordinárias de Perspectiva, Gnomônica, formação e uso de cartas geográficas.
- 4º curso compreendia: Prática e Desenho, Projetos de Edifícios Civis e Militares.

Cada aluno possuía uma apostila em oito Tomos, que apresentava o conteúdo das aulas teóricas ministradas. O Tomo IV desses "*Compêndios Matemáticos*" era dedicado às fortificações, o VIII à Arquitetura Civil. Os professores da academia editaram duas obras: Pedro de Lucuze, diretor desde a fundação até seu falecimento, 40 anos mais tarde (1779), publicou *Principios de Fortificacion*, em 1772; Ignacio de March, *Nociones Militares o suplemento a Principios de Fortificacion...*, em 1781, que incluía três seções – 1) Aritmética, Geometria e Geometria Prática; 2) Modo de fortificar em Campanha; 3) Obrigações dos oficiais. Entre 1783 e 1790, a academia esteve fechada, restabelecendo-se sob a direção de Domingo Belestá.

Assim como Portugal, Castela iniciou uma política de difusão de academias militares no Reino. Durante o reinado de Felipe

V foram criadas *Escolas de Artilleria y Bombas* em Aragón, Extremadura, Andalucia e Galícia. Em 1730, foi fundada uma *Academia de Mathematicas* em Cartagena de Índias por Juan de Herrera y Sotomayor. Este engenheiro, antes de ali chegar, esteve em Buenos Aires e no Chile. Nesta academia estudaram seu filho, José de Herrera, e o desenhador José Figueroa. Juan de Herrera y Sotomayor faleceu em 1732.

Em 1732, foi fundada uma *Academia de Matemáticas* em Orán, na África; em 1739, em Ceuta. Ambas eram regidas pela Ordenanza de Barcelona. Tinham dois lentes cada uma e formaram inúmeros profissionais que depois atuaram na América. A partir de 1751, essas Academias de Matemáticas foram regidas por novas normas – *Subsistencia segura y ensenanza de la Real Academia Militar de Matemáticas estabelecida en Barcelona y las particulares de Ceuta y Orán*. As academias de Ceuta e Orán foram suprimidas em 1790 e transferidas para Zamora e Cádiz. Houve outras similares em Pamplona, Badajoz, Avila, Ocana e Puerto de Santa Maria.

Em 1750, foi criada em Madri uma *Aula de Matemáticas para a Guarda de Corpos*, dirigida pelo engenheiro Pedro Padilha. Em 1756, o Conde de Aranda tentou recriar a Academia de Madri, sob o nome de *Real Sociedade Matemática*, convocando Lucuze para assessorá-lo. O projeto malogrou por Ordem Régia de 1758.

Nessa época havia, também, academias em Santiago do Chile, Buenos Aires, Caracas (Venezuela), Cidade do México, Colômbia. Nas academias estabelecidas na América eram utilizados tratados castelhanos de Cristóbal de Rojas, Medina Barba, Fernández de Medrano, Santans y Tapia, Alaba y Viamont, Cepeda y Andrada, bem como estrangeiros como os de Marolois, Dogen, Sturm, Belidor, Le Blond e Vauban. Por vezes os cursos dessas academias eram suspensos por falta de lente-engenheiro apto para regê-las, algo que também acontecia em Portugal e no Brasil.

Em 1791, a *Real Academia Militar de Matemáticas de Barcelona* ditou novas normas inspiradas em Belidor, que passaram a orientar todo o Corpo de Engenheiros. Observa-se tendência semelhante em Portugal. Os tratados de Bernard F. de Belidor – *Nouveau Cours Mathématique... e La Science des Ingénieurs* – predominavam, mesclando questões de engenharia militar e civil. Num momento em que estava em jogo dotar o território da metrópole e das conquistas de uma rede de caminhos, pontes, canais de navegação, portos, etc, era fundamental direcionar a formação dos engenheiros militares para a engenharia civil. Daí a adoção progressiva dessa nova literatura também nas escolas de fortificação castelhanas.

Esse percurso histórico comparativo nos permitiu constatar semelhanças e diferenças nos processos de formação de engenheiros militares em Portugal e Castela. São respostas a conjunturas políticas e aos interesses em jogo, dada sua condição comum de grandes Impérios nos séculos XVI ao XVIII.

Entre as diferenças mais marcantes observa-se que, à exceção de Orán e Ceuta no Norte da África, as "Aulas Militares" na América Espanhola não gozavam de patrocínio régio e a coroa não via com bons olhos a sua formação, por serem centros de altos estudos e prováveis focos de sedição. Ao contrário, a coroa portuguesa fomentou a constituição das aulas militares em solos ultramarinos desde o século XVII, período em que foram criadas "lições" na Bahia (1696/1699), Rio de Janeiro (1697/1698/1699), São Luís do Maranhão (1699), Goa (1699) e Angola (1699), mais tarde seguidas do Recife (1701) e Belém (1752). A resposta talvez esteja nos índices de urbanização e urbanidade muito mais elevados nas conquistas ultramarinas castelhanas que nas portuguesas (230 criados na hispanoamerica só até 1580 versus uma rede urbana de 180 núcleos no Brasil até 1808), o que explica o processo de Independência "de fato" mais radical nas primeiras que nas últimas.

IX – NAS LINHAS E ENTRELINHAS DOS MAPAS

Os mapas e planos dos engenheiros militares hoje seduzem pela beleza das cores

e das aquarelas, mas eram artefatos pragmáticos, submetidos à razão do Estado. Prospectivos e propositivos, descrevem, relatam e projetam. Seriados, espacializam as lógicas, redes de relações sociais, fluxos, políticas de um lento processo de territorialização dos Impérios europeus em constante movimento. Fascinam o olhar, revelam e, ao mesmo tempo, ocultam na medida dos interesses em jogo. Suas escalas gráficas e seu grau de objetividade variam em função do papel que cumprem. Não se limitam a instrumentos de raciocínio e descrição; projetam e espacializam desígnios políticos. Tomados como fonte para a História, convém desconfiar da sua aparente neutralidade.

Com "juízo" e "engenho", fazendo jus à alcunha, os "engenheiros" foram treinados para manipular eximiamente esta ferramenta de trabalho. Nos mapas, entre campo e gabinete, a natureza foi decodificada, recodificada, recortada e limitada, adquirindo contornos ao sabor de olhares e interesses estrangeiros. A costa e os sertões apartados do mar foram palmilhados, desbravados, mensurados, renomeados, guardando nos topônimos rastros dos nativos, outros usos e significações dados à natureza. Expressando o caráter dos lugares, os topônimos revelam vivências e preexistências, por vezes, intencionalmente apagadas.

Os mapas e planos dos engenheiros representam realidades, documentam viagens e expedições de campo sem, no entanto, serem uma tradução literal das mesmas, obrigando-nos a recuperar o ponto de partida e imaginar onde se aspirava chegar. Decodificá-los implica traduzir convenções e códigos gráficos e, ultrapassado este primeiro nível de aproximação, mergulhar nas entrelinhas das narrativas e discursos ali amalgamados, nem sempre óbvios e ricos em figuras de linguagem retórica. Para além de sua beleza aparente, fascinam tanto pelo que revelam como pelo que ocultam.

X - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADONIAS, I. *Mapa:* imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Odebrecht, 1993.

ANTUNES, E. (cur.). *Laboratório do Mundo. Ideias e saberes do século XVIII*. São Paulo: Pinacoteca do ESP/ IMESP, 2004. p. 193. (Catálogo de Exposição)

BUENO, B. *Desenho e Desígnio:* o Brasil dos engenheiros militares. Tese de Doutorado, FAU-USP, 2001 (versao revisada de 2003).

———. "Decifrando mapas: sobre o conceito de 'território' e suas vinculações com a cartografia". In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, Sao Paulo, v. 10/11, pp. 155-194, 2004.

———. "Desenhando o Brasil: O saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da America portuguesa e do Brasil Império". In: Costa, A.G. (org.) *Roteiro Prático de Cartografia: Da América portuguesa ao Brasil Império*, Belo Horizonte, UFMG, 2007, pp. 29-49.

CAPEL, H.; SÁNCHEZ, J. & MONCADA, O. *De Palas a Minerva:* La Formación Científica y Estructura Institucional de los Ingenieros Militares en el Siglo XVIII. Barcelona/ Madrid: Serbal/ CSIC, 1988.

GARCIA, J. C. *A Nova Lusitânia – Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional* (1700-1822). Lisboa, CNCDP, 2001.

———. *A mais dilatada vista do mundo:* inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua. Lisboa, CNCDP, 2002.

GUTIÉRREZ, R. & ESTERAS, C. *Territorio y Fortificación. Vauban, Fernández de Medrano, Ignacio Sala e Félix Prósperi. Influencia em España y America*. Madrid: Edciones Tuero, 1991.

GUTIÉRREZ, R. " La Organization de los Cuerpos de Ingenieros de La Corona y sua Accion em lãs Obras Publicas Americanas". In: *Puertos y Fortificaciones em América y Filipinas.* Madrid: CEDEX/ CEHOPU, 1984.

KANTOR, I.; BUENO, B. FERLINI, V. "Dossie – Territorio em Rede: Cartografia Vivida e Razao de Estado no Seculo das Luzes". In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material,* São Paulo, v. 17, n. 2, 2009.

MATTOSO, J. (dir.). *Patrimònio de Origem Portuguesa no Mundo.* Arquitetura e Urbanismo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. 3 vols. (América do Sul, África/ Mar Vermelho/ Golfo Pérsico e Ásia/ Oceania).

MOREIRA, R. & ARAUJO, R. "A engenharia militar do século XVIII e a ocupação da Amazonia". In: *Amazónia Felsínea. António José Landi. Itinerário Artístico e Científico de Um Arquitecto Bolonhès na Amazónia do Século XVIII*. Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 173-195.

PALSKY, G. "Le Projet de Standartisation de la Cartographie Militaire en France au XIXe siècle". In: DIAS, M. H. et alii. *História da Cartografia Militar (séculos XVIII-XX)*. Viana do Castelo: Cámara Municipal, 2005.

PICON, Antoine. *Architectes et Ingénieurs au Siècle des Lumières.* Marseille, Parentheses, 1988.

———. *L'Ingénieur Artiste. Dessins Anciens de l'Ecole des Ponts et Chaussées.* Paris, Presses de l'Ecole Nationale des Ponts et Chaussées, 1989.

REIS FILHO, N. G. *Imagens das vilas e cidades do Brasil Colonial* [Colaboradores: Beatriz P. S. Bueno e Paulo J. V. Bruna]. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2000.

SILVA, A. C. N. da. *O Modelo Espacial do Estado Moderno. Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

VITERBO, Francisco de Sousa. *Expedições científico-militares enviadas ao Brasil.* [Coordenação, Aditamentos e Introdução de Jorge Faro]. Lisboa, Edições Panorama, 1962, vols. 1-2.

———. *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, vols. 1-3.

La Cartografía Española en America durante el siglo XVIII: La actuación de los Ingenieros Militares

José Omar Moncada Maya
Investigador titular en el Instituto de Geografía, Universidad Nacional Autónoma de México. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores y de la Academia Mexicana de Ciencias.

RESUMO

Entre los numerosos individuos que realizaron cartografía durante la época colonial, destacan por méritos propios los ingenieros militares. Este cuerpo, creado oficialmente en 1711, fue un destacado colaborador de las autoridades americanas en las tareas de ordenación territorial, a través de su participación en obras públicas, en obras de defensa, en obras urbanas. De todo ello han dejado muestra a lo largo de la América española. Junto con la documentación de dichas obras, los ingenieros nos legaron una muy amplia colección de mapas, que hoy son joyas documentales de la disponibilidad de recursos que ofrecía el nuevo continente, en un siglo regido por la razón.

PALABRAS CLAVE: ingenieros militares, cartografía, Iberoamérica, siglo XVIII

ABSTRACT

The numerous individuals who were mapping during the colonial era, include in their own right military engineers. This body, officially created in 1711, was a prominent contributor to the American authorities in the work of land management, through their participation in public works, works of defense, in urban works. All have left shows throughout Latin America. Together with the documentation of such works, engineers bequeathed us a very large collection of maps, which are now documentary jewels of the availability of resources offered by the new continent, in a century ruled by reason.

KEYWORDS: Military Engineering, Cartography, Latin America, 18th Century

I – ANTECEDENTES

Desde los primeros años de la conquista española, se destinaron hacia América a un grupo de militares con una trayectoria acreditada en la práctica de la ingeniería, a quienes se encargó del diseño y construcción de obras militares y civiles. Como militares que eran, su función principal fue la def ensa de los territorios recién incorporados a la Corona, labor que desarrollaron ampliamente al establecer desde finales del siglo XVI un plan de defensa para el Golfo de México, Mar Caribe y la América Central, desarrollado de manera más completa durante los dos siglos siguientes. Pero, además, dentro de las actividades que pudiéramos denominar "no militares", realizaron una importante labor en arquitectura civil y religiosa, en obras públicas, en proyectos urbanísticos y, sobre todo, en el desarrollo de La cartografía de los territorios americanos. Es decir, rebasaron el ámbito particular de su pro-

fesión a grado tal que Alonso Báquer (1972, p. 38) considera que los ingenieros descubrieron más posibilidades para su vocación científica-política-militar en los territorios de ultramar que en la propia metrópoli, en tanto que Zapatero (1985) llega a reconocer, quizás en forma exagerada, la existencia de una "Escuela de Fortificación Americana".

II – LOS INGENIEROS MILITARES EN AMÉRICA EN EL SIGLO XVIII

El siglo XVIII se significó por profundas transformaciones cualitativas y cuantitativas dentro del cuerpo de ingenieros militares, pese a que algunas de ellas se manifestaron tardíamente en el continente. En primer lugar, es necesario considerar que el Real Cuerpo de Ingenieros Militares se estructura formalmente el 17 de abril de 1711. Ello significó que por primera vez todos los ingenieros, tanto de España como de todas las posesiones europeas y de ultramar quedaban bajo el mando de Jorge Próspero de Verboom, a quien el rey nombró "Ingeniero General de mis Ejércitos, Plazas y Fortificaciones de todos mis Reinos, Provincias y Estados" (CAPEL et al. 1988, p. 19).

Siete años después, en 1718, se dieron las primeras *Instrucciones y Ordenanzas para el Cuerpo de Ingenieros*, que muestran claramente los alcances e importancia de los servicios que se les reconocían. Estas ordenanzas se dividían en dos grandes partes, la primera trataba la formación de los mapas y la segunda de las relaciones que habían de acompañarlas. Con ello se formalizaba la presencia del primer cuerpo militar técnico-científico al servicio de la Corona española y, de alguna manera, se pretendía oficializar las funciones asignadas a los técnicos que, con patente de ingenieros, realizaron en beneficio de los territorios bajo soberanía española desde el siglo XVI.

La primera década del siglo XIX se significó por una importante reducción en el número de ingenieros destinados a las Indias. Sin embargo, estas reformas tuvieron poco impacto en América; causa de ello fueron, por una parte la invasión napoleónica y la guerra de Independencia en España y, por otra, los movimientos de emancipación americanos.

III – LA ACTIVIDAD DE LOS INGENIEROS MILITARES EN EL SIGLO XVIII

Si bien desde el siglo XVII se trató de regular la actividad de los ingenieros militares, fue hasta el siglo XVIII, con la *Ordenanza* del 4 de julio de 1718, que en verdad se determinan las actividades del cuerpo. Independientemente de las actividades de estricto ámbito militar, conviene recordar que por dicha *Ordenanza* quedaba establecida la participación de los ingenieros en "tareas decisivas en la políticas de fomento y de ordenación territorial" (*Ibíd.*, p. 57).

Desde los primeros años de funcionamiento del cuerpo se dieron muestras importantes de su labor. Debe quedar claro que los cambios en su actuación, con relación al siglo precedente, deben enmarcarse dentro de la política de la nueva dinastía reinante en España, los Borbones, especialmente en lo referido a las obras públicas, que tienden a replantear estructuralmente la articulación territorial del Estado. En América debemos destacar toda la política dirigida a mantener y consolidar las relaciones de dominio sobre los territorios coloniales, en la cual los ingenieros militares desempeñaron un importante papel en su puesta en marcha. Pero sobre todo, sus funciones y áreas de actuación, estarán determinadas por los continuos conflictos en que se ve envuelta la Corona española a todo lo largo del siglo. Inglaterra, Francia, Holanda y, posteriormente, Estados Unidos, intentaron romper la hegemonía hispana en América, y para ello no dudaron en apoyar abiertamente la piratería contra las flotas españolas, al tiempo que expresaban sus deseos de participar de ese rico comercio, ya fuera legalmente o a través del contrabando.

Hay que destacar que, desde la vertiente civil, los ingenieros persiguen dos importantes objetivos: los reconocimientos territoriales y la intervención territorial a través de las obras públicas. Sin embargo, el primero podría ser enmarcado para el caso americano dentro de las necesidades básicas de la defensa del territorio. Así, por ejemplo, el punto de partida de las expediciones a la Alta California y al Pacífico norte respondieron más a la presunta presencia de asentamientos rusos que al

descubrimiento y la colonización de nuevos territorios.

En todo caso, la expansión territorial hispana en América debe ser considerada como una empresa notable en la historia. Sólo la Nueva España llegó a tener una superficie mayor a los 4 000 000 km2, si bien hay que reconocer que el dominio español sobre tan vastos territorios fue más ficticio que real.

Todos los ingenieros que se destinaban a América estaban obligados a enviar a la metrópoli descripciones y noticias de las plazas y proyectos en los que participaban; es por ello que realizaron mapas y planos, acompañados de detalladas descripciones, que hoy son joyas documentales de la disponibilidad de los recursos, naturales y humanos, de la América del siglo XVIII.

Sin embargo, su reducido número impedía cubrir todas las necesidades de tan vastos territorios; pero a lo largo del siglo se incrementó su presencia de manera importante.

Cuadro 01. Distribución de los ingenieros militares en América y Filipinas. Siglo XVIII.

	1700-1720	1721-1768	1769-1800	1800-1808	Total
Nueva España	6	30	54	3	**93**
Cuba, Puerto Rico, Santo Domingo e Isla Trinidad	5	27	29	4	**65**
Florida y Louisiana	1	7	8	0	**16**
Guatemala, Costa Rica, Honduras y Nicaragua	0	6	13	2	**21**
Colombia, Ecuador, Panamá y Venezuela	2	32	29	7	**70**
Argentina, Paraguay e Uruguay	2	5	22	1	**30**
Chile y Perú	1	11	22	3	**37**
Filipinas	1	3	6	2	**12**
TOTAL	**18**	**121**	**183**	**22**	**344**

Fuente: Elaboración propia a partir de los datos de CAPEL. et. al., 1988 y MONCADA, 1993.

Las comandancias más importantes, por Las comandancias más importantes, por el número de ingenieros con que contaron, fueron México, La Habana y Cartagena de Indias, aunque su distribución interna fue muy irregular. Además, hay que matizar los números del cuadro anterior, pues señalamos a todos los ingenieros que eran destinados a América, aunque hubo individuos que nunca viajaron; en otros casos hay una movilidad en los individuos del cuerpo dentro del continente, así podían pasar de Cuba a Nueva España, de Nueva España a Filipinas, de Nueva España a Guatemala y, en casos extremos de Nueva España a Argentina. En cualquier caso, su número siempre fue muy reducido, y en el mejor de los casos, por ejemplo, en Nueva España nunca pasaron

Cuadro 2. Distribución de los Ingenieros propuestos para puertos y plazas, según Silvestre Abarca, 1778.

Dirección	Ing. Dir.	Ing. Jefe	Ing. 2o.	Ing. Ord.	Ing. Ext.	Ayte Ing.	Total
Isla de Cuba	1	1	2	2	2	2	10
Puerto Rico	-/-	1	1	1	2	1	6
Santo Domingo	-/-	1	1	1	1	1	5
Nueva España	1	3	2	5	5	6	22
Cartagena, Chagre, Portobelo y Panamá	1	1	2	2	3	4	14
Guatemala, Omoa, Honduras y Nicaragua	-/-	1	1	2	3	3	10
Buenos Aires	1	2	1	1	2	2	9
Caracas, Guaira, Puerto Cabello, Macaraibo y Guayana	-/-	1	2	4	3	2	12
Perú, Chile y Guayaquil	1	1	2	3	4	5	16
Filipinas	-/-	1	1	1	1	2	6
TOTAL	**5**	**13**	**15**	**23**	**26**	**28**	**110**

Fuente: Archivo General de Simancas, Guerra Moderna, Leg. 3002, Feb. 11, 1778.

de 14 en un momento dado. Por todo ello, en 1778 el Ingeniero Director presenta una propuesta para distribuir a los ingenieros en los diferentes puertos y plazas del continente.

IV – LA OBRA CARTOGRÁFICA DE LOS INGENIEROS MILITARES

Difícil resulta intentar resumir en unas pocas cuartillas la obra cartográfica de los ingenieros militares en un territorio tan vasto como el americano, y a lo largo de un siglo que puede ser caracterizado por los cambios estructurales. Podemos decir que los conocimientos geográficos y cartográficos respaldaron la organización del territorio que promovió la nueva casa reinante en el siglo XVIII. La cartografía, que algún autor llamó la *ciencia de los príncipes*, será la demostración gráfica del cambio impulsado por las reformas borbónicas.

Es por ello que son cientos, si no es que miles, los mapas y planos elaborados por los ingenieros militares a lo largo de ese siglo, dispersos en numerosos repositorios del mundo. A falta de un catálogo único, podemos señalar que el mayor volumen se encuentra en España, y ha sido dado a conocer parcialmente por el Archivo General de Indias a través de una serie de catálogos elaborados por Julio González (1968; 1973; 1979), Pedro Torres Lanzas (1897; 1985a; 1985b, 1985c, 1985d, 1988) y José Torre Revello (1988). En otros casos, el Archivo General de Simancas ha puesto en la Web su catálogo de Mapas, Planos y Dibujos, a través de la página del Catálogo Colectivo de la Red de Bibliotecas de los Archivos Estatales, donde en un futu-

ro se incorporarán otros archivos españoles (http://www.mcu.es/ccbae/es/mapas/principal.cmd); lo mismo ha hecho la Biblioteca Nacional de España a través de su Biblioteca Digital Hispánica (http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigital/ColeccionesBDH/). El último catálogo al que haremos referencia es el del Servicio Geográfico del Ejército, que en su *Cartoteca Histórica* (1974) reúne un importante número de mapas depositados en archivos militares españoles, entre ellos los publicados en sus cuatro carpetas de *Cartografía de Ultramar.*

Para el caso iberoamericano, destacamos tres obras –que son las que conocemos: el *Atlas cartográfico digital del Reino de Chile* (2002) y para México, los *Materiales para una cartografía mexicana* de Manuel Orozco y Berra (1871) y los *Catálogos de Ilustraciones* publicados por el Archivo General de la Nación (1979-1982). Finalmente, hay que resaltar dos obras temáticas que tratan sobre fortificaciones, y que reúnen un importante número de mapas elaborados por ingenieros: *Flandes Indiano* de Gabriel Guarda (1990), y *Fortificación en Iberoamérica* de Ramón Gutiérrez (2005). Ello no agota las posibilidades de reunir catálogos cartográficos del periodo colonial americano, y si muestra el interés por reunir la obra cartográfica de la corporación que estudiamos.

La ciencia militar, y por tanto la cartografía elaborada por ellos, era eminentemente práctica, y refleja la formación de sus individuos, que en el caso de los ingenieros se dio en las Academias de Matemáticas, donde la enseñanza del dibujo era fundamental para el futuro ingeniero, ya fueran levantamientos topográficos, arquitectónicos o diseño de obras públicas. Pero además, hay que reconocer en muchos de estos mapas y planos, la combinación de técnica y arte.

Para facilitar la comprensión de la obra de los ingenieros militares, hemos agrupado su cartografía en los tres grandes rubros que definen las *Ordenanzas*.

V – DEFENSA DEL TERRITORIO

La principal actividad de los ingenieros durante los siglos XVI y XVII, fue la construcción de fortificaciones, que dio lugar a un sistema defensivo que protegía los núcleos esenciales para la economía de la corona: las Antillas, Nueva España y Nueva Granada (Golfo de México y mar Caribe).

Este primer sistema estaba formado por las fortificaciones de Veracruz, Campeche, Nombre de Dios, Chagre, Portobelo, Panamá, Santa Marta, Cartagena, Santo Domingo, San Juan de Puerto Rico y La Habana. Posteriormente se integrarían las fortificaciones de San Marcos y San Agustín, en la Florida. Hay que destacar que la idea de amurallar asentamientos en América sólo tuvo sentido a raíz de la irrupción de la piratería; y, en este sentido, los principales ejemplos fueron los puertos.

Otro proyecto defensivo de gran importancia a finales del siglo XVI, fue el de establecer fortificaciones en el extremo sur del continente, en el Estrecho de Magallanes; la propuesta del ingeniero italiano Tiburcio Spanoqui tenía un gran valor geoestratégico, pues de haberse logrado supondría para España el control del Océano Pacífico, pero nunca se realizó. Ello permitió el libre paso de naves que amenazaron a los puertos americanos de la vertiente pacífica, lo que obligó a la mejora de las fortificaciones de Valdivia, Concepción, Lima, Panamá, Acapulco (GUARDA, 1990).

Durante el siglo XVIII se dieron cambios importantes. Río de la Plata inicia su desarrollo económico, lo que obliga a desarrollar un sistema defensivo con fortalezas en Buenos Aires y Montevideo. A ello debemos agregar el conflicto con la colonia portuguesa de Sacramento, que terminaría con la ocupación de ésta en 1777. La frontera norte de las posesiones, desde California hasta la Florida, igualmente recibió mayor atención dada la convergencia de intereses de las naciones europeas y Estados Unidos. Ello obligó a un replanteamiento del sistema de presidios y, sobre todo, al establecimiento de misiones. En la costa del Pacífico los principales presidios se construyeron en San Diego, Monterrey y San Francisco.

A lo largo del siglo se continuó trabajando en las fortalezas, buscando establecer el tan deseado sistema defensivo continen-

tal, pues las fortificaciones ya señaladas se ven reforzadas con nuevas obras en Isla de Términos, Sisal y el fuerte de San Felipe de Bacalar, en la Nueva España. En Centroamérica se establecen los fuertes de Petén-Itzá, San Felipe del Golfo Dulce, San Fernando de Omoa, La Inmaculada Concepción del Río San Juan, la Inmaculada Concepción de Río Tinto y San Fernando de Matina. Finalmente, en América del Sur se construyeron obras de defensa en Cumaná, Puerto Cabello, La Guaira, Caracas, Isla Margarita, Río Hacha, Guayana, Maracaibo, Guayaquil, Lima, Santiago de Chile, Valparaíso, Isla de San Juan Fernández, Fuertes del Bio Bio y Chiloé.

Sin embargo, considerando el peligro de fortificar ciudades costeras que podían caer en manos del enemigo y luego ser de difícil recuperación, aparece un esquema defensivo elástico apoyado en fortificaciones interiores. Ejemplo claro de esta situación fue la construcción del fuerte de San Carlos, en Perote, que reforzaba el esquema defensivo del puerto de Veracruz, sirviéndole para reorganizar las tropas en caso de ocupación del puerto. Esto impuso la necesidad de disponer de planos y mapas que rebasaran el entorno particular de la fortificación o de la plaza, cubriendo territorios más amplios, lo que dio lugar a nuevos levantamientos cartográficos a escalas mayores (CAPEL, 1982, p. 295.).

Marchena nos recuerda que una de las máximas de la fortificación en América era la necesidad de ajustarse a las condiciones del terreno, "Las obras… se han de situar no donde mejor podían levantarse, sino donde mejor defendiesen la ciudad o el puerto que ya existía" (MARCHENA, 1992, p. 59). Y con este precepto como guía, la traza irregular de la fortificación, poco utilizada en Europa, fue la más adecuada a las necesidades defensivas concretas. El caso de la ciudad de Nacimiento, en Chile, es el ejemplo paradigmático de la adaptación de la fortaleza a las condiciones orográficas (Figura N). El fuerte de "Nacimiento de Nuestro Señor" se fundó en 1604, y en diferentes momentos sufrió el despoblamiento ante los ataques de los indígenas. Sin embargo, sobrevive a los ataques y en 1756 se eleva al rango de villa, por lo que es el propio virrey Amat quien realiza el diseño: "por quanto la configuración del terreno de esta Villa es la de un quadrilongo desigual y a manera de cola de golondrina, pasó su señoría a delinear su fortificación respecto a ser esta Plaza la más expuesta y la mexor" (cit. en GUARDA, 1966, p. 21).

Pero además de la fortificación o de la construcción de murallas, debe recordarse que existen otro gran número de obras vinculadas a lo militar: cuarteles, almacenes de pólvora, fábricas de pólvora, hospitales, realizadas por ingenieros militares, de los que también nos legaron numerosos planos.

La presencia regular de fortificaciones en los poblados del interior fue una constante en zonas geográficas como el norte de la Nueva España o el reino de Chile. Sin embargo, a diferencia de lo que sucede con los presidios en el norte novohispano, los ataques de los indígenas en Chile dieron lugar a que las poblaciones del interior también tuvieran necesidad de amurallamientos, así fueran éstos simples, transformándose de hecho en plazas fuertes. Sin embargo, hay que matizar el término de fortificación aplicado a estas poblaciones, toda vez que muchas veces se reducía a una palizada a manera de fortaleza.

Podríamos resumir que esta ciudad fortificada, cercada por murallas conservó su traza en damero, y al crecimiento de población lo que hace es redensificarse, creciendo en altura u ocupando predios que originalmente pudieron dedicarse a huertos y otros usos. Porque conviene recordar que una característica común de las ciudades americanas fue el crecimiento de su población. Para fines del siglo XVIII, la ciudad de México llegó a alcanzar cerca de 100,000 habitantes, mientras que Lima tenía 70,000 habitantes, y otras, como fue el caso de Buenos Aires, Santiago de Chile o Caracas, no rebasaron los 50,000,. Ello implicaba la necesidad de reformas en su estructura interna así como en su infraestructura. Pero más importante, en muchos casos las ciudades portuarias no podían alojar a toda la población, por la que esta se estableció fuera del recinto, extramuros, con los problemas que ello implicaba.

En cualquier caso, como ya lo anotamos, primará lo militar sobre lo urbano. La imagen

de la ciudad fortificada se aproximaba más a la idea europea de regularidad, pues su diseño reflejaba los avances en la "ciencia de la fortificación", sustentada en las ideas ilustradas del racionalismo, fundamentadas en el uso de las matemáticas y la geometría. Y lo cierto es que los ingenieros resultaron ser la única presencia de personal técnico realmente capacitado para hacer frente a las necesidades que se generaron. Pues ante la falta de técnicos[1], las autoridades virreinales recurrieron a los ingenieros militares para todo tipo de obras: edificios públicos, hospitales, fábricas de moneda, caminos, canales, puentes e infraestructura urbana –acequias, abastecimiento y desagües.

Por otra parte, aunque la casi totalidad de su labor cartográfica era realizada con fines estratégico-militares, y por tal motivo no tenía difusión, también colaboraron con el poder civil en levantamientos cartográficos con fines muy diversos. Por sólo mencionar algunos ejemplos, existen los mapas de la frontera entre Río de la Plata y Brasil, realizados por Félix de Azara; el "Mapa particular del Golfo e Istmo de Darien..." de Antonio Arévalo y el mapa de Nueva España donde se muestra la división del virreinato de México y la Provincias Internas, de Miguel Constanzó. En cualquier caso, todos estos levantamientos iban acompañados de una amplia recolección y elaboración de información de carácter histórico, demográfico e incluso de historia natural. La realización de estas descripciones facilitaba a la administración una vasta información del territorio, por lo que se convertían en instrumentos básicos del gobierno.

Debemos recalcar que pese a ser los ingenieros una corporación científico-técnica, era ante todo militar, sometida a un modelo internalista, sin vocación de transmisión ni difusión pública (Sánchez, 1986); por tal razón, la gran mayoría de estos textos no salieron a la luz, sino muchos años después. Tal es el caso de la *Geografía física y esferica del Paraguay* y del *Viaje a la América Meridional*, ambas de Félix de Azara o la *Relación del viaje a los Presidios Internos de la América Septentrional*, de Nicolás de Lafora. En otros casos, como el del *Teatro de la Nueva España*, obra histórica de Diego García Panes, se conserva todavía manuscrita[2].

VI – OBRAS PÚBLICAS

Gracias a la formación técnico-científica adquirida en las Academias de Matemáticas, los ingenieros militares pudieron desarrollar una adecuación del territorio acorde con las necesidades del régimen colonial. Ello se vio reforzado con la división del cuerpo en tres ramos que en cierta manera institucionalizaba la participación de los ingenieros en obras públicas[3].

Muy ligada a la fortificación se halla la obra de los ingenieros en puertos y plazas. Si bien la idea de plaza aporta una concepción territorial amplia e integrada, de clara implicación urbana, en la práctica plaza y puerto eran equivalentes. Es decir, eran plazas todos los puertos y ciudades militares. Se ha reconocido la participación de los ingenieros militares en 29 puertos de América y Filipinas, fueron los grandes centros de su atención, pues representaban el punto de enlace de las colonias con la metrópoli y, sobre todo, eran el enclave defensivo por excelencia. Pero, además, por el hecho de ser plazas militares, todo planteamiento urbanístico que las afectase tendría que disponer cuando menos, del beneplácito y autorización militar.

Contrasta su labor en los puertos, con el corto número de obras públicas, en sentido estricto, en que participan, como caminos, puentes y obra hidráulica. Ello se explica, parcialmente, por el reducido número de ingenieros destinados en América y porque sus actividades prioritarias nos les permi-

[1] Recordemos que la Academia de las Nobles Artes San Carlos, en Nueva España, primera y única en América durante el siglo XVIII, se funda en 1785. 2. Tanto para ver la participación de ingenieros en arquitectura militar, como de defensa, cartografía e intervención en obras públicas, véase CAPEL et al. 1983 y MONCADA, 1993.

[2] Tanto para ver la participación de ingenieros en arquitectura militar, como de defensa, cartografía e intervención en obras públicas, véase CAPEL et al. 1983 y MONCADA, 1993.

[3] La nueva estructura, de 1774, contemplaba la división del cuerpo en tres Ramos: Plazas y fortificaciones del Reino, Academias militares y Caminos, puentes, arquitectura civil, canales de riego y navegación.

tían dedicar demasiado tiempo a este tipo de obras; y, sin embargo, hubo un reducido número de ingenieros que participó en la realización de ellas. Pero en muy pocos casos el ingeniero tuvo a su cargo todas las etapas de la construcción de una obra. Además, debemos recordar que la Real Hacienda se oponía a pagar los sueldos de los ingenieros cuando éstos se hallaran destinados a la construcción de obras públicas o de particulares que contaran con fondos propios. Por ello se estableció que "por ningún motivo, ni bajo cualquier pretexto se emplearan en obras públicas ni de particulares, en América, los ingenieros que pertenecieran a la precisa dotación de estas plazas y provincias por la notable falta que hacían para la defensa de estos dominios" (Gutiérrez, 1977). En cualquier caso, ante la falta de técnicos especializados las autoridades no dudaron en recurrir a los ingenieros militares.

Si bien podemos considerar que las comunicaciones son un instrumento fundamental para lograr la integración territorial, lo cierto es que los caminos de la época colonial sirvieron más como vías de extracción que como elementos de integración. No olvidemos que la ruta Veracruz-México-Acapulco era "complementaria a los ejes de transporte oceánico" que enlazaban al virreinato con los grandes centros comerciales de Europa (CHIAS, 1985).

Por obvias razones, la gran mayoría de estas obras las hemos localizado en Nueva España, donde participaron en ocho caminos y siete puentes. En Centroamérica y Suramérica, hallamos la participación de los ingenieros en caminos y puentes, a través de su cartografía regional. Ejemplos de ello lo vemos en Luis Diez Navarro en Guatemala, Carlos Cabrer, Antonio de Arévalo, José Galluzo en Nueva Granada; Fermín Rueda, Miguel Marmión y Francisco Jacot en Venezuela, o Manuel Olaguer, José Antonio Birt, Pedro Rico y Mariano Pusterla en el territorio de Perú y Chile (CAPEL, 1983; LAORDEN, 2008).

VII – OBRA HIDRÁULICA

La hidrología es, en su sentido más amplio, la ciencia que trata con el agua. Su importancia práctica radica en las aplicaciones del conocimiento hidrológico a campos tan diversos como la ingeniería, la agricultura, los recursos naturales o las ciencias de la salud. Los ingenieros militares desarrollaron esta vertiente práctica como parte de su actividad profesional; con respecto a su participación en obras hidráulicas, la de mayor importancia a lo largo del siglo XVIII fue, sin duda, el desagüe del Valle de México, sin duda, el mayor reto científico-tecnológico que enfrentaron las autoridades del México colonial, donde participaron un gran número de ingenieros destinados en Nueva España (MONCADA, 1992).

En cuanto a canales, sólo señalamos la participación de los ingenieros militares en tres grandes proyectos en territorio americano; dos de ellos, de gran importancia geopolítica, nunca se realizaron: el canal interoceánico en el Istmo de Tehuantepec, en territorio novohispano, y el canal en el Lago de Nicaragua. El tercero es el Canal del Dique, en Colombia, que permitió comunicar a Cartagena de Indias con el interior del país, a través del río Magdalena (LUCENA y Córdoba, 1986).

A ello debemos añadir su participación en proyectos de abastecimiento de agua a diferentes ciudades –Veracruz, Guadalajara, El Callao, Cartagena de Indias, Santiago de Chile, Córdoba, La Habana o San Juan de Puerto Rico-, tema de primera necesidad en los proyectos urbanísticos ilustrados.

VIII – OBRA ARQUITECTÓNICA Y URBANÍSTICA

Desde los primeros años de su labor en el nuevo continente, los ingenieros desarrollaron una activa participación en proyectos de arquitectura civil y religiosa. La participación de los ingenieros en estas obras no estaba exenta de problemas. Así, pese a que a finales del siglo XVIII se dictan disposiciones para limitar la participación de los ingenieros en obras públicas o particulares, ante la carencia de técnicos en estas artes continuaron participando en ellas.

En lo que respecta a su obra arquitectónica, esta es numerosa y variada. Uno de los aspectos más importantes, es que ellos,

junto con un reducido grupo de arquitectos llegados de España, son los promotores del desarrollo del estilo neoclásico en América.

Una somera revisión nos permite establecer que los ingenieros participaron en el diseño, construcción, o reformas, de: hospitales, aduanas, casas de moneda, faros y plazas de toros; igualmente participaron en casas de correo, cárceles y tribunales y casas de gobierno -cabildos y palacios.

Otro aspecto relacionado a esta línea de trabajo se refiere a la construcción de fábricas de tabaco en México, Guatemala, Panamá, La Habana, Lima y Buenos Aires, fábricas de pólvora y de azufre, almacenes, fundiciones e imprentas. Por último, no podemos dejar de mencionar su destacada participación en la arquitectura religiosa. A lo largo de todo el continente quedan muestras de su genio, ya sean pequeñas iglesias, conventos o grandes catedrales.

Más importante por sus efectos en la estructuración del espacio urbano es su obra urbanística, aunque también reducida en número. La imagen de la ciudad de México, como muchas otras de América, distaba mucho de las intenciones y deseos de las autoridades:

> … las calles sin atarjeas, banquetas sin empedrados, eran el común depósito de la basura e inmundicia de las casas, y las lluvias, año por año, formaban naturalmente inmundos albañales, se donde se emanaban mefíticas dañosas ecsalaciones: la acequia continuaba hasta palacio y otras calles, siendo también el receptáculo de las inmundicias que se estancaban en el agua represa: el mercado estaba frente de palacio, y se componía de un común en el centro, y multitud de grandes y pequeños tejados de madera donde se espendían las vituallas, arrojándose las podridas a un lado, que algunas noches servían de alimentos a los cerdos y vacas que pacían libremente por toda la ciudad… (PAYNO, 1948, pp. 11-14).

La intervención de los ingenieros dentro del ámbito urbanístico fue muy variada: empedrado de calles, limpieza de acequias, abastecimiento y evacuación de agua, proyectos de Plaza Mayor -como los realizados en Buenos Aires, Guatemala y México-, o proyectos completos de nuevas ciudades, como fue el caso de Nueva Murcia en Argentina, o la Nueva Guatemala.

Bajo estas normas, la Plaza Mayor sirvió como "eje de la vida y personalidad de la ciudad, ejerciendo una indiscutible centralidad funcional y representativa en el conjunto de la mancha urbana" (RIBERA, 2002, p. 292). En la plaza no sólo se realizaban actividades mercantiles y de reunión, si no que en ella se daba la concentración de todo tipo de acciones para goce y disgusto de la sociedad. Así, en este espacio se daban fiestas y ceremonias oficiales por muy variados motivos: la entrada de un nuevo virrey, los matrimonios reales, la canonización de un nuevo santo, así como procesiones y corridas de toros; ahí se ubicaba la pila o fuente pública, indispensable para abastecer a los habitantes de la ciudad, pero también ahí se encontraba la horca, que también fue un motivo para reunir a la gente y advertirla con ese sombrío espectáculo, de lo que les pasaría en dado caso de cometer alguna grave falta.

La visión de proporcionar un mejor ambiente a la ciudad americana, tanto por la acción de gobernantes ilustrados, como de ingenieros y arquitectos, aportó una serie de modificaciones al paisaje urbano: el caos fue sustituido por el orden, permitiendo que el espacio se abriera. El nuevo espacio generado por las ideas borbónicas ilustradas trajo el confort a los pobladores, proporcionado por la disposición de los elementos arquitectónicos y los materiales de éstos. Así, puede establecerse que "lo ordenado, lo recto, lo simétrico, lo parco, lo uniforme, lo limpio, lo bien hecho y lo funcional, valores que estaban en boga… se corresponden con el racionalismo clásico de los enciclopedistas y con el estilo neoclásico en arquitectura" (LOMBARDO, 1978, p. 171).

IX – A MANERA DE CONCLUSIÓN

Por su formación científica y técnica, los ingenieros militares fueron grandes auxiliares de las autoridades en la ordenación del

territorio. Así, por ejemplo, el sistema defensivo costero de América, por medio de la construcción y mejora de las fortalezas, realizado casi totalmente por ingenieros militares, dio lugar a levantamientos cartográficos y descripciones, tanto de la fortaleza en sí como del entorno inmediato de la plaza, lo que permitió, en algunos casos, preveer el crecimiento de la misma y su dotación de servicios. Un segundo ejemplo es la participación de esta corporación en un esbozo de integración regional a través de la construcción y mejoras a los caminos.

Se debe destacar aquí que no se trata de logros individuales. Los ingenieros militares formaban una corporación técnico-científica capacitada para contribuir al desarrollo de las posesiones españolas de ultramar. Además, y como se señaló en su momento, a un gran número de ingenieros les tocó vivir una de las etapas más importantes del desarrollo científico de: la Ilustración. Sus relaciones con los ilustrados iberoamericanos debió enriquecer aún más esa formación científica adquirida en las Academias. Para la realización de trabajos conjuntos debieron adquirir nuevos conocimientos que, posteriormente, pudieron aplicar en este territorio. Sus diversos escritos nos permiten entender ahora, parcialmente, algunos de los procesos de ocupación del territorio que se dieron a finales del siglo XVIII.

En cualquier caso, sus descripciones son ahora reconocidas como una importante fuente de información de la disponibilidad de recursos naturales y humanos de América en el siglo XVIII. Por otra parte, su participación en diversos proyectos de obras públicas contribuyó a establecer ciertas bases para la ordenación territorial que caracterizó a la América Independiente.

X – REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO BÁQUER, Miguel. Aportación militar a la cartografía española en la historia contemporánea. Madrid: CSIC, 1972.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (México). Catálogo de ilustraciones. México: Archivo General de la Nación, 1979-1982, 14 Vols.

CAPEL, Horacio. Geografía y matemáticas en la España del siglo XVIII. Barcelona: Oikostau, 1982.

CAPEL, Horacio, Lourdes García, Omar Moncada, Francesc Olivé, Santiago Quezada, Antonio Rodríguez, Joan-Eugeni Sánchez y Rosa Tello. Los ingenieros militares en España. Repertorio biográfico e inventario de su labor espacial, Siglo XVIII. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1983.

CAPEL, Horacio, Joan-Eugeni Sánchez y Omar Moncada. De Palas a Minerva. La formación científica y la estructura institucional de los ingenieros militares en el siglo XVIII. Barcelona/Madrid: Serbal/CSIC, 1988.

CHIAS, Luis. Los transportes dentro del marco cognoscitivo de la geografía económica. México: Instituto de Geografía, UNAM, 1985.

GONZÁLEZ, Julio. Catálogo de Mapas y Planos de Venezuela. Madrid: Dirección General de Archivos y Bibliotecas, Archivo General de Indias, 1968.

GONZÁLEZ, Julio. Catálogo de Mapas y Planos de Santo Domingo. Madrid: Dirección General de Archivos y Bibliotecas, Archivo General de Indias, 1973.

GONZÁLEZ, Julio. Catálogo de Mapas y Planos de la Florida y la Luisiana. Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico, Archivos y Museos, Archivo General de Indias, 1979.

GUARDA, Gabriel. Influencia militar en las ciudades del Reino de Chile. Boletín de la Academia Chilena de Historia, XXXIII, 75, 5-55, 1966.

GUARDA, Gabriel. Flandes indiano. Las fortificaciones del Reino de Chile, 1541-1826. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1990.

GUTIÉRREZ Ramón. La organización de los cuerpos de ingenieros de la Corona y su acción en las obras públicas americanas". In: Actas del Seminario Puertos y Fortificaciones en América y Filipinas, Madrid, CEHOPU, 1984, 41-77.

HARDOY, Jorge E. Cartografía urbana colonial de América Latina y el Caribe, Buenos Aires: Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo,1991.

LOMBARDO DE RUIZ, Sonia. Ideas y proyectos urbanísticos de la ciudad de México. 1788-1850. In: MORENO TOSCANO, Alejandra (Coord.). Ciudad de México. Ensayo de construcción de una historia. México: INAH, 1978, 169-188.

LUCENA, Manuel y Alberto Córdoba. Ciencia y espacio colonial: Los proyectos del canal del Dique en el siglo XVIII". IN: PESET, José Luis (Coord.). Ciencia, Vida y Espacio en Iberoamérica. Madrid: CSIC, 1986, 21-44.

MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan. Ejército y milicias en el mundo colonial americano. Madrid: MAPFRE, 1992.

MONCADA MAYA, José Omar. La obra hidráulica de los ingenieros militares en la Nueva España. Quipu, Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología, Vol. 7, núm. 3, 293-311, sept.-dic. 1990.

MONCADA MAYA, José Omar. Los ingenieros militares en Nueva España. Inventario de su labor científica y espacial, siglos XVI al XVIII. México: UNAM, 1993.

PAYNO, Manuel. El virrey Revillagigedo. México: Vargas Rea, 1948.

RIBERA CARBÓ Eulalia. La plaza pública: elemento de integración, centralidad y permanencia en las ciudades mexicanas. In: AGUIRRE ANAYA, Carlos, Marcela Dávalos y María Amparo Ros (Eds.). Los espacios públicos de la ciudad. Siglos XVIII y XIX. México: Casa Juan Pablos-Instituto de Cultura de la Ciudad de México, 2002.

SANCHEZ, Joan-Eugeni. La estructura institucional de una corporación científica: el Cuerpo de Ingenieros Militares en el siglo XVIII. In: PESET, José Luis (Coord.). Ciencia, Vida y Espacio en Iberoamérica. Madrid: CSIC, 1986, 3-20.

SERVICIO GEOGRÁFICO DEL EJÉRCITO. Cartoteca Histórica. Índice de mapas y planos Históricos de América, Madrid: 1974.

TORRE REVELLO, José. Catálogo de Mapas y Planos, Buenos Aires, Tomo II, Madrid: Archivo General de Indias, Ministerio de Cultura, 1988. Reimpresión.

TORRES LANZAS, Pedro. Relación descriptiva de los Mapas, Planos, etc. de Filipinas, existentes en el Archivo General de Indias, Madrid: Archivo General de Indias, 1897.

TORRES LANZAS, Pedro. Catálogo de Mapas y Planos de México, Madrid: Archivo General de Indias, Ministerio de Cultura, 1985. Reimpresión.

TORRES LANZAS, Pedro. Catálogo de Mapas y Planos de Panamá, Santa Fe y Quito, Madrid: Archivo General de Indias, Ministerio de Cultura, 1985. Reimpresión.

TORRES LANZAS, Pedro. Catálogo de Mapas y Planos, Buenos Aires, Tomo I, Madrid: Archivo General de Indias, Ministerio de Cultura, 1988. Reimpresión.

TORRES LANZAS, Pedro. Catálogo de Mapas y Planos, Guatemala (Guatemala, San Salvador, Honduras, Nicaragua y Costa Rica), Madrid: Archivo General de Indias, Ministerio de Cultura, 1985. Reimpresión

TORRES LANZAS, Pedro. Catálogo de Mapas y Planos, Virreinato del Perú (Perú y Chile), Madrid: Archivo General de Indias, Ministerio de Cultura, 1985. Reimpresión.

ZAPATERO, Juan Manuel. La escuela de fortificación hispanoamericana. In: Puertos y fortificaciones de América y Filipinas. Madrid: MOPU-CEHOPU, 1985, 63-71.

Mercês e cartografia no governo do Império Marítimo Português: o caso de João Teixeira

Marcello José Gomes Loureiro
Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Concluiu os Cursos de Especialização em História Militar Brasileira (UNIRIO) e em História do Brasil (UFF); é bacharel e licenciado em História (UERJ) e bacharel pela Escola Naval, com habilitação em Administração.

RESUMO

Em um contexto de Antigo Regime, os Teixeiras produziram diversas cartas representando os domínios portugueses na América. Tais cartas eram narrativas das possessões lusas e permitiam que a coroa obtivesse conhecimento e pudesse formular uma gestão de seus mais distantes territórios. É preciso refletir até que ponto tais narrativas não eram formuladas para atender aos interesses da monarquia católica portuguesa, ou de alguns de seus grupos, mitigando assim informações impertinentes. Por exemplo, as informações apresentadas por João Teixeira afastavam muito daquelas registradas na documentação oficial. Analogamente, em suas representações de 1630, 1637, 1640 e 1642, João Teixeira inseria o Rio da Prata, região que ao menos desde a década de 1580 estabelecia comércio com o Império português, nas demarcações lusas, explicitando, dessa forma, a pretensão do direito português sobre áreas pertencentes ao Império de Castela. Nesse sentido, João Teixeira, como cartógrafo interessado em prestar serviços para a coroa, procurava elaborar representações que fossem da utilidade e benefício do serviço real. Não se pode esquecer que a monarquia costumava recompensar aqueles que lhe prestavam serviços. Sob uma cultura política de Antigo Regime, em que serviços prestados por vassalos eram trocados por mercês régias, as representações cartográficas muito provavelmente tiveram de se alinhavar aos interesses da coroa. Não foi à toa, então, que a car-

ABSTRACT

In the context of the Ancien Régime, the Teixeiras produced several maps representing the Portuguese dominions in the America. These maps were narratives of possessions and allowed the Crown could obtain knowledge and develop a management of its more distant territories. We need to reflect the extent to which these narratives were not designed to serve the interests of the Portuguese Catholic monarchy, or some of their groups, thus mitigating information impertinent. For example, the information presented by João Teixeira far removed from those recorded in the official documentation. Similarly, in João Teixeira's representations of 1630, 1637, 1640 and 1642, he enter the River Plate, a region at least since the 1580s established trade with the Portuguese Empire, in the demarcation of Portugal, explaining thus the claim Portuguese law on the areas belonging to the empire of Castile. In this sense, João Teixeira, as a cartographer interested in providing services to the Crown, sought to build representations that were of benefit and utility of the actual service. Do not forget that the monarchy used to reward those who provide services. In a political culture of the Ancien Régime, in which services of vassals were exchanged for royal favors, cartographic representations most likely had to tack to the interests of the Crown. No wonder, then, that the mapping of JoãoTeixeira overestimated the defense of the city of Rio

tografia de João Teixeira superestimou a defesa da cidade do Rio de Janeiro, bem como recorreu a diversos dispositivos gráficos para posicionar a região do Rio da Prata nas demarcações lusas de Tordesilhas. Assim, este trabalho pretende, a partir das informações apresentadas nas cartas de João Teixeira Albernaz, discutir alguns dos modos de legitimação e gestão da coroa portuguesa, demonstrando como seu "governo" dependia de uma série de informações advindas dos espaços locais da monarquia, geradas por homens que frequentemente esperavam ser reconhecidos pelos serviços que prestavam.

PALAVRAS-CHAVE: Neotomismo; Império Português; João Teixeira Albernaz

de Janeiro, as well as several graphics devices used to position the region of the River Plate in the Portuguese demarcation of Tordesillas. Then, this paper aims, from the information presented in the maps of João Teixeira Albernaz, discuss some of the modes of legitimation and management of the Portuguese Crown, demonstrating how his "government" depended on a range of information from the local spaces of the monarchy, generated often by men who were waiting to be recognized for their services.

KEYWORDS: Neotomism; Portuguese Empire; João Teixeira Albernaz

1. CULTURA E DINÂMICA POLÍTICA NO ESTADO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII

Compreender a dinâmica de uma monarquia ibérica, em um contexto de Antigo Regime, significa, antes de tudo, remeter-se a uma cultura política modulada pela linguagem normativa da segunda escolástica. Forjada como uma tentativa de resposta para as questões religiosas e filosóficas surgidas no contexto da Reforma Protestante, os preceitos de tal linguagem podem ser encontrados, por exemplo, nas obras de Luís Molina, Francisco Vitória, Francisco Suárez e Juan de Solórzano Pereira para o caso espanhol; para o português, em Francisco Velasco de Gouvêa e nos escritos do Padre Antônio Vieira (SKINNER, 1996: 414-449; PUJOL, 2007: 447-457). Grosso modo, eles buscavam, a partir da resignificação de ideias medievais, consagrar a monarquia e a autoridade régia.

Considerando *la religión como primer fundamento del orden social*, defendiam uma sociedade cuja representação se alinha com o paradigma corporativista (ANZOÁTEGUI, 2003: 283). Tal ordem social, com sua hierarquia dada pelos séculos e conformada pelo direito, era considerada natural e explícita ante aos olhos: as diferenças deveriam ser sempre evidenciadas. A cultura política não era a da inovação, mas sim a da permanência, a da repetição. Até porque o direito natural, que deveria enformar todas as ações humanas, é imutável (HESPANHA, 1994: 307-323).

Em Portugal, um exemplo claro dessa noção de conservação está na literatura do início do século XVII. Referindo-se às detestáveis possibilidades de transformação advindas da sorte, que pode alterar os estados de maneira tempestiva e imprevisível, assim Bento Teixeira escreveu em sua *Prosopopéia*, em 1601:

> O sorte tão cruel como mudável
> Por que usurpas aos bons o seu direito?
> Escolhes sempre o mais abominável,
> Reprovas e abominas o perfeito.
> O menos digno fazes agradável,
> O agradável mais, menos aceito.
> Ó frágil, inconstante, quebradiça,
> Roubadora dos bens e da Justiça! (TEIXEIRA, 1601: estrofe XXXV).[1]

[1] Embora com sentido pouco distinto, também nos escritos da Beuern medieval é possível encontrar caracterizações negativas acerca da sorte, como nos versos a seguir: *Bruta sorte,/ és de morte:/ tua roda é volúvel,/ benfazeja,/ malfazeja,/ toda sorte é dissolúvel./ Disfarçada/ de boa fada,/ minha ruína sempre queres;/ simulando/ estar brincando/ minhas costas nuas feres*. Sobre tais versos, consultar: *Carmina Burana:* Canções de Beuern. ▶

De acordo com as construções teológicas do neotomismo ibérico, Deus atribuiu funções sociais metaforicamente expressas na monarquia: enquanto o rei era o cabeça, responsável por dirimir os conflitos nessa hierarquia, garantindo os direitos e deveres característicos de uma justiça equitativa, a nobreza era os braços; o clero, o coração; e os camponeses, os peões, os pés responsáveis pela sustentação desse corpo social (HESPANHA, 1994: 297-306).

Com inspiração nas teorias medievais que prediziam a teleologia da história, uma elite de letrados defendia que a conservação da harmonia desse corpo-social era de importância primacial para que o conjunto orgânico decorrente pudesse cumprir o seu destino metafísico perante Deus.

Nesse esquema, portanto, a cabeça, o próprio rei, não podia ser confundida com as demais partes do corpo. O bom governo do rei devia garantir a paz interna e externa e, principalmente, respeitar os direitos, obrigações, interesses, autonomias, e prerrogativas de cada parte dessa sociedade-corpo. Em suma, respeitar o autogoverno das partes para a plena e perfeita manutenção daquela harmonia, verdadeiro pressuposto do princípio do *pro bono communis*, ou seja, do bem comum.

Um dos resultados das concepções da segunda escolástica é a noção implícita de que havia um pacto político entre o soberano e seus vassalos, revelando-se assim, em última instância, uma dimensão contratual no Antigo Regime ibérico. Foi exatamente o que escreveu Francisco Velasco de Gouvêa, em 1642, em sua obra *Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal Dom João IV*. Nela, o autor defende que os súditos podem destituir o rei, se este não cumprir seu papel no pacto tácito que estabeleceu com a sociedade. No caso, referia-se, por um lado, à destituição de Filipe IV, acusado de não respeitar os acordos de Tomar, de 1581, e, por outro, à justa aclamação do Duque de Bragança como Dom João IV. Muito mais se escreveu na literatura jurídica sobre este tema. Apenas para registrar exemplos, vale citar O *Manifesto do Reyno de Portugal*, do Secretário de Dom João IV, António Paes Viegas (Lisboa, 1641); *a Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*, de João Pinto Ribeiro (Lisboa, 1642) e *a Oração Apodixica aos Semanticos da Pátria*, do "brasileiro" Diogo Gomes (Lisboa, 1641) (GODINHO, 1992: 309-318).

Em termos práticos, as relações sinalagmáticas entre o monarca e seus vassalos podem ser verificadas no sistema de mercês. Com origem nas guerras contra os muçulmanos na Baixa Idade Média, esse sistema definia o pacto político entre os vassalos da monarquia e o monarca e consistia no reconhecimento aos serviços por eles prestados. Assim, por um lado, os vassalos prestavam serviços à coroa, como, por exemplo, participavam de guerras ou financiavam projetos do Estado e, em contrapartida, recebiam mercês, que se traduziam por diversos tipos de prerrogativas, como cargos administrativos, precedências, distinções, isenções fiscais, monopólios, títulos que geravam remuneração, etc. Assim, o ato real de conceder, chamado pela historiografia portuguesa de *liberalidade régia*, construía uma cadeia de obrigações recíprocas entre o rei e seus vassalos, gerando para esses últimos uma noção de pertencimento (OLIVAL, 2001: 15-38).

Se, por um lado, o sistema de mercês proporcionava a possibilidade de ascensão social para os vassalos de el-rei, por outro era fundamental para a governabilidade régia. Afinal, para se viabilizar, a monarquia dependia da lealdade de diversos oficiais da coroa, dispersos em intrincadas redes imperiais (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2000: 81-83; CASALILLA, 2009: 11-94). Era a capacidade de *brokers* como Salvador Correia de Sá e João de Lencastre de movimentar redes que trazia substância à política ultramarina portuguesa (FRAGOSO & GOUVÊA, 2010: 56). O rei se representava graças à lealdade

► Apresentação de Segismundo Spina, introdução e tradução de Maurice van Woensel. São Paulo: Ars Poética, 1994, p. 175-176. Seja como for, para Raphael Bluteau, sorte pode ser entendida, em suma, como: *tudo que sucede acaso, sem princípio certo, nem causa conhecida*. Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/sorte. Acessado em 30 de agosto de 2011.

desses homens, que transformavam política em ação governativa. Frequentemente adaptavam as ordens régias às realidades locais, de acordo com os seus interesses e os de suas redes. Por isso, John Elliott afirmou que a autoridade real era *filtrada, mediada e dispersada* (2004: 299).

Para se gerir esse Império Marítimo Português, plurioceânico e pluricontinental, havia uma complexa estrutura administrativa de gestão. Contudo, em face das características da monarquia católica portuguesa, não se deve pensar que *Gestão* pode ser associada à adoção sistemática de uma política estatal raciológica, que se traduza por uma espécie de administração pública weberiana.

Seja como for, as dificuldades não eram inexpressivas. Tratava-se de governar um Estado vasto e composto, com enorme extensão territorial, operada graças a uma conquista militar; em decorrência, governava-se também uma pluralidade de povos, portadores de distintas culturas (DUVERGER, 2008: 19-38). Dispondo de poucos contingentes e recursos, a coroa tinha de estabelecer meios de manter o domínio de vastas áreas, compensando longas distâncias entre suas remotas possessões e Lisboa. As mercês funcionavam, portanto, como ímãs, que atraíam as possessões distantes, com tendência centrífuga, ao centro do Império. (RAMINELLI, 2008: 17-60).

De forma concreta, a gestão se traduz pelo próprio diálogo entre os Conselhos Superiores da monarquia, que discutiam a administração financeira, militar e patrimonial do Império. O processo, que dependia das informações que circulavam sob o ritmo das velas dos navios, era complexo e moroso: exame de cartas, representações e aconselhamentos diversos, produzidos nos mais diversos poderes, centrais ou locais (LOUREIRO, 2010).

Diogo Ramada Curto e Ronald Raminelli ressaltam que, na gestão do Império, os arbítrios e narrativas faziam parte da lógica redistributiva do Antigo Regime. Inventários, crônicas e mapas codificavam o mundo ultramarino, subsidiando o processo decisório do núcleo administrativo, viabilizando o governo pelo Estado, de modo que *o conhecimento era parte de uma troca, de um negócio entre o rei e seus súditos* (RAMINELLI, 2008: 80).

A literatura de arbítrios e advertências representaria, inclusive, algo de novo nos circuitos de comunicação política da monarquia, apontando, em última instância, para uma modernização das estruturas do Estado e do Império. Tais narrativas, que partiam da própria experiência e interesses de seus autores, admitiam, frequentemente, finalidade pedagógica, já que ensinavam aos futuros oficiais régios como funcionavam as instituições e os negócios nos poderes centrais ou mesmo locais; assumiam também função normativa, porque poderiam ser assimiladas na concepção de novos regimentos; e, ainda, pessoal, já que sua leitura poderia viabilizar o reconhecimento régio e a justa distribuição de mercês (CURTO, 2009: 177-189).

Nesse sentido, os mapas podem ser considerados um importante instrumento de governo, fundamentais para o exercício do poder real; faziam com que o Império pudesse ser visualizado e, de alguma forma, políticas pudessem ser formuladas para seu controle. Sem as representações cartográficas,

> toda a experiência acumulada pelos conquistadores e viajantes estaria perdida. Sem esses rumos, os navegantes deveriam descobrir as mesmas rotas a cada vez que a percorressem. (...) Os mapas expressam, portanto, projetos de centralização do poder, de construção de um centro e várias periferias. Eram ainda meios de expandir fronteiras, controlar o comércio e negociar com impérios rivais. (...) Frequentemente os reis contratavam cartógrafos, mas havia também a possibilidade de presentear o soberano na esperança de receber mercê (RAMINELLI, 2008: 30).

Talvez, a intenção de Fernão Vaz Dourado fosse exatamente a de receber mercês, quando dedicou um atlas ricamente iluminado ao Rei Dom Sebastião, em 1575. Sete anos antes, já houvera dedicado um atlas universal a Dom Luís de Ataíde, Vice-Rei da Índia, regis-

trando abaixo de seu brasão de armas: *Luís impera, reina em submissão a Cristo. E a sua vitória é certa* (RAMINELLI: 2008, p. 30).

Assim, longe de ser um decisor dotado de todo saber, o rei dependia do papel para governar. Governar, portanto, era informar (ordenar) e ser informado. Eram as "cadeias de papel" e a circulação de informações que traziam unidade ao Império, intermediando o centro e suas periferias. Nessa perspectiva, é fundamental reconhecer os oficiais régios e cartógrafos *como produtores e transmissores de poderes e saberes, que deram forma e viabilizaram a governabilidade portuguesa através de seu contexto imperial* (GOUVÊA & NOGUEIRA, 2007: 90-110).

O quadro se torna mais complexo quando se considera que a informação que chega ao rei normalmente é filtrada, se é que pode ser qualificada dessa forma, por determinados homens de Estado (incluindo-se cartógrafos) que possuíam interesses e aguardavam mercês como resultados de suas narrativas.

2. OS TEIXEIRAS E SEUS FAVORES A MONARQUIA

De meados do século XVI até fins do século XVIII, a família dos Teixeira se notabilizou em Portugal em função de sua produção cartográfica. O primeiro Teixeira a se destacar foi Luís Teixeira, filho do cartógrafo Pero Fernandes, que, após ser examinado pelo Cosmógrafo-Mor Pedro Nunes, obteve a licença para fazer cartas e instrumentos náuticos em 1596. Ao que se sabe, produziu 15 mapas. Luís Teixeira foi pai não apenas de João Teixeira, mas também de Pedro Teixeira Albernaz, além de irmão de Domingos Teixeira, ambos também cartógrafos.

Conforme explica António Silva Ribeiro, *resulta claro que os saberes da cartografia, por esta ser uma arte e uma técnica praticada nas oficinas de reputados mestres, se perpetuavam com frequência em algumas famílias, o que dava origem a verdadeiras dinastias continuadas por filhos e netos, que aprendiam com seus ascendentes a arte de desenhar cartas. (...) No século XVII, prevaleceu a dos Teixeiras* (2011: 92).

João Teixeira Albernaz, conhecido como "o velho", foi avô de um cartógrafo homônimo, porém conhecido como "o moço". Sua produção inclui 19 atlas, totalizando 215 cartas. Em 1602, recebeu Carta de Ofício de Mestre em fazer *cartas de marear, astrolábios, agulhas e balestilhas*, tendo sido examinado pelo Cosmógrafo-Mor do Reino, João Baptista Lavanha, que fora mestre de Pedro Teixeira (RIBEIRO, 2011: 106-107). Muito embora tenha sido feito cartógrafo da Casa da Mina e Índia, não recebeu as mercês que esperava como recompensa por seus trabalhos.

Em seu Atlas de 1627, João Teixeira, o velho, escreveu o seguinte:

Mapa-múndi de Domingos Teixeira (1573)

> Este porto do Rio de Janeiro é o melhor e mais defensável que há em todo o estado do Brasil, é capaz de muitas e grandes embarcações, e podem-se fazer nele grandes armadas. Há nesta terra muita madeira para se fazerem navios e tudo o mais para apresto deles é necessário sem esperar nada da Europa. É muito rica e abundante e de bons ares. Está em altura de 23 graus da parte do sul (CORTESÃO, 1965: 49).

Neste trecho, João Teixeira alertava para o potencial defensivo do porto, além da sua capacidade de permitir a operacionalização de diversas embarcações. Chama a atenção, em acréscimo, para a possibilidade de construção naval, em face da abundância de madeira. A ideia de uma autossuficiência do Rio de Janeiro, que não precisa *esperar nada da Europa*, sugere suas relações comerciais com outras praças da América portuguesa e com Buenos Aires, na Bacia do Prata.

Nos séculos XVI e XVII, a Baía de Guanabara consistia em ponto de parada quase obrigatório para as embarcações que demandavam o Oceano Índico para comércio no Oriente. Isso porque os navios que saíam de Lisboa com esse destino não tinham condições náuticas de superar a corrente norte de Benguela. Essa corrente atlântica da costa africana, por ter sentido contrário, impedia que a maioria das embarcações a vela tangenciasse a costa africana em uma pernada direta Lisboa-Cabo da Boa Esperança. Com isso, os navegadores portugueses eram obrigados a cumprir o que se chamava de *volta do mar*: costeavam o litoral africano até o arquipélago de Cabo Verde, navegando a favor da corrente sul equatorial. Nessa altura, demandavam o Nordeste brasileiro para descerem aproximadamente até Cabo Frio, no mesmo sentido da corrente do Brasil. Aí costumavam atracar no Rio de Janeiro para reabastecimento ou reparo. Depois, seguiam com a corrente das Malvinas até o Cabo da Boa Esperança (ALENCASTRO, 2000: 57-63). A Baía de Guanabara (bem como a Baía de Todos os Santos), devido a dinâmica das correntes marítimas do Atlântico Sul, representava então ponto altamente estratégico para a carreira das Índias e para o comércio português no Oriente.

Além disso, a Guanabara dispunha de várias características naturais que facilitaram a instalação da Cidade do Rio de Janeiro e a organização de sua defesa. A baía pode ser considerada um *forte natural*, um verdadeiro *cofre náutico*, com 140 quilômetros de perímetro, mas com uma entrada estreita, de apenas 1.600 metros entre seus limites, os morros do Pão de Açúcar e de Santa Cruz. A largura interna da baía pode chegar a até 28km, com profundidade satisfatória para fundeio de diversos navios simultaneamente. Facilitando o controle sobre a entrada e saída de embarcações das águas calmas da baía, há a Pedra da Laje, cuja posição estratégica perfazia a triangulação militar com aqueles outros dois morros (SANTOS, 1993: 13-15).

Acrescente-se a isso que seus maciços litorâneos têm inclinações abruptas voltadas para o oceano; excelentes pontos de vigilância, eles dificultavam a passagem de tempestades e invasores, possibilitando também a construção de fortificações e a instalação de artilharia. Com essas características, a Guanabara se constituía um porto de abrigo para as embarcações que evitavam possíveis tempestades que ocorriam em alto mar.

Pode-se sugerir, ainda, que a retaguarda da baía, por sua vez, era naturalmente defendida por um sistema de morros – como a serra do Mar – longamente erodido, o que consequentemente produziu áreas sedimentares circundantes. Tais terrenos, normalmente baixadas reais, sofreram ação de marés altas ou de intensa precipitação, transformando-se em lagoas ou pântanos.[2] Assim, dificultando qualquer tentativa de invasão, tanto pelo litoral quanto pelo continente, esses morros cercados por terrenos alagadiços representaram outra facilidade natural para consecução da defesa do Rio.

[2] Se no passado eles compuseram a arquitetura defensiva da cidade, mais tarde causaram altos custos de urbanização, em virtude da necessidade constante de aterramento.

Diversos viajantes e cronistas registraram as possibilidades de se utilizar essas comodidades naturais para a organização da defesa. Gandavo, na segunda metade do século XVI, escreveu que no meio da barra de entrada da Baía de Guanabara está *uma Lájea* (sic), *na qual se pode fazer uma fortaleza para defensão* (sic) *da terra* (...) *Esta é uma das mais seguras e melhores barras que há nestas partes, pela qual podem quaisquer naus entrar e sair a todo o tempo sem temor de nenhum perigo* (BICALHO, 2003: 32). Já Fernão Cardim, após assinalar as maravilhas naturais criadas por Deus na região da Guanabara e também sugerir a instalação de uma fortaleza na Pedra da Laje, considerou que a baía seria *cousa inexpugnável* (BICALHO, 2003, 32).

A intervenção do homem na natureza se materializou de forma mais relevante quando Mem de Sá fixou oficialmente a cidade, a 60 metros de altitude, no Morro do Descanso. O morro, cercado em sua parte ocidental pela Lagoa do Boqueirão, logo ficou conhecido como Morro do Castelo, em virtude de suas baterias de artilharia. Devido a sua altitude, impondo-se na paisagem, a cidade podia ver e ser vista, a exemplo de outras cidades renascentistas.

Ainda na segunda metade do século XVI e a partir desse quadro de proteção natural, os portugueses desenvolveram um sistema militar de defesa para a Baía de Guanabara, construindo primeiramente as defesas fortificadas de Nossa Senhora da Guia (anterior a 1580) e de São João (anterior a 1618) nas extremidades da barra. Alinhadas, essas baterias procuravam obstaculizar a penetração na baía de qualquer embarcação inimiga com seu fogo cruzado. No interior da Guanabara, foram erguidas as de São Tiago, na ponta da piabaça, e o baluarte do Morro do Castelo, chamado de São Sebastião, além da instalação de uma bateria chamada de Santa Cruz, na Rua Direita, origem da Igreja de Santa Cruz dos Militares. Estas estavam estrategicamente recuadas exatamente para impedir os ataques de qualquer navio que porventura transpusesse a primeira linha de fortes.

Graças ao Atlas do Estado do Brasil de João Teixeira Albernaz, de 1631, sabe-se que os portugueses não utilizavam a Ilha de Villegagnon como fortim nessa época (FERREZ, 1973:12). De acordo com o mesmo Atlas, haviam sido instaladas outras fortalezas, como a de São Martinho, acima de São João, e a de Santa Margarida, na Ilha das Cobras (refeita posteriormente por Salvador Correia de Sá e Benevides em 1637), bem como diversas baterias menores estavam espalhadas pela cidade.

Com a crescente ameaça holandesa no início do século XVII e, sobretudo, com a concreta invasão flamenga na cidade de Salvador em 1624, a Administração local precisou repensar a defesa da cidade. Nesse sentido, entre 1628 e 1633, reforçou-se São João, constituída a partir de então de quatro baterias; incrementou-se Nossa Senhora da Guia com obra de alvenaria em 1624, sendo rebatizada nessa ocasião com o nome de Santa Cruz da Barra; *índios amigos* foram arregimentados pelos jesuítas, sendo mantidos em prontidão; ao baluarte do Castelo foi acrescentado um Fortim e se reforçou ainda o Fortim de San Tiago, construído em 1603. Em que pesem esses esforços, durante o Governo de Martim de Sá (1623-1632), que praticamente com recursos próprios providenciou tais incrementos na defesa, apareceu em Cabo Frio um navio holandês em busca de pau-brasil (FERREZ, 1971: 137).

Em que pesem as facilidades naturais, exaltadas pelos cronistas, ou mesmo os esforços de alguns para o incremento da defesa, os documentos oficiais indicam reiteradamente o despreparo da Cidade do Rio de Janeiro para o caso de invasões. Na década de 1640, quando as ameaças de invasão holandesa no Rio de Janeiro geravam temor não apenas na cidade fluminense, mas também no Conselho Ultramarino, em Lisboa, os governadores frequentemente reclamavam do estado de conservação das fortalezas, como fez Duarte Correia Vasqueanes, tio de Salvador Correia de Sá e Benevides, por meio de três cartas que escreveu ao rei nos primeiros meses de 1646. Salvador Correia de Sá e Benevides também solicitou o envio de auxílios militares ao Rio por diversas vezes, mas sobretudo por ocasião de sua partida para a Reconquista de Angola, em 1648 (AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Cx. 4, doc. 643).

Confirmando essas impressões, o Padre Antônio Vieira assim descreveu as pífias possibilidades de defesa da cidade do Rio de Janeiro, em um famoso relatório, o "Papel Forte", datado de 1648:

> O Rio de Janeiro, que a segunda praça do Brasil, tem duas fortalezas na barra que não podem impedir a entrada. Dentro não há fortificação considerável, e as praias são mui estendidas, onde pode saltar gente mui facilmente, e marchar pela cidade, que é toda livre (VIEIRA, 2002: 353).

Os custos de manutenção do sistema de defesa obviamente não eram reduzidos e, por isso mesmo, sua capacidade operacional dificilmente estava em condições plenas de funcionamento. Tais custos eram assumidos, em grande medida, pelos próprios habitantes da cidade. Afinal, conforme explica Fernanda Bicalho, *dada a falta de recursos da Fazenda Real, exausta de rendas devido ao ônus representado pelas guerras de Restauração na Europa,* (...) *os habitantes das praças marítimas da América portuguesa assumiram, por meio de tributos e trabalhos, os altos custos da manutenção do Império*. Isso se verificava desde *a obrigatoriedade do fardamento, sustento e pagamento dos soldos das tropas e guarnições* até *a construção e o reparo das fortalezas, o apresto de naus guarda-costas contra piratas e corsários, a manutenção da armada em situações especiais e em momentos de ameaças concretas* (BICALHO, 2001: 199).

O medo de invasões era tamanho no Rio de Janeiro que frequentemente fazia com que a população (ou parte dela) se mobilizasse em favor da defesa da praça. Assim sendo, em 1643, o Governador Luís Barbalho Bezerra sugeriu à Câmara que fossem levantados recursos para aplicação na defesa, conseguindo fazer aprovar um aumento nas taxas sobre o vinho, azeites doces e peixe pelo período de um ano (BICALHO, 2003: 305).

Mas, o que é curioso, é que tanto a literatura quanto a cartografia de João Teixeira não sublinham o estado precário de defesa da cidade, como fazem as correspondências e relatórios oficiais. Em 1640, mais uma vez, João Teixeira carrega na tinta e escreve:

> O Rio de Janeiro é o melhor e mais seguro porto da costa do Brasil; e dos melhores do mundo, não só por sua grandeza e bom fundo e por ser capaz de muitas e grandes naus, mas também por ser de grande trato, assim pela grande abundância de açúcar que nele há e de outras fazendas de preço, como também pelo muito que dele se negocia para o Rio da Prata, de quem vem a ser a terra riquíssima (FERREZ, 1971: 17).

Este trecho escrito por João Teixeira é particularmente precioso. Similarmente ao que já anotara em seu Atlas de 1627, perceba-se como o cartógrafo mais uma vez enaltece a defesa da Cidade do Rio de Janeiro, considerado agora por ele como o *mais seguro porto da costa do Brasil*. Com isso, Teixeira contraria todo um conjunto de informações que insistia na precariedade das condições de defesa. Uma justificativa plausível para esse claro paradoxo está no fato de que as representações cartográficas eram uma forma significativa de se narrar o espaço americano. Neste caso particular, Teixeira registrava no imaginário europeu que o porto do Rio de Janeiro era *o mais seguro* do Brasil, ainda que, concretamente, suas defesas fossem pífias. O propósito dissuasório das cartas parece, pois, muito razoável: o saber produzido na narrativa de Teixeira buscava espantar pretensos invasores, sobretudo em um momento em que se acreditava que a qualquer instante a praça do Rio de Janeiro seria invadida pelos holandeses. Por outro lado, os benefícios para a coroa portuguesa eram evidentes.

Entretanto, nesse Atlas de 1627, João Teixeira avança: sublinha que o porto do Rio de Janeiro é *dos melhores do mundo*. E, uma das razões para isso está exatamente no *grande trato* (...) *como também pelo muito que dele se negocia para o Rio da Prata, de quem vem a ser a terra riquíssima*. Ora, ele evidencia de modo muito incisivo os intercâmbios que a elite mercantil fluminense mantinha com a elite portenha.

São bastante conhecidas as trocas mercantis que as praças portuguesas do Atlântico estabeleceram com Buenos Ai-

res, principalmente durante os 60 anos da União Ibérica (CANABRAVA, 1984; ALENCASTRO, 2000: 77-116). Por exemplo, o viajante francês Pyrard de Laval escreveu, por ocasião de sua viagem na América portuguesa, realizada em inícios do século XVII, que *nunca vi terra onde o dinheiro seja tão comum, como é nesta do Brasil, e vem do Rio da Prata* (LAVAL, 1944: 230).

A carta do mercador português Francisco Soares, que aportou no Rio de Janeiro em junho de 1596, traz informações mais detalhadas dessas ligações mercantis. Ela foi escrita em 1597 ao seu irmão, Diogo Soares, que estava em Portugal. Francisco alugou um armazém na cidade, onde vendia os artigos que transportara rapidamente e sob grande lucro. Testemunhou um tráfico praticamente regular com o Prata, realizado aproximadamente de três em três meses, em navios de 30 a 40 toneladas.

De acordo com esta carta, esses comerciantes traziam apenas ouro e prata de Buenos Aires, *15 a 20.000 ducados em reaes*, trocando-os por açúcar, arroz, fazendas e chapéus, item cuja demanda era relevante no Peru. Citava, inclusive, um negociante chamado Alonso Ramirez, que trouxe *10 ou 12.000 ducados em reaes de prata*. O lucro era muito relevante: *de 1.000 ducados de mercadorias de Hespanha terse-á de lucro 10.000*. Por fim, acrescentava taxativamente: *se os negociantes portuguezes e hespanhoes tivessem conhecimento deste commercio, não mandariam nem arriscariam tantas mercadorias para Carthagena, como fazem. Por isso, este Rio é um grande commercio, o mais proximo e mais facil caminho para ir ao Perú*. (FAZENDA, 1927: 151-154).

O próprio Rei Filipe III demonstrava ter plena consciência da existência desse comércio. Pois escrevendo em 26 de novembro de 1605 ao Vice-Rei de Portugal Dom Pedro de Castilho, era sobremaneira categórico:

> Eu sou informado que de Potosi baxão cada anno pelo Rio da Prata ao Brasil mais de 500.000 cruzados em moeda e pastas de ouro e prata, como uereis pela Relaçam que vos sera com esta; encomendouos o façais uer no Conselho da Índia e ordeneis que nelle se trate do Remedio que auera para euitar este dano; e tudo o que no dito conselho se tratar me escreuereis com vosso parecer (ALMEIDA, 1957: 303).

O relato de Ambrósio Fernandes Brandão, autor dos *Diálogos da Grandeza do Brasil* (1618), também testemunha exemplarmente as imbricações mercantis de portugueses e castelhanos no ultramar. Brandônio afirmava que do Rio da Prata costumavam navegar muitos negociantes, chamados *peruleiros*, em caravelas e também em navios menores, em direção aos portos do Rio de Janeiro, Bahia e até Pernambuco. Traziam do Prata *soma grande de patacas de quatro e de oito reales, e assim prata lavrada e por lavrar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grão, e ouro lavrado em cadeias*. Nestas praças portuguesas cambiavam os metais por *fazendas das sortes que lhes são necessárias, deixando toda prata e ouro que trouxeram na terra, donde tornam carregados das tais fazendas a fazer outra vez viagem para o Rio da Prata*. Além disso, frequentemente naqueles portos permaneciam os tais peruleiros para a conservação do trato, pelo que trocavam *o seu dinheiro por letra* ou compravam açúcar, que levavam para Portugal (BRANDÃO, 1977: 135-136).

Pelo que afirma, os moradores dessas praças também se interessavam pela permanência desta conexão, já que a participação nessas trocas era extremamente vantajosa para eles, que recebiam metais no instante da liquidação dessas operações mercantis (GARCIA, 1982: 23-28).

Nessas circunstâncias, para os conquistadores da América portuguesa envolvidos nesse trato, o metal branco representava a possibilidade de controle do crédito e de ampliação da liquidez na economia das praças ultramarinas envolvidas nesse comércio; enquanto que para os negociantes de Lisboa, representava a viabilidade de sua inserção nos mercados asiáticos, bem como a possibilidade da manutenção dessa cidade como distribuidora de artigos orientais na Europa (FRAGOSO & GOUVÊA: 2006: 20).

Em síntese, é fundamental sublinhar que o Prata aparece na gestão portuguesa

como um dos elementos constituintes dos circuitos mercantis do Atlântico Sul. Se o principal artigo atlântico para venda em Buenos Aires eram os escravos de Angola, a prata remetida por esse porto liquidava parcela do pagamento referente às mercadorias adquiridas no Oriente, a exemplo de tecidos. Tais itens, por sua vez, eram empregados para aquisição de mais negros em Angola, iniciando-se desta feita novamente a engrenagem mercantil atlântica. Dessa maneira, o Prata se vinculava ao tráfico negreiro duplamente: como área receptora de cativos, por um lado; e como fonte de recursos para, indiretamente, viabilizar a aquisição de mão de obra em Angola. Não faz sentido pensar a inserção da região na pauta política da coroa sem pressupor essa lógica (LOUREIRO, 2010).

Houve, portanto, durante o século XVII, ativo comércio entre algumas praças da América portuguesa, Angola e a Bacia do Rio da Prata, de modo que se pode falar de um eixo comercial Luanda-Rio de Janeiro-Buenos Aires-Lima, ou Salvador-Rio de Janeiro-Buenos Aires-Lima, por exemplo. Diante de todas as vantagens decorrentes do comércio português no Rio da Prata, cabia a João Teixeira reforçar, em suas representações, a pretensão do direito natural luso sobre a região. Ainda que não houvesse um conhecimento preciso acerca dos traçados geográficos americanos, derivado do próprio desconhecimento prático e das limitações técnicas da época, as disputas pela área em causa podem ser verificadas pelas deformações que se produziam na cartografia.

Os planisférios espanhóis anteriores ao tratado de Saragoça, por exemplo, costumavam incluir as Molucas em área de jurisdição hispânica, alterando os pontos por que passava o antimeridiano de Tordesilhas no Oriente. Por decorrência da alteração do antimeridiano, alterava-se inevitavelmente o meridiano e o resultado era que a Bacia do Prata, ou ao menos o seu estuário, acabava dentro dos domínios portugueses. Um exemplo desse tipo de distorção, apesar da qualidade com que representa a costa brasileira, são os três planisférios de Diogo Ribeiro (1527-29), um português que serviu à coroa espanhola.

No caso de cartas portuguesas, mormente na segunda metade do século XVI, a região adjacente ao Rio da Prata tendia a ser representada inserida nas demarcações portuguesas, de modo que tais cartas se traduziam em importante instrumento político. Um exemplo é os mapas elaborados pelo cartógrafo e cosmógrafo real Lopo Homem, especialmente o de 1519 que, grosso modo, *serviu de modelo ou padrão oficial por mais de dois séculos* (CORTESÃO, 1965: 322).

As deformações contidas nesse mapa foram maximizadas nos mapas de Vaz Dourado e nas célebres cartas dos Teixeiras (CORTESÃO, 1965: 91). Outro artifício gráfico utilizado para indicar posse era o registro de bandeiras lusas em terras espanholas, a exemplo de uma carta portuguesa anônima datada de 1600, em que há uma bandeira portuguesa em pleno território paraguaio, sobre a *cidade de la conçeicon*. (ALMEIDA, 1957: 48).

Também era comum a ocorrência de outros subterfúgios gráficos a fim de inserir uma extensão maior de terras nos domínios portugueses: aproximava-se o atual Nordeste brasileiro ao arquipélago de Cabo Verde ou distendia-se a sua costa, a partir da inflexão do Espírito Santo ou Rio de Janeiro, no sentido oriental.

Outro argumento de muito conveniente – porque retirado do direito natural – que aparecia na literatura e na cartografia e que buscava respaldar a pretensão de direito luso sobre o Prata é o da *Ilha Brasil*. Mito de origem lusa-tupi, indicava uma lagoa (Eupana) no interior da América, de onde vazavam os Rios Amazonas e da Prata, delimitando, juntamente com o Atlântico, uma ilha em parcela do continente. Assim, para evitar guerras entre católicos, Deus generosamente teria criado fronteiras naturais, separando as terras lusas das hispânicas. Não cabia, pois, aos homens modificá-la. O próprio Padre Simão de Vasconcelos escreveu em 1654 que do centro da América davam-se *as mãos dois rios em uma lagoa famosa do Chile e do Peru*; eram *dois gigantes que a defendem e a demarcam entre nós e Castela* (CORTESÃO, 1958: 137). A cartografia também está repleta de exemplos de mapas que indicam a crença

no mito da *Ilha Brasil*, como os de Antônio Sanches, 1640 (Biblioteca Koninkijke, Haia); Mapa-Múndi de Batolomeu Velho, Lisboa, 1561 (Museu Naval de La Spezia); Mapa de Arnoldus Fiorentinus. Antuérpia, fins do XVI; América Austral, de Luís Teixeira, 1600 (Biblioteca Nacional de Florença); João Teixeira Albernaz, 1640 (Biblioteca de Port de Toulon).

As representações cartográficas famosas desenhadas por João Teixeira em 1630, 1637, 1640 e 1642, bem como as de João Teixeira Albernaz, "o moço", de 1666, também inseriam o Vale do Prata nas demarcações portuguesas (CORTESÃO, 1965: 91; ALMEIDA, 1957: 50-53). João Teixeira Albernaz, "o velho", ainda incluiu toda a Bacia do Prata nas demarcações portuguesas, maximizando as representações de Luís Teixeira, seu pai, que incluíra apenas a foz do Rio da Prata nos domínios de Portugal (SANTOS, 2009: 6). Ou seja, João Teixeira, como cartógrafo interessado em prestar serviços para a coroa, procurava elaborar representações que fossem da utilidade e conveniência do serviço real. Em contrapartida, em um contexto de Antigo Regime, devia esperar receber mercês. Tanto é verdade que solicitou ao Rei, em 1622, o cargo de cosmógrafo-mor, sendo preterido, contudo, por Valentim de Sá.

Assim, João Teixeira não recebeu as mercês que pretendia. Em fins do século XVII, Manuel Pimentel escreveu um parecer crítico sobre o atlas de Albernaz, de 1642. Registrou que *acho não estar conforme em a maior parte das distancias e rumos, posto que esteja conforme em algumas cousas. Mas principalmente está muito errado o primeiro mapa, em que se contem em ponto mais miudo toda a costa do Brasil*. Em seguida, entretanto, Pimentel enaltecia o trabalho de João Teixeira Albernaz, "o moço", comparando seus mapas com os de seu avô: *Tendo uisto muitas outras cartas deste mesmo loaõ Teixeira e nenhuma delas tem aquella certeza e exacção que contem as que hoje descreve loaõ Teixeira Albernaz [o moço], Cosmographo de S. Magestade que Deos guarde* (ALMEIDA, 1957: 315).

A partir da década de 1670, a coroa portuguesa apostava mais claramente no projeto de ocupação militar da Bacia do Prata, arquitetado desde a década de 1640 (LOUREIRO, 2010). Para tanto, fundou inclusive a Colônia de Sacramento em 1680. Nesse novo contexto, muitos mapas precisariam ser produzidos para legitimar as ações portuguesas na área, sustentado os argumentos dos conselheiros e embaixadores lusos junto a Madri. O próprio Pimentel lembra que *agora se estão fazendo padrois de todas as costas das Conquistas de Portugal, por ordem de Sua Magestade*. Todavia, ainda que contexto parecesse favorável e muito embora um mapa de João Teixeira Albernaz, "o moço", fosse até utilizado nas Conferências de Badajoz, não consta que tenha recebido melhores mercês que seu avô (ALMEIDA, 1957: 315 e 454).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse cenário que se foi construindo, o Rio de Janeiro assumiu um papel especial nas transações intercoloniais que estavam se estabelecendo, na medida em que, por meio da Baía de Guanabara, além de rotas terrestres subjacentes, adquiriu capacidade para volumoso trato e entrada de contingentes humanos devidos ao processo de colonização e mercantilização de seu espaço. Sua economia e sua modificação urbanístico-social acompanharam todo o processo das relações comerciais em que o Rio estava inserido.

Entre 1580 e 1640, a cidade expandiu consideravelmente suas redes comerciais em direção à África e ao interior da América, principalmente na bacia platina. Favorecidos pela política espanhola de Filipe II, interessado no domínio europeu, seus cidadãos limitaram o controle metropolitano. Formava-se no Rio um grupo mercantil, que muito frequentemente estava também imiscuído com a administração regional da cidade e com a *plantation* açucareira.

Além de intermediário nas relações afro-hispânicas, e também em decorrência disto, os mercadores fluminenses acabaram por estimular o domínio português das terras meridionais. A Colônia do Santíssimo Sacramento, fundada pelo governador

do Rio de Janeiro em 1680, dispôs de seu apoio logístico dessa mesma cidade.

Neste contexto, João Teixeira, contrariando o sentido das correspondências oficiais, produziu representações que não apenas valorizavam o sistema de defesa do porto do Rio, mas também enfatizavam sua inserção mercantil nas malhas imperiais da monarquia pluricontinental portuguesa. Desnecessário dizer que essas cartas, em última análise, em virtude de se constituírem verdadeiras formas de narrar a América, produziam saber acerca de seu território. Contribuíam, dessa forma, para a formação de interesses diversos sobre áreas que podem ser consideradas focais. Subsidiavam, além disso, pareceres de órgãos consultivos, a exemplo do Conselho Ultramarino, instituído em 1642, bem como respaldavam as negociações diplomáticas e orientavam as decisões dos monarcas. Em suma, a produção de João Teixeira relaciona-se com a própria circulação de informações na monarquia pluricontinental portuguesa, intrincando-se com a governabilidade régia.

Sob uma cultura política de Antigo Regime, em que serviços prestados por vassalos eram trocados por mercês régias, as representações provavelmente tiveram de se alinhavar aos interesses da coroa. O sistema de mercês ganhava ainda mais força depois de 1640, quando o golpe da Restauração, que colocou Dom João IV no poder, demandava novas alianças, bases sociais e legitimidade para a nova dinastia. A distribuição de mercês criava, portanto, uma verdadeira cadeia de clientela política para os que pegassem em armas, apresentassem recursos ou, como sugerimos, empenhassem seus esforços em favor do novo rei. Não foi à toa, então, que a cartografia superestimou a defesa da cidade, bem como recorreu a diversos dispositivos gráficos para posicionar o Prata nas demarcações lusas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: FLUC, 1957.

ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. "La Monarquía. Poder Central y Poderes Locales". In DE MARCO, Miguel Angelo (dir.). *Nueva Historia de la Nación Argentina*. 2ª Ed. Tomo II. Buenos Aires: Planeta, 2003, p. 209-250.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A Cidade e o Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. "As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império". In FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos:* A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 Vols. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil.* Introdução de Capistrano de Abreu; notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. (Col. Reconquista do Brasil; nova série; v. 82). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

CASALILLA, Bartolome Yun. "Entre el imperio colonial y la monarquía compuesta. Élites y territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII)". In CASALILLA, Bartolome Yun (dir). *Las Redes del Imperio. Élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714.* Madri: Universidad Pablo de Olavide, 2009, p. 11-94.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas.* 2vols. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965.

_____. "A missão dos padres matemáticos no Brasil". In *Studia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos/Ultramarinos. Agencia Geral do Ultramar, janeiro de 1958, p. 137.

CURTO, Diogo Ramada. "Remédios ou Arbítrios". In CURTO, Diogo R. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV-XVIII)*. Campinas: Unicamp, 2009, p. 177-194.

DUVERGER, Maurice. "O Conceito de Império". In DORÉ, A.; LIMA, L. G. (orgs.). *Facetas do Império na História. Conceitos e Métodos*. São Paulo: HUCITEC, 2008, p. 19-38.

ELLIOTT, J. H. "A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII". In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial, Vol I*. 2ª Ed. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 283-337.

FAZENDA, José Vieira. "Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro". In *Revista do IHGB*, Tomo 88, Vol 142, 9ª Ed. Rio de Janeiro: IHGB, 1940.

FERREZ, Gilberto. "Organização da Defesa: Fortificações". In *Revista do IHGB*. Volume 288. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1971, p. 108-120.

_____. O *Rio de Janeiro e a Defesa de seu Porto*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1972.

FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima. "Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império". In *Penélope*, nº 23, 2000, p. 67-88.

_____ & GOUVÊA, Fátima. "Monarquia Pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". In *Revista Tempo*, Vol.14, nº 27, p. 49-63.

GODINHO, Vitorino Magalhães. "Restauração". In SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal.* Vol. VI. Porto: Figueirinhas, 1992, p. 307-326.

GOUVÊA, Maria de Fátima e NOGUEIRA, Marilia. "Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII". In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 90-110.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal* – Séc. XVII. Lisboa: Almedina, 1994.

LAVAL, Francisco Pyrard de. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval. Contendo a notícia de sua navegação às Índias Orientais, Ilhas de Maldiva, Maluco e ao Brasil, e os diferentes casos que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez anos que andou nestes países (1601 a 1611). Com a descrição exacta dos costumes, leis, usos, polícia e governo; do trato e comércio, que neles há; dos animais, árvores, frutas e outras singularidades que ali se encontraram*. Versão portuguesa correta e anotada por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. Edição Revista e atualizada por A. de Magalhães Basto. Porto: Livraria Civilização, 1944.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. *A Gestão no Labirinto: circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), 2010 (dissertação de mestrado).

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercês e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

PUJOL, Xavier Gil. "Spain and Portugal", in LLOUD, H. A.; BURGESS, G. & HODSON, S. *European Political Thought, 1450-1700*. New Haven and London: Yale University Press, 2007, p. 416-457.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, Vassalos e Governo a Distância.* São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, António Silva. Cartografia Náutica Portuguesa dos Séculos XV a XVII. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 2011.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

SANTOS, Márcia Duarte & GUERRA, Amanda Estela. "O Estado do Brasil no texto de Frei Vicente do Salvador e na cartografia de João Teixeira Albernas". In *Anais do III Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto: UFMG, 2009.

SKINNER, Quentim. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TEIXEIRA, Bento. *Prosopopeia*. Lisboa, 1601.

VIEIRA, António. *Escritos Históricos e Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Cartografia da Guerra Guaranítica

Luiz Carlos Tau Golin
Jornalista, doutor em História pela PUCRS e pós-doutor em História pela Universidade de Lisboa. Professor dos cursos de Graduação e pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

RESUMO

A Guerra Guaranítica (1753-1756) foi o evento bélico deflagrado pelo levante dos índios rebeldes contra os demarcadores e Exércitos de Espanha e Portugal. Motivou-se pela rejeição de seis cabildos situados a Oriente do Rio Uruguai, caciques de Misiones e jesuítas, ao contestarem cláusulas do Tratado de Madri (1750). A causa principal foi a previsão de permuta dos Sete Povos (espanhol) pela Colônia do Sacramento (português). Este evento produziu considerável cartografia. As conferências para a assinatura do Tratado de Madri, igualmente, promoveram intensa sistematização da cartografia existente e a produção de trabalhos exclusivos sobre as regiões de fronteiras. Em seu corolário, organizou-se a cartografia para os comissários demarcadores. E, no trabalho demarcatório, as equipes ilustraram a divisória e os territórios. Em especial, as áreas divergentes foram escrituradas às minúcias. Nesse processo, se criou uma cartografia e uma iconografia da guerra. Especificou-se a territorialidade, a geografia, os combates, as marchas militares, as cidades missioneiras e sua arquitetura. Privilegiamos a produção cartográfica/iconográfica de representação do espaço missioneiro, da Primeira Comissão de Limites e da Guerra Guaranítica. Todos os documentos citados se encontram reproduzidos, com as referências aos acervos, em *A guerra guaranítica* (GOLIN, 1998) e *A fronteira* (GOLIN, 2002).

PALAVRAS-CHAVE: Tratado de Madri (1750), Guerra Guaranítica (1753-1756) e Comissão de Limites (1750-1761) na América meridional

ABSTRACT

The Guaranitic War (1753-1756) was the warlike event set off by the rebellious Indians against the demarcators and armies of Spain and Portugal. It was motivated by the rejection of six *cabildos* (Fundamental unit of local government in colonial Latin America) located east of Uruguay River, chief of *Misiones* and Jesuitical, upon contesting clauses of the Treaty of Madrid (1750). The main cause was the forecast of exchange of the Seven Peoples (Spanish) by the Colony of the Sacrament (Portuguese). This event produced considerable cartography. The conferences for the signature of the Treaty of Madrid, equally, promoted intense systematization of the existing cartography and the output of exclusive works about the regions of borders. In his corollary, cartography for the commissioner demarcators were organized. And, in the boundary work, the teams illustrated the dividing and the territories. In special, the divergent areas were written up to the details. In that process, there were created a cartography and an iconography of the war. It was specified to territoriality, the geography, the battles, the military marches, the missionary cities and their architecture. In this work, we privilege the cartographic/iconographic production of the missionary space representation, of the first commission of limits and of the Guaranitic War. All of the documents cited are reproduced, with the references to the collections, in my book The Guaranitic War (GOLIN, 1998) and The Frontier (GOLIN, 2002).

KEYWORDS: Treaty of Madrid (1750), Guaranitic War (1753-1756) and Commission of Limits (1750-1761) in South America

A Guerra Guaranítica constitui mais um daqueles tantos fenômenos históricos que estimularam representações integradas, indissociavelmente, pela cartografia, pelo texto (diários, correspondências, memórias, tratados, leis, etc.) e pela iconografia (desenhos, planos, plantas, etc.). Esteve inserida no corolário do Tratado de Madri, de 1750, na demarcação de limites entre os territórios coloniais de Portugal e da Espanha; e contribuiu para a revogação do convênio 11 anos mais tarde, pelo Tratado do Pardo (1761). Desde a origem, foi necessário um consenso mínimo sobre a cartografia referencial ao convênio de 1750, uma série de instruções aos comissários demarcadores, uma tensão na configuração dos terrenos e na produção de argumentos para as diplomacias de ambas as Cortes, com a intenção de subsidiá-las nas conferências americanas e europeias para dirimir dúvidas. Por óbvio, com a revogação do tratado, as divergências fundamentais não foram superadas. Entretanto, os demarcadores e a Guerra Guaranítica, em particular, emularam impressionante produção iconográfica, textual e cartográfica.

Além das comissões demarcadoras, os cartógrafos da Companhia de Jesus, igualmente, produziram considerável representação sobre o período.

Na historiografia já se tornou lugar-comum as referências sobre as aproximações das Cortes ibéricas, especialmente com o coroamento de Fernando VI na Espanha, tendo como Rainha Bárbara de Bragança, filha de João V, de Portugal. Fernando VI herdou o beligerante problema de fronteiras entre os dois domínios, causa de constantes guerras, arregimentação de tropas e da população. Na geopolítica europeia, invariavelmente, os Reinos ibéricos eram inseridos em problemas pelos aliados. Quando o novo soberano espanhol escolheu a neutralidade frente às tensões entre a França e a Inglaterra, a aproximação com Portugal se tornou mais efetiva.

Fernando VI foi coroado em 10 de junho de 1746. Em 12 de novembro já ocorriam as primeiras negociações para um tratado de limites abrangente. Isso se tornara possível por ter escolhido para o seu governo o Marquês de la Ensenada, o Jesuíta Francisco de Rávago e o italiano Farinelli. Continuava como Secretário de Estado o Marquês de Villarias. As tratativas entre Ensenada e o embaixador português em Madri, Visconde de Vila Nova de Cerveira, ocorreram envoltas em sigilo, especialmente quanto à América meridional, devido aos interesses representados na Bacia do Prata. Desde 1680, Portugal havia implantado o enclave da Colônia do Sacramento na sua banda oriental (atual Colônia, no Uruguai), em uma operação de interesse geopolítico para expandir suas fronteiras, mas que se revelara economicamente substancioso pelo contrabando da prata, do couro, do chifre, do sebo e da erva-mate. Três guerras importantes já haviam sido travadas pelo reduto, perdidas por Portugal, mas recuperado na esfera diplomática. Quando não estava em guerra ou ocupada, a Colônia do Sacramento encontrava-se bloqueada permanentemente pela Esquadra naval e tropas de terra da Espanha.

Do ponto de vista governamental, a influência do Marquês de Villarias foi cortada pela sua demissão. Assumiu em seu lugar José de Carvajal y Lancaster, presidente do Conselho das Índias. Fernando VI incorporara ao seu ministério um defensor da aproximação simultânea com Portugal e Inglaterra. Logo, Carvajal assumiu as negociações do novo tratado em lugar de Ensenada. Quando as negociações vislumbraram a permuta da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos, o Marquês de la Ensenada e o Jesuíta Francisco de Rávago manifestaram-se contra.

Desde o início das conversações, dois problemas de "usurpação" de territórios afloraram. A Espanha indicava a exagerada progressão lusitana sobre o Sul, com a anexação do Rio Grande de São Pedro e parte da banda oriental do Uruguai, além da famigerada Colônia do Sacramento. Portugal, por sua vez, indicava a posse espanhola ilegítima das Filipinas. Depois de diversas conferências, os dois Reinos adotaram o princípio do *Uti possidetis* para as questões dos domínios ultramarinos, associado aos marcos notáveis das divisões naturais "dos montes ou rios grandes". O critério possibilitou que Portugal ficasse com o domínio da Amazônia e a Espanha com o do Rio da Prata, combinado com algumas concessões mútuas de territórios adjacentes (COUTO, 2009, pp. 9-11).

Por fim, o Novo Tratado foi assinado em Madri a 13 de janeiro de 1750, tendo como signatários José de Carvajal e o Visconde de Vila Nova de Cerveira (Silva Teles). Deixavam de valer o Tratado de Tordesilhas (1494) e a Escritura de Saragoça (1529).

Contribuiu imensamente para o acordo o trabalho cartográfico que possibilitou a visualização da América do Sul. Esse trabalho iniciou em 1748, em Lisboa, tendo como fontes oito subsídios, adequados ao interesse português, especialmente com distorções que não transgredissem exageradamente o meridiano de Tordesilhas, exceto na Amazônia. Destacavam-se o *Le Paraguay où les RR.PP. de la Compagnie de Jesus ont répandu leurs Missions*, de Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, também compilação de outros mapas; a *Carta da Terra firme e costas do Brazil ao Meridiano do Rio de Janeiro*, do Padre Jesuíta Diogo Soares; o mapa enviado por Gomes Freire de Andrade; a coleção de desenhos e croquis elaborados por mineiros que atuavam no Mato Grosso; a relação de mapas e informações mandadas do Grão-Pará e Maranhão; a *Carte du Cours du Maragnon ou de la Grande Riviere des Amazones*, de Charles-Marie de La Condamine, cientista e explorador francês que havia explorado a Bacia do Amazonas; o *Mapa del Nuevo Reino de Granada*, do Padre Joseph Gumilla; e os dados dos missionários carmelitas do Rio Negro.

Em 1749, com a denominação de *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional* foi enviado a Madri. Os cartógrafos de Carvajal realizaram algumas modificações. E, em 1750, passou a ser assumido como documento cartográfico dos dois Reinos, com a denominação de *Mappa das Cortes*. Os negociadores consideraram como originais dois exemplares, e produziram seis cópias autenticadas, em 12 de julho de 1751. A Mapoteca do ItamaratY e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, conservam duas dessas reproduções, com as posições dos negociadores. Mais tarde, especialmente para orientação dos demarcadores, após a morte de João V (1750) e o coroamento de José I, em Portugal, novas reproduções integrais ou parciais foram confeccionadas. Praticamente um século e meio depois, durante o início da República brasileira, quando o Barão do Rio Branco apresentou o processo para arbitramento dos Estados Unidos a respeito dos direitos sobre os territórios do Centro-Oeste de Santa Catarina, em disputa com a Argentina, fundamentou o seu argumento em defesa do Brasil em uma dessas cópias autenticadas por Carvajal, ganhando a causa. (RIO BRANCO, 1894, p. 54). A equipe do Presidente Cleveland aceitou o argumento baseado no documento colonial e proferiu a sentença em 5 de fevereiro de 1895.

No que interessa ao território da Guerra Guaranítica, para a representação cartográfica das Misiones inserida no *Mapa das Cortes*, parte das informações também foram extraídas do *Província Jesuítica do Paraguai*, provavelmente feito por Antonio Machoni, em 1732. De outro lado, os jesuítas, contrários ao tratado, não tinham interesse em fornecer dados mais esclarecedores. Obviamente, o seu território com as cidades, estâncias, lavouras, ervais, etc., vinha sendo cartografado desde o século XVII. No atual Estado do Rio Grande do Sul, principal teatro do conflito bélico, a configuração espacial, refletindo o estágio de 1630, teve a primeira sistematização importante *a posteriori*, através do Padre José Sánchez Labrador (FURLONG, 1969, p. 85), desconhecendo qualquer direito dos demais povos indígenas, como se houvesse uma exclusividade da catequese.

Ao tempo do convênio de limites, o Padre José Cardiel combinou sua produção cartográfica com a rejeição ao tratado, que, ao lado do Padre Thadeu Henis, demonstraram evidentes posições geopolíticas. Seus trabalhos associavam-se ao considerável acervo de outros cartógrafos jesuítas da história missioneira, como José Quiroga, Tomás Falkner, Joaquin Camaño, José Sanchez Labrador, Bernardo Nusdorffer, Juan D´Avila e Antonio Machoni, entre outros.

Assim que o conteúdo do Tratado de Madri foi divulgado, nos dois Reinos manifestaram-se contundente oposição. Em Portugal: António Pedro de Vasconcelos, ex-Governador da Colônia do Sacramento; Alexandre de Gusmão, ex-Secretário do João V, que trabalhara no mapa geral; Frei Gaspar da Encarnação, irmão do Duque de Aveiros; Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Ja-

neiro e Minas Gerais, com jurisdição no Sul do Brasil; Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal; mercadores e contrabandistas. Em especial, unia-lhes a posição contra a troca da Colônia do Sacramento pelas terras e cidades missioneiras (Oriente do rio Uruguai e Norte do Rio Ibicuí), com a exclusividade castelhana sobre o Rio da Prata. Em 1751, na confecção das cópias para autenticação, o Ministro Carvalho e Melo chegou a burlar a representação visual da fronteira, fazendo a divisória passar pelo Rio Negro e não pelo Ibicuí, provocando a inclusão de nota reparadora nas três cópias portuguesas, assinadas por Silva Teles e Carvajal.

Na Espanha, os partidários de Carlos IV de Nápoles e Sicília, que viria a assumir o Reino espanhol como Carlos III, deram eco às suas declarações contra o convênio assinado por Fernando VI. Desde a península itálica, ele publicou uma declaração contra o tratado. Acredita-se que era municiado pelo Marquês de la Ensenada, opositor de Carvajal.

As forças contrárias ao tratado eram tão contundentes que dava a impressão que não seria executado. Contribuía para isso a longa e penosa doença de João V, acamado desde 1747. A assinatura acorrera em sua pior inanição, em janeiro. Até sua morte, em 31 de julho de 1750, os discursos contrários pareciam colocar uma pá de cal naquela ação diplomática. Entretanto, assim que José I assumiu o poder, seu gabinete resolveu cumprir o acordo. Dos colaboradores de seu pai manteve Pedro de Mota e Silva na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. As reformas iniciaram com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, e Diogo de Mendonça Corte-Real para a da Guerra e da Marinha e Domínios Ultramarinos.

O tratado era apenas um dos componentes importantes do grupo dirigente que assumia o Reino. Suas principais tarefas estratégicas eram: a) "reorganizar, reforçar e alargar o poder do Estado para submeter as autonomias regionais e reduzir os benefícios das classes privilegiadas"; b) "analisar e aplicar com a maior prudência o Tratado de Madri, de forma a garantir a salvaguarda dos interesses portugueses no Brasil"; c) "e, finalmente, adequar a política externa à luz do crescente afrontamento entre França e Inglaterra na Europa, na América, na Ásia e nos oceanos." (COUTO, 2009, p. 13)

Assim que as tratativas para a execução do tratado foram retomadas, a militância jesuítica retomou com contundência na Península Ibérica, em Roma e na América, a resistência em defesa de modificação ou revogação, contrária a entrega das Missões da banda oriental do Rio Uruguai. A história dessa longa e complexa operação não cabe neste texto. "A resistência dos inacianos", conforme trabalho de Jorge Couto, "passou da oposição às consequências negativas concretas decorrentes da aplicação de cláusulas do Tratado de Limites à discussão sobre a sua legitimidade." No extremo, a expulsão de 30 mil índios e a baixa indenização por seus territórios e cidades passou a ser considerado como "clara infração do direito natural" (COUTO, 2009, p. 15). Concretamente, muitos padres pregaram abertamente a desobediência. A Ordem, em uma leitura estratégica dos interesses gerais da Companhia de Jesus, procurou demover a oposição interna, resultando em objetiva divisão dos religiosos.

A dramaticidade do processo motivou uma produção cartográfica/iconográfica e de textos sem equivalência em outra época sobre o espaço jesuítico-indígena. Havia a compulsão para demonstrar as perdas e os prejuízos atribuídos à geopolítica castelhana. Uma das sistematizações importantes desse universo já apareceu em 1752 pelo trabalho do Padre José Cardiel, através do *Mapa de la Governacion de Paraguay, y de la de Buenos Ayres, con la linea divisória de las tierras de España y Portugal, ajustada entre las dos coronas año de 1750; cuya posesion se pretende tomar este año de 1752*. De certa forma, o núcleo conflituoso do tratado, com sua linha divisória, configurado por Cardiel, serviu de base para incontáveis reproduções.

Nas conferências de 1751 ficara evidente para as chancelarias que o *Mapa das Cortes* era flagrantemente insuficiente em comparação com a toponímia. Por isso, produziram uma série de instruções aos demarcadores, já prevendo as divergências na caracterização dos limites. O critério principal consistia para que as comissões de cada coroa produzissem mapas e documentos em separado

sempre que não entrassem em acordo, registrando os episódios em ata. Esses processos circunstanciados seriam enviados para a Europa, cujas chancelarias decidiriam pontualmente cada problema.

A área de principal litígio, a Oriente do Rio Uruguai, correspondia aos trabalhos das *Primeira* e *Segunda* comissões demarcatórias. À *Primeira* estava adstrita a demarcação da linha que iniciava em Castillos Grande, percorria as nascentes dos rios da Lagoa Mirim, passava pelas cabeceiras do Rio Negro, e ingressava na principal nascente do Ibicuí, percorrendo o seu canal principal até a sua foz, no Rio Uruguai. Deste ponto, a *Segunda Partida*, demarcava a linha do Rio Uruguai, no sentido de jusante. Ingressava no Rio Peperiguaçu, localizava a nascente do Santo Antônio, prosseguia pelo seu canal até o Iguaçu e, deste, findava no Salto Grande (Sete Quedas), início da demarcação de responsabilidade da *Terceira Partida*. Ou seja, cabia à *Segunda* fixar a divisão missioneira, realizando o corte demarcatório principal da separação dos Sete Povos dos demais.

Os dois comissários principais (Gomes Freire de Andrade e Marquês de Valdelírios), com os comissários das três partidas encarregadas das demarcações de limites do Sul, se reuniram em 1752 na costa atlântica, para começarem os trabalhos. No entanto, quando em fevereiro de 1753, a *Primeira Partida Demarcadora* chegou a Santa Tecla (Bagé, RS), estância do povo de São Miguel, foi impedida de prosseguir. Seus comissários principais eram o Coronel Francisco Antônio Cardoso (Portugal) e Juan de Echavarria (Espanha). Com a oposição indígena, retiraram-se para a Colônia do Sacramento e Buenos Aires. Ali foram recebidos pelos comissários principais. Consequentemente, não conseguiram realizar os levantamentos além das cabeceiras do Rio Negro. As demarcações pelos Rios Ibicuí e Uruguai seriam concluídas somente em 1759, depois da Guerra Guaranítica.

Documentalmente, o *diário integral da Primeira Partida* está dividido em três partes. A primeira é o *Diário de Demarcação que por ordem de S.S.M.M.C. e F. fez a Primeira Partida;* abrange de 23 de agosto de 1752 a 12 de janeiro de 1753. Está assinado por Gomes Freire de Andrade, Miguel Ângelo de Blasco, Bartholome Panigay (Portugal), Marquês de Valdelírios e Ignacio Mendizaval (Espanha). A segunda parte trata da retirada dos demarcadores para o Rio da Prata depois de interceptados pela milícia indígena. Denomina-se a *Continuação do Diário desde a separação dos oficiais comissários que se dirigiram pelo caminho de Montevidéu à Colônia e a Buenos Aires, a providenciar a saída das duas restantes Partidas.* Corresponde de 12 de janeiro a 2 de março de 1753. Possui as autorias de Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Souza, Bartholome Panigay (Portugal), Juan de Echevarria e Ignacio de Mendizaval (Espanha). A viagem do Monte dos Reis para a Colônia do Sacramento está referida, topograficamente, no *Exemplo Geographico do Grande Rio da Prata*, de José Custódio de Sá e Faria.

A terceira parte abarca a retomada demarcatória após a derrota indígena. Tem o título de [re]*Continuação do Diário da Primeira Partida de Demarcação*. Foi assinado no Acampamento da Forquilha do Ibicuí, a 3 de julho de 1759, por Juan de Echevarria, Ignacio de Mendizaval y Vildosola, Alonso Pacheco (Espanha), José Custódio de Sá e Faria, Alexandre Cardozo de Menezes e Fonseca e Manoel Viera Leão (Portugal). A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui um exemplar do castelhano, a exemplo do Arquivo de Simancas, e uma das reproduções originais do português, cuidadosamente confeccionado.

A partir da resistência de alguns padres e do levante de parte significativa de caciques e milicianos indígenas, emissários jesuítas tentaram demover os rebeldes. Sem obterem sucesso, Gomes Freire e José de Andonaegui, Governador de Buenos Aires, organizaram os Exércitos ibéricos para a guerra. Enquanto aguardavam, os cartógrafos produziram importantes levantamentos sobre o Rio da Prata, em especial da Colônia do Sacramento, enquanto a *Terceira Partida* se dirigia para a região do Mato Grosso, e a Segunda para a do Paraná/Santa Catarina, fora do espaço belicoso.

Na execução do *primeiro plano de guerra*, os Exércitos ibéricos atuariam separadamente. Os luso-brasileiros atacariam Santo Ângelo, pelo Norte; os castelhanos, São Borja, pelo Sul. Realizariam movimentos de con-

vergência, empurrando os indígenas para a margem ocidental do Rio Uruguai.

Para executar o plano, Gomes Freire concentrou suas tropas em Rio Grande. Deslocou uma vanguarda de dragões, escravos e aventureiros para Rio Pardo, com a missão de estabelecer uma trincheira estratégica. Depois, em 1754, a frente de uma coluna de cavalaria atravessou o canal do Rio Grande, marchou para Viamão, e atingiu aquele ponto avançado. Ao mesmo tempo, uma frota naval, formada especialmente por faluas e sumacas, singrou a Lagoa dos Patos, os Rios Guaíba, Jacuí e Pardo, desembarcando as tropas de infantes, artilheiros e granadeiros no front.

Nessa progressão, o genovês Miguel Ângelo de Blasco e os portugueses José Alpoim e Manoel Vieira Leão deixaram trabalhos ilustrativos. Alpoim projetou fortes, em especial o de Rio Pardo. Blasco fez observações e desenhou a principal cartografia, além de produzir perspectivas espetaculares sobre as tropas.

Em marcha para as Missões, o Exército luso-brasileiro foi interceptado pelas milícias indígenas no passo do Jacuí. Nessa tática de guerra de posição, foi atingido pela enchente de outubro de 1754. Depois de anos de investigação, nos anos 1990, localizei os originais em Brasília, no Centro de Documentação do Exército, emoldurados e servindo de decoração ordinária nas suas paredes, sem qualquer cuidado técnico de conservação.

No *Profil do Rio Jachuy no passo ganhado pelos Portuguezes no estado da enchente que houve no mez de 8bro de 1754*, o genovês particularizou as posições militares no terreno, pintou os abarracamentos e os detalhes de cada parte do acampamento. Com o desenvolvimento de um sistema de linhas coloridas, retratou estudos sobre a calha do Jacuí, com os níveis das cheias, demonstrando "até onde chegou a enchente"; "onde chegou outras vezes"; o "leito ordinário do rio"; o "leito em tempo seco"; "pedras no fundo do rio, que puderam, em tempo seco dificultar a navegação a riba do passo".

O desenho do acampamento fornece subsídio sobre as formas das barracas e a disposição hierárquica das tropas. Identifica a barraca e o estado-maior de Gomes Freire. Em *A cortadura do profil Campam.to do coronel Alpoim constam a "barraca do d.to Coronel Alpoim*"; o "Regimento de Artilharia"; "outras barracas pertencentes ao corpo do sobredito Coronel."

Blasco desenhou igualmente a regimento de aventureiros, formado pelos mamelucos paulistas, designados por Gomes Freire como os especialistas no sertão, os quais constituíam a sua vanguarda, atuando como tropa avançada. No mesmo detalhe do *Profil*, identificou a "Guarda de Aventureiros"; a estacada feita de "Troncos para embaraçar o caminho ao Inimigo no caso que quisesse invadirmos." Nessa trincheira, também, identifica os canhõezinhos "de amiudar". Nessa aquarela, a perspectiva aérea retrata inclusive a "lagoa" formada pela "inundação" e as edificações de pontes de comunicação no interior do acampamento de Alpoim, situado numa clareira a margem Sul do Rio Jacuí, frente a frente com a milícia missioneira, separado pela enchente do grosso da tropa, estancada na costa Norte. Ao lado dos artilheiros estava o regimento dos aventureiros paulistas.

O Prospecto do Rio Jacuí é de igual beleza estética e ilustração militar. O acampamento do Exército luso-brasileiro está representado no auge da enchente de outubro de 1754, dividido perigosamente pelo leito do rio. Ao Sul, a artilharia e granadeiros comandados por Alpoim e a vanguarda dos paulistas. Ao Norte, o estado-maior, parte da artilharia, granadeiros e cavalaria. O genovês denominou a aquarela *Prospecto do Rio Jacuí no estado da enchente que teve em o mês de outubro do ano de 1754 inundando todos os acampamentos*. Em seu enunciado "Mostra-se a constância, em que o Capitão-General Gomes Freyre de Andrada entre tão grave, como evidente perigo se conservou, havendo chegado água dentro da sua barraca, e parte das tropas acampadas sobre as árvores, como se demonstra em outro *Plano* e outra parte inundada de agora, a fim de não abandonarem tão importante passo que se havia ganhado."

Compõe o *Prospecto* a "barraca da Corte de Gomes Freire"; a "artilharia grossa"; as "barracas do Coronel Alpoim, e as outras de seu corpo, dispostas na melhor forma para se acautelar da enchente e dos inimigos";

a “guarda dos Paulistas” [Aventureiros]; as “Pecinhas de amiudar” [pequenos canhões]. Outra aquarela de qualidade artística é o *Prospecto do Terreno e Bosque*. Em um estilo realista com influência barroca, uma flâmula tremulante sobre o enunciado da composição do desenho, destaca, em latim: *Texuit illuvies plantis Tibi Serta Triumphi* (A lama entrelaçou as plantas. A grinalda do triunfo, a ti).

O genovês mudou o enquadramento de sua perspectiva para a distribuição dos efetivos militares nas barrancas do rio e no interior de sua mata ciliar. Destacou as construções dos jiraus nos remansos, plataformas sobre as águas, telhados de capim santa-fé, para alojamento e funcionamento das cozinhas sobre as águas da enchente. Entre o terreno seguro e as plataformas, canoas mantinham a comunicação, transportavam produtos e tropas.

No seu enunciado, Blasco destacou os elementos de sua composição principal: “Barraca do capitão-general, na margem do rio, a cujo rodapé chegava a inundação”; “barraca do Coronel Menezes, e as demais (do seu corpo)”; “o coronel Menezes, com a sua gente, quando se lançaram à água para passar a outra parte, aonde os índios vinham em forma de batalha”; “armazém das munições, de boca e guerra”; “canoas e pelotas, que vinham do campo do coronel Alpoim a buscar mantimentos”; “canoas que vinham do campo do tenente[-coronel] Ozorio, a mesma diligência”; “canoas e pelotas que serviram em todo o campo inundado”.

O Exército luso-brasileiro estava nessa posição no passo do Jacuí quando recebeu a informação do General José de Andonaegui sobre a retirada da tropa castelhana. Seus comandados já se encontravam nas imediações do Rio Daymal, na progressão da marcha a São Borja. Deu como causa a resistência dos indígenas, com uma batalha de considerável proporção, a enchente que reduziu os pastos, com a mortandade de cavalos trazidos recentemente da Europa e outras manadas pela ingestão da grama tóxica “mio-mio” (*Baccharis coridifolia*).

Gomes Freire foi instado a retroceder para a Vila do Rio Grande, a espera de nova convocatória, agora para juntarem os dois Exércitos nas cabeceiras do Rio Negro e invadir as Missões pela estrada geral dos índios, melhor caminho para suportar o trem de guerra, o qual conectava Santa Tecla a São Miguel e, deste, com os demais povos, além de outras veredas conhecidas pelos missioneiros. Antes de se retirar, Gomes Freire assinou um tratado de limites com os caciques rebeldes, definindo o Jacuí como rio fronteiriço, unilateralmente, entre os portugueses e missioneiros.

No instante em que preparava a retirada, um incêndio consumiu o Forte de Rio Pardo. A primeira fortificação tinha sido edificada entre 1753 e início de 1754, pelo engenheiro João Gomes de Melo, utilizando como mão de obra o Destacamento de Aventureiros, comandado pelo Tenente Francisco Pinto Bandeira. Em razão do fogo, em novembro e dezembro de 1754, a fortaleza foi novamente “delineada [pelo] Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, aproveitando parte da obra feita”, conforme a *Breve notícia do sucesso que na Guarda do Passo do Rio Pardo houve entre os portugueses e os tapes das Missões circunvizinhas ao mesmo rio*, do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e o informe dado por Carta de Gomes Freire para Sebastião José de Carvalho e Mello, datada em Rio Pardo, a 29 de dezembro de 1754 (Anais, 1936, p. 406). Esta *Planta da Fortaleza de Jesus, Maria e José* foi desenhada por Manoel Vieira Leão. Um de seus originais se encontra na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, e outro no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa.

A reorganização das tropas coloniais ibéricas durou praticamente um ano. Somente no final de 1755, o seu poderoso trem de guerra começou a se mover para a junção nas cabeceiras do Rio Negro, na estância miguelista de Santa Tecla. O Exército castelhano progredia com 1.670 homens. Apenas 470 eram militares regulares, perfazendo apenas 28,85% de sua formação. O restante, 71,85%, era formado por “milicianos a soldo” (blandengues, gaudérios, malevas de campo, etc.), centenas deles patrocinados por latifundiários e comerciantes, interessados no saque das Missões. Em torno de 500 peães haviam sido contratados para o manejo de 200 carretas, sete mil cavalos, 800 mulas e seis mil reses para abate.

As tropas luso-brasileiras, por sua vez, partiram do Rio Grande e quando acampa-

ram às margens do São Gonçalo, Gomes Freire pode ter uma visão de conjunto de seu poderoso Exército, formado por 1.606 praças e mais seus oficiais; 250 negros escravos de oficiais, particulares e comerciantes; 152 carretas; 14 carros manchegos, para a palamenta e munições; três carros de pólvora; 3.760 cavalos; 2.823 reses para sustento da tropa; 1.816 bois de tração para os carros e carretas; 221 mulas; sete canhões de bronze, de calibre de duas libras, e três canhõezinhos de amiudar, de calibre 1.

Uma temível vanguarda de 200 aventureiros mamelucos, de tradição bandeirante, arregimentados na capitania de São Paulo, marchava à frente, preferencialmente pelos matos e costas dos rios. Eram rústicos que evitavam as limitações adstritas ao uso do cavalo. Um contingente de 200 índios minuanos atuava na retaguarda.

O acampamento no São Gonçalo, realizado de 16 a 22 de dezembro de 1755, foi desenhado por José Custódio de Sá e Faria, com a colaboração do genovês Blasco e do geógrafo francês José Bento Pithon, ajudante do astrônomo Miguel Antônio Ciera. Ficou configurado na *Planta da forma em que campava o Exercito Portugues na marcha de S. Gonçallo pª as Misçoens.*

Trata-se de uma representação eficiente sobre a hierarquia do Exército colonial, partindo da centralidade do comandante e seu estado-maior, com todos os detalhes identificados com letras e enunciados descritivos. No topo estava Gomes Freire, com três barracas (E). Uma delas era ocupada pelo oficial de ordens (G), com os subalternos que registravam e reproduziam as determinações do general. Próximo ficava a dos oficiais espanhóis junto aos luso-brasileiros, Tenente-Coronel Martim José de Echaure e Capitão Francisco Gurrite (F). Desde a "corte" de Andrade, estendiam-se as quatro colunas principais de suas tropas. Ao centro, em duas colunas ladeadas e simetricamente hierarquizadas ficavam os regimentos dos Coronéis Alpoim (B) e Menezes (C) – artilheiros, granadeiros e infantes –, ladeados pela cavalaria dos dragões da direita (A) e da esquerda (D), na perspectiva do comando.

Na *explicação* da planta do acampamento, José Custódio descreveu a composição em suas graduações. Em uma primeira linha horizontal junto ao comando, acampavam, em posições laterais, os comandantes das quatro colunas formativas do Exército - três coronéis e um tenente-coronel: "Barraca do Coronel de Dragoens" (H), Francisco Antônio Cardozo; "Barraca do Coronel Alpoym (I); "Barraca do Coronel Menezes (L); "Barraca do Tenente-Coronel de Dragoens" (M), Thomaz Luiz Ozorio. Abaixo dos comandantes dos regimentos, vinham as "barracas dos capelães" (N). A seguir as dos capitães (O), dos subalternos (P), equivalentes aos tenentes atuais, as dos sargentos (R), dos soldados (S), os sarilhos das Armas (T), as praças de armas (V), as bandeirolas de marcar o campo de cada regimento (X) e as guardas avançadas (Z).

Depois da união dos Exércitos ibéricos, as tropas mataram o corregedor Sepé Tiaraju, e venceram a Batalha de Caiboaté, episódios ocorridos nos dias 7 e 10 de fevereiro de 1756, no atual Município de São Gabriel. Progressivamente foram realizando algumas escaramuças pelo caminho, a exemplo da do Passo do Churiebi, próximo a São Miguel. Com a ocupação das Missões, José Custódio de Sá e Faria e Miguel Ângelo de Blasco, junto com seus auxiliares, elaboraram mapas gerais, cartografando os principais acidentes geográficos, as estradas, os rios e os locais dos acontecimentos bélicos.

A dupla Blasco e Python utilizaram uma técnica de perspectiva em relevo para confeccionar o *Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missões*, com a marcha das tropas. Linhas coloridas, identificadas também por letras, representam a complexidade das operações, a exemplo da "Marcha que fez a nossa Armada da Fortaleza de S. Gonçalo a unir-se com a dos espanhóis" (A); da "marcha dos Espanhóis, que saíram de Montevidéu para unir-se conosco" (B); da identificação do "campo aonde se uniram as duas Armadas" (C); do "campo aonde uma Partida da nossa Gente e dos Espanhóis atacaram os Índios e lhes mataram o Cacique Zapé (homem valoroso) e alguns deles" (D); do "Serro Caibaté, aonde sucedeu o choque no dia 10 de Fevereiro de 1756, segundo está explicado na Relação a parte" (E); do "campo de donde se mandou

a Fortificar o Passo do Rio Jachuy, aonde no ano de 1754 demorou acampado a nossa Tropa" (F); do "Mato Grosso e Serra em que passa um braço do Ybicuh, aonde os Índios tinham feito uma tronqueira para defender a sua entrada" (G), na Boca do Monte, entre os atuais Municípios de Santa Maria e São Martinho da Serra; da "paragem aonde os Índios, em grande número, se apresentaram outra vez para nos embaraçar a marcha, mas não se deixaram chegar – a dita paragem chama-se S. Francisco Xavier" (H); do "Passo do Rio Churieby, fortificado pelos Índios, como se vê neste Mappa" (I), "o qual os ditos defenderam muito mal" (K).

Em destaque no mesmo *Mappa*, Blasco e Pithon pintaram o *Prospecto do attaque no Passo do Rio Churieby*. Nele consta o "Passo do Rio Churieby fortificado pellos Indios" (K); as "trincheiras dos Índios" (A); e a "artilharia que desalojou os Índios" (B). Em outro detalhe do conflito no contemporâneo Rio Chuni, a cena foi descrita com o protagonismo de Gomes Freire: "o ilustríssimo e excelentíssimo marechal-de-campo, general à testa da tropa que atacou as trincheiras, no Passo" (A); o debilitado estado de saúde do Governador Andonaegui está registrado no desenho do "excelentíssimo general-comandante de Sua Majestade Católica, D. José Andonaiegue, que, pelos seus achaques, vai em coche" (B); e a posição da "bateria nossa, que desalojou os índios" (C).

Uma das melhores reproduções encontra-se na Biblioteca Nacional de Montevidéu. Possivelmente, Blasco e Pithon concluíram o *Mappa* durante o período em que permaneceram nas Missões, talvez em Santo Ângelo, enquanto Gomes Freire aguardava que o Exército espanhol transladasse os indígenas para a margem direita do Rio Uruguai.

O Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missões parece ser uma ampliação do Mappa que contiene las marchas que hizieroon las dos tropas..., de 1756, existente no Museu Naval, em Madri, que não expressa tantos detalhes como o primeiro.

Nessa fase, José Custódio de Sá e Faria era o segundo oficial na expedição portuguesa, no cargo de substituto de Gomes Freire. Em vista das implicações geopolíticas, a conservação individual de papéis e de registros cartográficos foram proibidos, especialmente aos estrangeiros. Por ordem de Freire, José Custódio se transformou em responsável pelo acervo documental. Desse modo, além de suas observações particulares, controlava a produção dos cartógrafos, geógrafos, astrônomos e matemáticos.

Quando foi nomeado para comissário português, com a missão de concluir os trabalhos demarcatórios da *Primeira Partida*, no território desde as cabeceiras do Rio Negro a foz do Ibicuí, já havia concluído, em parceria com Manoel Vieira Leão, o *Mappa Geographico da campanha por donde marchou o Exercito de S. Magestade Fidelissima, sahindo do Rio Grande de Sam Pedro a unir-se com o de S. Magestade Catholica, a quem auxiliava, contra os Sette povos rebeldes, situados na margem oriental do Rio Yruguay.* O trabalho é datado de 1758. Uma de suas melhores reproduções autenticadas se encontra no Archivo de Simancas.

Constitui o melhor mapa sobre o território oriental do Rio Uruguai feito na metade do século XVIII, possuindo aquelas distorções pertinentes às limitações dos instrumentos do período. Em sua *Explicação* destaca, com letras, a "povoação do Rio Grande" (A); o local onde se "uniram os Exércitos" (B); o "campo da batalha", em Caiboaté (C); o "Monte Grande" (D); o "Caminho de Missões" (E); o "Caminho que vai a Vacaria" (F), desde a estrada geral dos índios missioneiros; o "pântano de que saem dois arroios, um para Jacuy, outro para Yrugay" (G).

Quando os Exércitos unidos chegaram às cidades missioneiras, seus engenheiros, geógrafos e cartógrafos manifestaram compreensível compulsão em representar seu universo. Plantas dos Povos foram realizadas, com as correspondentes medições.

Entretanto, novo fluxo cartográfico passou a ocorrer em 1758, com a retomada das demarcações da *Primeira* e *Segunda* comissões, interrompidas pelo levante indígena de 1753. No centro estava um sério problema demarcatório, a divergência entre os comissários sobre a origem do Rio Ibicuí, por onde deveria entrar a fronteira e seguir pelo seu leito até a sua foz, no Rio Uruguai. Os portugueses adotaram a tese de que suas cabeceiras eram formadas pelo atual Rio Santa Maria,

a que denominavam de Ibicuí Guazu (ou Ibicuí Antigo), cuja origem diziam estar no seu afluente Piriti.

Os castelhanos o identificavam como Jaguary Guazu, ou Taquarembo. Ao lado dos jesuítas adotavam a ilustração do *Mapa das Cortes*, argumentando que as suas nascentes estavam no Rio Ibicuí Mirim, no prolongamento de latitude Oeste-Leste, e não no seu traçado para o Sudeste, a partir de sua metade, como pretendiam os portugueses. Não faltou quem cogitasse a possibilidade de buscar sua origem no Toropi. A tese que vencesse, concretamente, obteria o território missioneiro, com milhares de cabeças de gado, entre os contemporâneos Rios Ibicuí Mirim e Santa Maria. Por isso, os portugueses postulavam por uma linha divisória mais ao Sul, pelo Piriti; e os espanhóis, ao Norte, pelo Ibicuí Mirim. No *Traslado* da parte do *Mapa das Cortes*, José Custódio e Blasco chegaram a eliminar o Ibicuí Mirim e o atual Santa Maria, prolongando o Ibicuí Guaçu, contorcendo seu traçado para o Sudeste e, depois, para o Sudoeste. A intenção era confundi-lo com o atual Santa Maria.

Em campo, Blasco chegou a medir os fluxos de água das fozes dos afluentes, apresentando cálculos em favor da origem do Ibicuí pelo atual Santa Maria. José Custódio elaborou a *Demonstração do Rio Ybicuy, & braços que o formão [formam]*, cujo original, bastante danificado, encontra-se na Mapoteca do Itamaraty. Uma reprodução fornecida à comissão espanhola também está no Archivo Historico Nacional, em Madri.

O desenho foi realizado com base nos "matheriaes referidos na Explicação". Essas fontes principais para constituição do mapa eram:

> A. Caminho que fez Dn Joao de Echavarria, e D. Ignacio Mendizabal por ordem do Ex.mo Senhor Marques de Valdelirios a examinar a forquilha, que forma o Ybicui Guazu, com o Toropi conforme a configuração do ditto Dn Ignacio. B. Caminho que ellevou Jose Custodio na ocaziao que os Exercitos de SS.M.es. F. e C. marchavaõ a por em sucego os Sette Povos sublevados. C. Lugar onde parou a linha Divizoria no impedimento q' à prim.ra Part.a de Demarcaçao teve junto a Santa Tecla. D. Conforme à configuraçao do Pe Tadeu. E. Conforme a configuraçao dos Yndios praticos no qual tambem o braço Pirity concorda com o q' tráz d. Fran.co Milhau no plano q. remeteu ao Marq.s.

A *Demonstração* de José Custódio foi reproduzida pela comissão espanhola, com tradução para o castelhano. Duas informações, em especial, fortaleciam aparentemente a tese portuguesa. No enunciado (D) constava o aproveitamento da cartografia jesuítica e depoimentos de índios. José Custódio usou as informações do *Mapa* do padre Tadeu Henis, conseguido por Blasco, considerando-o importante documento em defesa da tese portuguesa sobre a origem do Ibicuí, ao Sul, na região de Santa Tecla. A identificava como sendo a nascente do Pirity, apoiando-se nos práticos missioneiros. Henis era uma espécie de capelão das milícias indígenas e estivera em todos os locais de conflito, a exemplo de Rio Pardo, Caiboaté e Churiebi. Afinal, constituía um depoimento "de dentro" dos domínios espanhóis...

Estudos contemporâneos dariam razão à tese espanhola, aliás, sacramentada no *Mapa das Cortes*, elaborado pelos cartógrafos portugueses originalmente.

Além da questão demarcatória, a *Demonstração do Rio Ibicuy* incluiu dados subsidiários aos acontecimentos históricos. Traçou o caminho entre a Boca do Monte (atual Santa Maria) e Rio Pardo, passando pelas do Vacacaí Mirim e Passo do Jacuí. Revela também o itinerário da retirada do Exército português das Missões, marcha iniciada em Santo Ângelo, em maio de 1757, cortando rios caudalosos como o Ijuí, o Toropi e diversos de seus afluentes, descendo a serra pelas nascentes do Vacacaí Mirim, pegando o caminho conhecido dos missioneiros para Rio Pardo.

A principal versão espanhola das divergências sobre o Ibicuí, que em algumas cópias aparece apenas com o nome de Alonso Pacheco, é o *Plano en que se demuestra la parte de Demarcacion executada por las primeras partidas de España, y Portugal desde Castillos hasta Sta Tecla, y la que les falta que concluir*

hasta la Boca del Rio Ibicui en el Yruguai; en el q^e^ tambien se manifiestan los dos brasos q.^e^ forman el Ibicui, motivo de duda sucitada entre los comisarios principales sobre qual deverá ser el preferido para la division de limites, devien-do notarse q^e^ del Terreno comprehendído entre los p.^tos^ Sta Tecla, passo del Rosario, y passo del Guacacay mini, no sabemos nada con serteza p^r^ no haverlo andado ninguno de ñsas Partidas. As observações astronômicas e geográficas foram realizadas por Ignacio Mendizábal, incorporando dados de outros mapas, e o desenho executado por Alonso Pacheco. Sua confecção também foi concluída para as conferências demarcatórias de 1758, realizadas no Passo do Jacuí. Cópia oficial foi enviada pelo Marquês de Valdelírios ao Ministro Wall.

A exemplo do trabalho de José Custódio, este *Plano* possui informações adicionais relevantes. Documenta que contingentes missioneiros, depois da ocupação das sete cidades, não pretendiam atravessar o Rio Uruguai, e já estavam formando novos povos ao Sul do "Ibicuí Guazu", considerando também como sua extensão o Ibicuí Mirim. Com os comissários ainda em conversações e sem que as atas fossem remetidas às cortes para considerarem a "origem do rio", observa-se que alguns povoados indígenas já estavam instalados na área em litígio entre os Governos ibéricos, a exemplo do surgimento de um Povo Novo de São Miguel, ao Sul do atual Ibicuí Mirim, e o território entre este e o atual Santa Maria, considerado pelos portugueses como o rio das nascentes da fronteira. Encontra-se no Archivo de Simancas.

Sobre os limites do Ibicuí, a comissão portuguesa realizou uma reprodução dos argumentos espanhóis cartografados no *Traslado do Mappa, que o Comissr.^o^ Plenipotenciário de S.Mag.^e^ C. (feito pelos seus Geographos) remeteo ao de S. Mag.^e^ F.^ma^ em o qual saó rezumidas parte das duvidas, das quaes se trata nos escritos a parte, e no que lhe vai junto.* Estiveram envolvidos nessa análise e representação iconográfica José Custódio, Blasco e Manoel Vieira Leão. Uma das reproduções de 1758 encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Com o mesmo tema, em 1758, José Custodio de Sá e Faria, contando com o desenho de Manoel Vieira Leão, produziu cartografia interpretativa do mapa de 1749, considerado o documento oficial do Tratado de Madri. Trata-se do *Exemplo Geographico que comprehende o terreno que toca a Demarcacion da primeira Partida, copiado, e reducido a mayor exactisimam.^te^ do Mapa da Cortes* (Archivo Historico Nacional, Madri).

Este argumento iconográfico deriva dos dois pontos de litígios entre os comissários, abrangendo as fronteiras Ibicuí/Uruguai e Paraná/Paraguai, dele e de Blasco, conforme produção para as conferências de 1758, existente no *Traslado de huá parte do Mappa Geral, sobre o qual foi feito o Trattado de Limites, entre as duas coroas de Portugal e Espanha, de cujos Documentos foi a cada hum Comissario Demarcador dada huá copia por guia* (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Sem que houvesse concordância sobre as nascentes do Ibicuí, as comissões de limites elaboraram em conjunto o *Mapa Geographico del Terreno que demarcaron las Primeras Partidas de Sus Magestades Catholica y Fidelissima el qual comprehende dos tramos, el primero des de el Monte de Castillos Grandes hasta el ultimo Marco, que se coloco al N.O. de St.^a^ Tecla, y el segundo des de la horqueta grande que forman los braços del Rio Ybicuy hasta desaguar este en el Rio Uruguay.* Assim, levando as assinaturas de José Custódio de Sá e Faria, Juan de Echevarria, Manuel Vieira Leão, Inácio de Mendizabal e Vildesola e Alexandre Cardoso de Meneses e Fonseca, em 1759, foi dado por concluído o trabalho de campo. A decisão caberia às Cortes, na Europa. A revogação do Tratado de Madri, em 1761, tornou a questão inócua.

Também sem aplicabilidade geopolítica na região missioneira, os mapas da Segunda Partida passariam a ter somente valor cartográfico, a exemplo do *Mappa da Demarcação que por ordem de S.M.F. e C. fez no anno de 1759 a seg.^da^ Partida da boca do Rio Ybicuy, seguindo o curço dos Rios Vruguay, Pipiry, S. Ant.^o^, Yguaçú, e Paranâ thê o seu Salto*..., de 1760, confeccionado por Manuel Pacheco de Cristo (Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro).

Considerando a enorme produção cartográfica/iconográfica e de documentos escritos durante os 11 anos de vigência do Tratado de Madri

(1750-1761), é forçoso concluir a sua contribuição para as ciências.

Dessa atividade resultou impressionante conhecimento sobre a América meridional, suas populações autóctones, seus conflitos coloniais e seu povoamento, com implicações na formação dos povos dos futuros países independentes.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ADONIAS, Isa & FURRER, Bruno. *Mapa*: Imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: (1928) 1936, v.50.

ARTEGA, Juan José. *Las consecuencias del Tratado de Madrid en la desarticulación de la frontera demográfica de la Banda Oriental.* 1750-1761. Montevideo: Archivo General de la Nacion, 1999.

BARCELOS, Artur H. F. *O compasso e a cruz*. Porto Alegre, CD, 2006.

Campaña del Brasil. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1939, Tomo II.

Cartas topograficas do continente do sul e parte meridional da America Portugueza com as batalhas que o Ill.mo e Ex.mo Conde de Bobadella ganhou aos Indios das Missoens do Paraguay. Recopilladas pelo Gov.or e Cap.am Gen.al de S. Paullo Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mouram. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

CORTESÃO, Jaime. *O Tratado de Madrid*. Brasília: Senado Federal, 2001, 2 Tomos.

COUTO, Jorge. As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios ultramarinos. In: *A expulsão dos jesuítas dos Domínios Portugueses*. 250º aniversário. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*. Lisboa: CNCDP, 2001.

FURLONG, Guillermo Cardiff, S.J. *Cartografia Jesuítica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas, 1936.

FURLONG, Guillermo, S.J. *Historia social e cultural del Rio de la Plata, 1536-1810*. Buenos Aires: Tea, 1969, 3 Tomos.

GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002; 2004, 2 volumes.

GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica*. Porto Alegre: Editora da Universidade; Passo Fundo: UPF Editora, 1998.

MELIÀ, Bartomeu (Ed.). *Historia inacabada, futuro incierto*. VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas. Asunción: CEPAG; ISEHF, 2002.

RIO BRANCO, Barão do. *Exposição dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro, Itamaraty, 1894.

Tratados de la República Argentina. Buenos Aires: Departamento de Relaciones Exteriores y Culto, 1900.

A disputa ibérica pelo domínio do Rio Paraguai na segunda metade do século XVIII e a sua representação cartográfica

Mário Clemente Ferreira
Doutorando em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É assistente de investigação no Centro de História de Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores.

"À memória de Max Justo Guedes"

RESUMO

A ocupação colonial do vale do Rio Paraguai aconteceu sobretudo na segunda metade do século XVIII. Para além de procurar identificar as razões para uma tão tardia ocupação colonial, esta comunicação pretende sobretudo analisar o modo como decorreu esse processo, nomeadamente a disputa entre as duas coroas ibéricas pelo domínio desse território e a produção cartográfica portuguesa e espanhola daí resultante.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização portuguesa; Rio Paraguai; ocupação; século XVIII

ABSTRACT

The colonial occupation of the Paraguay River valley was mainly in the second half of the eighteenth century. In addition to seeking to identify the reasons for such a late colonial occupation, this communication intends primarily to examine how this process has developed, including the dispute between the two Iberian crowns for dominance of territory and Portuguese and Spanish cartographic production.

KEYWORDS: Portuguese colonization, the Paraguay River; occupation; eighteenth century

As autoridades castelhanas do Paraguai tiveram conhecimento em 1723 do avanço da frente da colonização portuguesa até Cuiabá. Por isso, o Governador do Paraguai, José de Antequera y Castro, ordenou a exploração dos campos de "Gerez"[1]. Tratava-se da região onde em 1593 Rui Dias de Guzmán havia fundado a Vila de Santiago de Xerez, na região do Itatim, abandonada após ataques de paulistas em 1632. Dessa expedição, e de uma outra realizada ainda em 1723, aquele governador obteve informações relativas ao caminho das monções, ao povoamento de Cuiabá e à existência de vestígios de estabelecimentos temporários de

[1]Ynstruccion e orden que há de observar y guardar el Mestre de Campo Alonso Benites de Portugal, Assunção, 18-4-1723, pub. in Bandeirantes no Paraguai, São Paulo, 1949, pp. 378-379.

portugueses acima dos Rios Jejuí-Guaçú e Amambai[2]. A partir de então foi intensificado o processo de recolha de informações. Mas foi o novo Governador do Paraguai, Martin de Barua, quem ordenou em 1726 uma nova expedição para as "parajes de Jeres", rumo aos Rios Iguatemi e Amambaí e às campanhas acima deste último rio[3].

Apesar das notícias entretanto recolhidas por estas expedições, mas também junto de indivíduos capturados pelos índios Paiaguá e levados para Assunção e de castelhanos que estiveram na Colônia do Sacramento e no Rio de Janeiro, um dos quais alertou inclusive para uma intenção portuguesa de invasão do Paraguai, a coroa espanhola demorou a reagir[4]. Apenas em 1738, o monarca castelhano ordenou que o Governador do Paraguai, Rafael de la Moneda, mandasse averiguar se Goiás e Mato Grosso, mas também as Minas Gerais, estariam em território pertencente à jurisdição da sua coroa, devendo ser tomadas as providências para a expulsão dos portugueses caso isso se verificasse[5]. Esta ordem régia originou um segundo grande movimento de recolha de informações, as quais deveriam ser posteriormente enviadas para Madri. Entre outros, foram ouvidos os elementos do cabido da cidade de Assunção, o Padre Agostinho Castañares e dois portugueses que se encontravam em Assunção. Um destes últimos, António Antunes Souto, referiu ter vivido em Goiás e em Cuiabá e que na casa de seu pai, como em outras, era sempre afirmado que estas minas pertenceriam à coroa espanhola, salientando ainda o receio luso-brasileiro de que os espanhóis dali os expulsassem[6]. No entanto, apesar das informações que ao longo do tempo foram acumuladas, não ocorreu qualquer iniciativa espanhola que dificultasse a fixação de colonos da coroa portuguesa naquelas regiões, nem a navegação fluvial que se praticava a partir de São Paulo. O que explica então esta passividade perante o avanço português? Como se justifica, diante do conhecimento da fixação portuguesa, o vazio da colonização espanhola a Norte de Assunção e de Curuguati, esta última fundada em 1715, a Sul do Rio Iguatemi?

À data da fixação dos primeiros mineradores, o território da América espanhola fronteiro à região de Cuiabá estava ocupado pelas missões de Chiquitos, pertencentes à Província Jesuítica do Paraguai, cuja instalação se iniciara em 1691 e se prolongara até então[7]. Para as autoridades espanholas, os índios Chiquitos apresentavam-se como aliados primordiais na defesa do espaço colonial e as missões assumiam-se como uma forma de conter os avanços dos súbditos portugueses que ameaçavam a segurança de Santa Cruz de la Sierra[8]. Também aqui, como já vinha sucedendo noutras regiões da América espanhola, as missões apareceram como importantes instituições de fronteira e com elas formar-se-ia uma fronteira viva, uma barreira às invasões portuguesas[9]. Tratava-se da atri-

[2]Relato da viagem de Alonso Benites de Portugal, Assunção, 21-7-1723, auto das perguntas feitas a índios fugidos, Assunção, 11-8-1723 e Carta de Alonso Benites de Portugal para o Governador do Paraguai, Curuguati, 5-1-1724, pub. in Bandeirantes no Paraguai, São Paulo, 1949, pp. 380-381, 383-385 e 390-391, respectivamente.
[3]Instrução ao Governador do Paraguai, Martin de Barua, 13-9-1726, pub. in Bandeirantes no Paraguai, São Paulo, 1949, pp. 414-416.
[4]Testemunho prestado por Afonso Gonzales de Gusman, Assunção, 13-1-1724, pub. inBandeirantes no Paraguai, São Paulo, 1949, pp. 391-394.
[5]Carta do Marquês de Torrenueva para o Governador do Paraguai, Madri, 25-10-1738, pub. in Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, parte III, Tomo II, Rio de Janeiro, 1951, p. 37.
[6]Informe prestado pelo paulista António Antunes Souto, Assunção, 15-9-1741, pub. in Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, parte III, Tomo II, Rio de Janeiro, 1951, pp. 44-45.
[7] Sobre o processo de instalação dos missionários na região de Chiquitos, ver, por exemplo, José Eduardo Fernandes Moreira da Costa, A Coroa do Mundo, religião, território e territorialidade Chiquitano, Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, Carlini&Caniato Editorial, Cuiabá, 2006, pp. 45-64; Robert Southey, História do Brasil, vol. 3, Editora da Universidade de São Paulo, Editora Itatiaia Limitada, São Paulo e Belo Horizonte, 1981, pp. 97-121 e Roberto Tomichá Charupá, Laprimeraevangelizaciónenlasreducciones de Chiquitos, Bolívia (1691-1767). Protagonistas e metodologíamisional, Talleres Gráficos KIPUS, Cochabamba, 2002, pp. 281-292. TomicháCharupá divide em quatro períodos o estabelecimeto das missões de Chiquitos: o primeiro, de fundação /1691-1709); o segundo, de assentamento (1709-1724); o terceiro, de consolidação (1724-1754); e o quarto, de maturidade (1754-1767).
[8] Enrique de Gandia, HistoriadelGran Chaco, Juan Roldan y Compañia Editores, Buenos Aires, 1929, p. 152.
[9] Citado por Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718, p. 24.

buição aos indígenas de um verdadeiro papel de "soldados da fronteira"[10].

Contudo, se as missões garantiam a posse e permitiam a defesa do território sob a alçada espanhola, o aldeamento indígena desenvolvido pelos jesuítas apresentava como característica fundamental a ligação dos nativos a terra, a sua fixação num espaço perfeitamente identificado. Pelo contrário, o "bandeirismo paulista" era itinerante e expansionista. O confronto destes dois sistemas permitiu o avanço e a penetração para o Ocidente dos homens oriundos de São Paulo. Em parte, isto também explica aquela penetração e a ocupação de terras muito para além da linha de Tordesilhas[11].

Por outro lado, desde o início da colonização do Paraguai que um forte antagonismo envolvia os colonos e os missionários, originado pela protecção que estes proporcionavam aos indígenas. Mesmo perante a presença jesuíta, os colonos continuavam a capturar índios, o que motivava os religiosos a reclamarem sistematicamente a intervenção da coroa com o objectivo de esta proibir a entrada, sem o prévio consentimento, de colonos e militares na região missionária[12].

Esta oposição encontrava-se precisamente na sua máxima expressão quando se iniciou a ocupação portuguesa junto do Rio Cuiabá. A utilização de milícias guaranis para debelar a revolução dos "Comuneros" do Paraguai (1717-1735) foi para isso essencial[13]. Jaime Cortesão atribui a esta revolução um papel fundamental, para nós excessivo, ao explicar o desconhecimento dos paraguaios, ocupados e esterilizados com estas lutas, relativamente ao percurso das monções que ligavam Araritaguaba a Cuiabá[14]. Na verdade, sobre este caminho, desde muito cedo que os castelhanos possuíam diversas informações. Em 1723, dois índios fugidos aos colonos portugueses referenciaram a rota que utilizava o Rio Verde para estabelecer a ligação entre o Rio Paraná e Camapuã[15]. Essa informação seria confirmada aos castelhanos alguns anos depois, em 1729, por um jovem português capturado pelos Paiaguá[16]. No entanto, apesar disso e ainda do conhecimento que essa era a única via de abastecimento e de comunicação de Cuiabá com o litoral, nenhuma medida foi tomada pelas autoridades castelhanas. Aliás, importa salientar que apenas após o estabelecimento do presídio de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, em 1767, os castelhanos planearam combater e anular aquela via de comunicação.

Por outro lado, os missionários de Chiquitos opuseram-se sempre com uma enorme tenacidade a que os espanhóis penetrassem ou atravessassem o seu território. Os padres superiores chegaram a ordenar que se alguns espanhóis, até com autorização do próprio vice-rei, ali se apresentassem com o objectivo de procurarem minas de prata, lhes fossem disponibilizados índios devidamente instruídos para conduzirem os visitantes por caminhos errados e difíceis, de forma a dificultar, e até impossibilitar, tal iniciativa[17]. O próprio comércio praticado entre as missões e as povoações castelhanas efectuava-se apenas através de uma única redução, a de São Francisco Xavier, e por intermédio de dois únicos intervenientes, o padre procurador ali residente e um espanhol[18]. Todos estes

[10] Esse papel de "soldados da fronteira" desempenhado pelos índios nas missões castelhanas em diversos trechos da fronteira da América espanhola foi destacado por Constantino Bayle, "LasMisiones, defensa de lasfronteras. Mainas", inMisionaliaHispanica, ano VIII, nº 24, C.S.I.C., Madrid, 1951, pp. 417-503.
[11] Jaime Cortesão, A.G.T.M., parte I, Tomo 2, Rio de Janeiro, 1956, pp. 168-169.
[12] Ver Eduardo Fernandes Moreira da Costa, ob.cit., p. 53.
[13] Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Caminho de Chiquitos às missões Guaranis de 1690 a 1718, Colecção da Revista de História, vol. XX, São Paulo, 1960, pp. 54-55.
[14] Jaime Cortesão, A.G.T.M., parte I, Tomo 2, Rio de Janeiro, 1956, pp. 169-170. Sobre esta revolta ver Robert Southey, ob. cit., vol. 3, pp. 124-143.
[15] Auto das perguntas feitas a índios fugidos, Assunção, 11-8-1723, pub. inBandeirantes no Paraguai - Século XVII (Documentos Inéditos), p. 383.
[16] Testemunho de António Antunes da Silva, Assunção, 30-12-1729, pub. inBandeirantes no Paraguai - Século XVII (Documentos Inéditos), p. 429.
[17] Ver Jaime Cortesão, A.G.T.M., parte I, Tomo 2, Rio de Janeiro, 1956, p. 170.
[18] Cortesão indica os documentos jesuíticos em que é descrita essa prática comercial: F.B.N., R.J., Manuscritos, I-29,5,98; I-29,5,101-103; I-29,6,2-3 (Jaime Cortesão, A.G.T.M., parte I, tomo 2, p.170). Sobre o comércio praticado pelas missões de Chiquitos, ver Maria José Diez Gálvez, Losbienesmuebles de Chiquitos. Fuentes para el conocimiento de una sociedad, Agencia española de Cooperación Internacional – Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación, Madrid, 2006, pp. 81-84.

embaraços colocados pelos religiosos fundamentaram, com alguma razão, a justificação do Governador Argomosa Ceballos, em 1738, perante a acusação de não se ter apercebido do estabelecimento das povoações portuguesas a tão curta distância[19]. De facto, as missões acabaram por funcionar como uma barreira, um separador entre as duas frentes de colonização ibérica nesta região da América do Sul.

Tudo isto explica que fosse sobretudo por índios em fuga ou pelos prisioneiros dos Paiaguá que os castelhanos tivessem tido as primeiras informações sobre a fixação dos portugueses no extremo Ocidental do Brasil. Na verdade, as notícias não passavam com facilidade dos missionários e seus indígenas para as autoridades coloniais castelhanas. Para estas dificuldades de comunicação contribuíram claramente os conflitos de interesses e as mútuas desconfianças atrás referidas. Para os jesuítas, se a presença próxima dos colonos portugueses poderia ser uma forte ameaça, a entrada no território das missões de grupos de militares ou civis ao serviço da coroa espanhola para combater a colonização portuguesa poderia significar prejuízos ainda maiores para as reduções. Entendemos que aqui reside a principal explicação para a ausência de uma rápida e franca circulação de notícias dos religiosos da Companhia para as autoridades da América espanhola e até para silêncios intencionais.

A ocupação indígena ao Norte da cidade de Assunção contribuiu igualmente para justificar o estabelecimento dos portugueses e a sua circulação pela rota das monções sem qualquer oposição dos espanhóis. Os cavaleiros Guaicuru estendiam as suas correrias desde o Rio Iguatemi até ao Taquari, dificultando por aquelas terras a circulação e fixação dos colonizadores. Os canoeiros Paiaguá concentravam-se sobretudo nas margens e proximidades do Rio Paraguai e seus afluentes[20]. À época da fixação dos portugueses em Cuiabá, a adversidade dos Paiaguá relativamente aos espanhóis estava extremamente activa. Em 1727, precisamente o ano em que o Governador Rodrigo César de Meneses transformou o arraial cuiabano em vila, as autoridades de Curuguati queixavam-se das hostilidades indígenas que colocavam em causa até a segurança da própria vila[21]. Para o colonizador espanhol a situação agravava-se quando se registavam alianças entre os Guaicuru e os Paiaguá que, segundo o missionário Juan Patrício Fernandez, resultavam "en daño de los españoles"[22].

Estas dificuldades explicam, de acordo com a nossa análise, a supremacia de Curuguati, em detrimento de Assunção, como centro organizador de iniciativas com vista à obtenção de informações sobre a presença portuguesa. Na década de 1720, várias expedições partiram daquela vila, fazendo os seus percursos sobretudo por terra, enfrentando as dificuldades daí decorrentes. Por que não fazê-lo então a partir de Assunção e pelo Rio Paraguai? Assunção era a sede do governo e o centro mais populoso, dispondo de mais recursos. O Paraguai era um rio sem cachoeiras até às suas nascentes, de fácil navegação, como destacavam em finais do século Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira[23]. Parece-nos evidente que era a perigosa presença indígena nas margens desse rio que levava os assuncenhos a preferir Curuguati e a via terrestre nas suas actividades de reconhecimento.

Portanto, sem oposição castelhana ou até dos próprios jesuítas, enfrentado apenas as

[19] Jaime Cortesão, A.G.T.M., parte I, Tomo 2, Rio de Janeiro, 1956, p. 170.
[20] Ver Sílvia M. Schmuziger Carvalho, "Chaco: encruzilhada de povos e "MeltingPot" Cultural. Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense", in Manuela Carneiro da Cunha (org.), História dos Índios no Brasil, Companhia das Letras, FAPESP, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, 1998, pp. 463-467.
[21] Carta de José de Villar para o governador do Paraguai, Curuguati, 11-3-1727, pub. in Bandeirantes no Paraguai. Século XVII (Documentos Inéditos), p. 421.
[22] Juan Patrício Fernandez, RelaciónHistorical de lasMisiones de IndiosChiquitos, apud Raul Silveira de Mello, História do Forte de Coimbra, 3º vol., Imprensa do Exército, Rio de Janeiro, 1960, p. 119.
[23] A.H.U., Mato Grosso, cx. 30, doc. 1676 (anexo), 1792, "Reflexoens sobre a Capitania do Matto Grosso Offerecidas ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Joaõ d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres Governador e Capitam General da mesma Capitania Pelos Tenentes Coroneis de Infantaria com exercicio de Engenheiros Joaquim Jozê Ferreira e Ricardo Franco de Almeida Serra", pub. inR.I.H.G.B., tomo V (2ª série), nº 15, Rio de Janeiro, 1849, pp. 377-99.

Parte do governo de S. Paullo [e] parte dos domínios da Coroa de Castella (detalhe), Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Cartografia, ARC.030,03,002

dificuldades impostas pelos condicionalismos naturais e a hostilidade de alguns grupos indígenas, muitos deslocam-se para as novas terras auríferas atraídos pela possibilidade de enriquecimento rápido. Assim que as primeiras notícias da descoberta do ouro se espalharam pelo Brasil iniciou-se um movimento de população em direcção ao oeste[24]. A comunicação com São Paulo começa também a intensificar-se, fixando-se a rota das monções. Foi com esses sertanistas, aventureiros e até marginais que se começou a estruturar o povoamento, com o aparecimento dos primeiros arraiais na região do Rio Cuiabá, e a ter lugar a apropriação de um espaço até aí não reivindicado por nenhuma das coroas ibéricas. Mais tarde, na década de 1730 ocorreu a ocupação da região de Mato Grosso, próximo ao Rio Guaporé, pertencente já à Bacia amazônica. No entanto, a região mais a Sul, a do Rio Paraguai, apenas irá merecer a atenção dos colonizadores das coroas ibéricas na década de 1760, muito depois da criação da capitania de Cuiabá e Mato Grosso, ocorrida em 1748.

No entanto, desde as primeiras representações cartográficas produzidas logo após o início da colonização portuguesa em Cuiabá que o rio Paraguai surge como o limite entre as possessões ibéricas naquela parte da América do Sul. Motivada pelo conhecimento da existência das missões castelhanas de Moxos e de Chiquitos, essa consciência aparece muito cedo e de forma bastante clara entre os portugueses. A presença dos jesuítas ao serviço de Espanha justificava a posse daquelas terras. Daí a identificação dos "Parte dos Domínios da coroa de Castella», a oriente do Rio Paraguai, nos mapas elaborados a partir dos conhecimentos dos sertanistas[25]. Contudo, este tipo de cartografia, pouco precisa e com muitas imprecisões, procurava sobretudo "arrumar" o espaço, sem grandes preocupações científicas ou matemáticas. Ela baseava-se no conhecimento empírico de bandeirantes, sertanistas ou outros homens que haviam estado naquelas paragens. O primeiro levantamento geográfico daquela região aconteceria apenas algumas décadas depois, com os trabalhos demarcadores do Tratado de Madri de 1750, o qual definiu precisamente o Rio Paraguai como um dos limites entre as possessões ibéricas. As delimitações no ter-

[24] José Barbosa de Sá, "Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato groso de seosprincipiosthé os prezentes tempos", inAnais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXIII, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1904, p. 11. Ver também «Diario do 1.º de Abril de 1732», pub. in João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda e Fernanda Olival, Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora, vol. 2 (1732-1734), Edições Colibri, CHC-UNL e CIDEHUS-EU, Lisboa, 2005, p. 45.

[25] Parte do governo de S. Paullo [e] parte dos domínios da Coroa de Castella, post. a 1730, FBN, Rio de Janeiro, Cartografia, ARC.030,03,002.

Mappa Geographico, da Terceira Partida de divisões, que comprehende do Salto grande do Rio Paraná, até a boca do Rio Jauru, aonde se colocou hum dos Marcos de mármore, em o dia 14º de Janeyro do anno de 1754. V.ª Bella 5 de M.ço de 1759, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, 047-M-1-G.2

reno então efetuadas constituíram a primeira intervenção sistemática e verdadeiramente científica das autoridades portuguesas e espanholas sobre o alto Paraguai.

Cumprindo o estipulado no acordo, os técnicos ao serviço de ambas as coroas, que constituíam a terceira partida do sul, percorreram todo o Rio Paraguai, pois subiram da Ilha de Martim Garcia, no Prata, até Assunção, onde a expedição foi ultimada. Entre agosto de 1753, quando partiram desta cidade, até fevereiro de 1754, data do regresso, percorreram o rio até à foz do Jauru, onde colocaram um marco de mármore[26]. No

[26]Sobre os trabalhos demarcadores da terceira partida do Sul do Tratado de Madri, ver Mário Clemente Ferreira, O Tratado de Madri e o Brasil meridional. Os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001, pp. 172-188.

entanto, não foi identificado o Rio Corrientes, indicado no texto do tratado e no Mapa das Cortes como afluente do Paraguai, por onde deveria passar o limite territorial entre as possessões das duas coroas, pelo que a demarcação foi apenas iniciada depois de ultrapassado o trópico de Capricórnio. Esta dificuldade deveu-se ao desconhecimento daquele rio por parte dos moradores de Assunção. A este propósito, o Comissário Principal espanhol, Marquês de Valdelírios, afirmou que a inexistência de práticos na navegação daquele rio não o surpreendia, pois tratava-se de uma região até então pouco explorada, mas estranha a ausência de notícias dele atendendo ao facto desse rio surgir indicado em diversas cartas jesuítas[27]. No entanto, esta incapacidade, para além de revelar claramente um frágil conhecimento geográfico da região, parece também ilustrar a fraca circulação de informações entre os jesuítas e as autoridades coloniais.

Apesar desta contrariedade, grande parte da linha delimitadora foi estabelecida e representada cartograficamente pelos demarcadores. Dessa actividade conjunta resultaram diversos mapas, destacando-se o monumental "Mapa Geografico hecho por orden de Sua Mag.es Catholica, y Fidelis. ma Que comprehende la Demarcacion de la Linea de Division des de el Salto grande del Rio Paraná, hasta La boca del Rio Jaurú, en la America Mareidional. Egecutada Por las Terceras Partidas que subieron por el Rio Paraguay", concluído em 1755, que é a síntese de todos os trabalhos então desenvolvidos[28]. Deste mapa fez-se, em 1759, uma cópia reduzida, a qual foi oferecida a Dom António Rolim de Moura, governador de Mato Grosso[29].

No entanto, um dos resultados cartográficos mais interessantes foi um atlas traçado em 1758 por Miguel António de Ciera, onde aplicou os seus conhecimentos como cosmógrafo daquela terceira partida do sul. Preparado como oferta ao Rei Dom José I, é composto por 36 folhas soltas. Dessas, 31 apresentam desenhos aguarelados que representam não apenas cartograficamente os cursos dos rios da Prata, Paraná e Paraguai, ou seja, todo o percurso fluvial desde a Colônia do Sacramento até a foz do Rio Jauru, mas também paisagens, animais, núcleos urbanos e costumes dos habitantes daquelas regiões. E nisso reside também a sua importância, pois sendo constituído por informações cartográficas e iconográficas, estamos na presença do primeiro conjunto de vistas da paisagem interior da América do Sul[30]. A sua leitura permite um conhecimento não apenas geográfico da região, nomeadamente de locais considerados estratégicos, mas também dos seus principais elementos caracterizadores. Existe nele um cuidado especial na representação das terras espanholas, especialmente da região de Assunção, mas sobretudo da linha de fronteira, então acabada de demarcar. Contudo, a autêntica revolução no conhecimento geográfico e cartográfico do Rio Paraguai, produzida pela actividade das equipas mistas luso-castelhanas de demarcação, não se traduziu numa ocupação imediata dos espaços coloniais então definidos. Entendemos que tal se deveu, em grande medida, à forte oposição indígena à presença dos colonizadores que então ainda se fazia sentir a Norte da cidade de Assunção. Na verdade, os espanhóis estabeleceram apenas em 1760 a missão de Nossa Senhora de Belém, constituída por índios Guaicuru, junto ao Rio Paraguai e na margem Norte do Rio Ipané. Os portugueses somente a partir de 1775 instalaram o For-

[27] Carta do Marquês de Valdelírios para Gomes Freire de Andrade, Buenos Aires, 18-12-1753, Arquivo Histórico Ultramarino, Nova Colónia do Sacramento, cx. 7, doc. 33 (catalogação antiga). Uma das cartas jesuítas em que o Rio Corrientes aparece indicado é a Paraquariae Provinciae Soc. Jesu cum adjacentib[us] novíssima descriptio post iteratas peregrinationes, & plures observationes Patrum Missionariorum eiusdem Soc. Tum huius Provinciae, cum & Peruanae accuratissime delineata, Anno 1722, publicado em 1726 pelos padres da Companhia e atribuído a Juan Francisco Dávila.

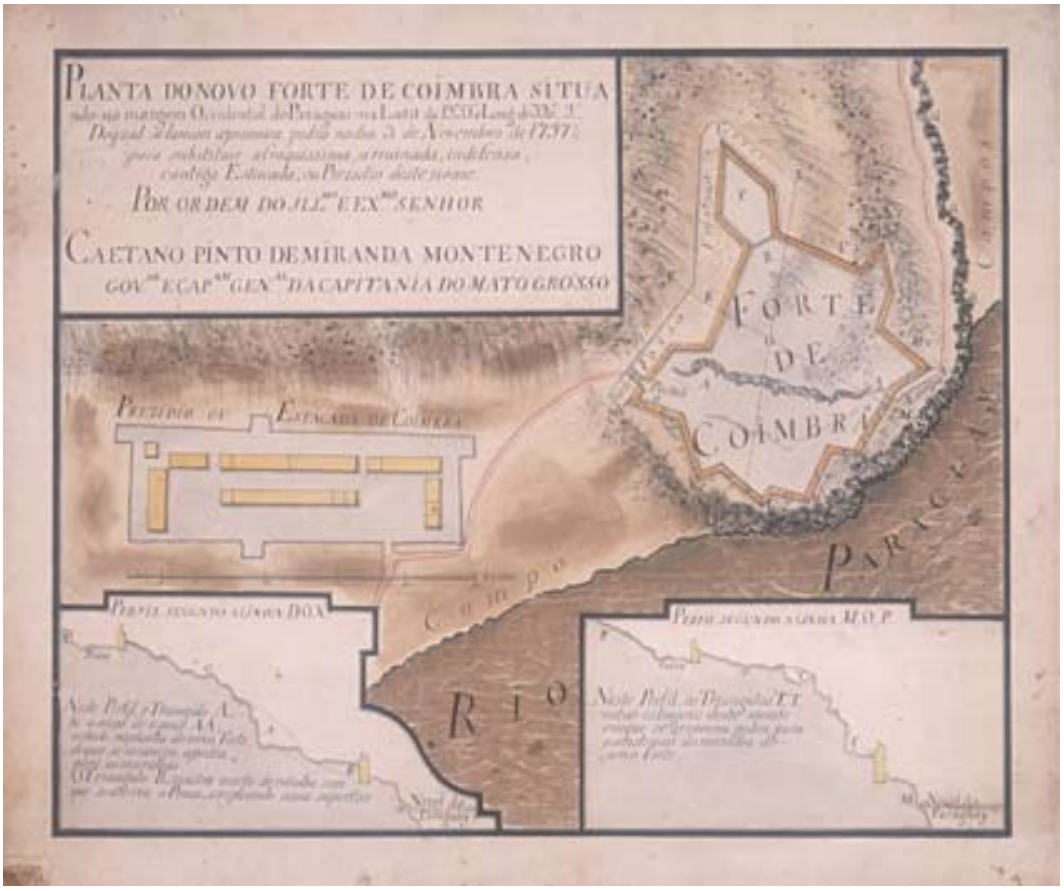
[28] Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro, nº 758.

[29] Mappa Geographico, da Terceira Partida de divisões, que comprehende do Salto grande do Rio Paraná, até a boca do Rio Jauru, aonde se colocou hum dos Marcos de marmore, em o dia 14º de Janeyro do anno de 1754, V.ª Bella 5 de M.ço de 1759, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, Mapoteca Histórica, 047-M-1-G.2.

[30] Sobre este atlas, ver Maria de Fátima Costa, «Miguel de Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760)», in Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material, nova séire, vol. 17, nº 2, julho-dezembro 2009, Universidade de São Paulo, pp. 189-214.

te de Nova Coimbra na margem ocidental do Rio Paraguai. Dois anos antes, em 1773, os espanhóis estabeleceram a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição na margem oriental do Rio Paraguai. Estes três estabelecimentos têm em comum o facto de serem instalados em regiões que não pertenceriam à jurisdição das respectivas coroas segundo o Tratado de Madri, entretanto anulado com a assinatura do Tratado do Pardo em 1761.

Na verdade, a ocupação portuguesa do vale do Paraguai apenas começa a ser pensada nos últimos anos do Governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho na Capitania de Mato Grosso. E isso verificou-se depois de contactos com o Morgado de Mateus, Governador de São Paulo, após este ter fundado em 1767, junto ao Rio Iguatemi, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula, curiosamente em território que pertenceria à Capitania de Mato Grosso, com o objectivo de garantir a navegação do percurso das monções. Em 1770, Sousa Coutinho propôs a instalação de um outro estabelecimento no Fecho dos Morros, nas margens do Rio Paraguai, que apoiando-se na Fortaleza do Iguatemi garantiria a navegação do Rio Paraguai[31]. No entanto, ressaltava que a sua Capitania não dispunha de homens para tal empreendimento, sugerindo que a sua fundação coubesse à Capitania de São Paulo. Na verdade, este era um projecto então praticamente inexequível.



Ricardo Franco de Almeida Serra, 1797, *Planta do Novo Forte de Coimbra situado na margem occidental do Paraguay na Latit. de 19º 55' e Long. de 320º 2' [...],* Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro, 1797 / 779.2 hkcmf-C23

[31] Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 11-2-1770, A.H.U., Mato Grosso, cx. 14, doc. 9.

José Custódio de Sá e Faria, 1779, *Demonstracion Geografica de la situacíon en que se hallan los pueblos de N. S.rª de la Concepcion, de Españoles, y de N. S.ra de Belén, de Indios Guaycurus, que segundo el Tratado Preliminar quedan comprehendidos en la Demarcacíon de Portugal,* Archivo Histórico Nacional, Madrid, Estado, MPD, Sig.ª 129

Apenas em julho de 1775, já com o Governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, saiu de Cuiabá uma expedição para exploração do Fecho dos Morros com a finalidade de aí se estabelecer uma fortificação, a qual permitiria garantir a segurança das minas de diamantes encontradas no alto Paraguai, impedir a navegação dos espanhóis pelo Paraguai vindos do porto de Buenos Aires, ou ainda de Cadiz ou Ferrol, que estes se apoderassem da boca do actual Rio Miranda e, simultaneamente, franquear a rota das monções desde Araritaguaba até Cuiabá. No entanto, a expedição, comandada pelo Capitão Matias Ribeiro da Costa, apenas explorou o Rio Paraguai até 42 léguas acima do destino pretendido, ou seja até um local que lhe pareceu ser o Fecho dos Morros, onde colocou uma bandeira a 13 de setembro de 1775, estabelecendo na margem direita do Paraguai o Forte de Coimbra. Esse local estaria a 120 léguas e a 20 dias de viagem de Cuiabá[32].

[32] Felipe José Nogueira Coelho, «Memorias Chronologicas da Capitania de Matto-Grosso Principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendencia do Ouro», in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 18, ►

No mesmo ano, Luís de Albuquerque envia uma nova expedição com a finalidade de explorar os Rios Embotetey (actual Miranda) e Paraguai, comandada por João Leme do Prado. Este, quando regressou, forneceu informações das campanhas e margens daquele rio e dos índios que encontrou. Informou também que pouco abaixo da foz do actual Rio Miranda descobriu um local apropriado para uma povoação ou fortaleza, o morro chamado das Pitas. O Governador Luís de Albuquerque nomeou então João Leme do Prado Capitão-Mór das Conquistas do Paraguai. Em agosto de 1778, Leme do Prado e os seus familiares, juntamente com outras famílias, fundariam a povoação de Albuquerque[33].

Em 1776, uma nova expedição é enviada por ordem de Luís de Albuquerque. Comandada por Miguel José Rodrigues e constituída por grande número de soldados, tem como missão explorar a verdadeira região do Fecho dos Morros[34]. Por isso, o governador ordenou que esta expedição explorasse a região ao Sul do Forte de Coimbra, em busca daquele ponto do curso do Rio Paraguai. Atingiram o Fecho dos Morros e, na viagem de regresso, chegaram a trocar alguns objectos com os índios que encontraram. Os espanhóis, após o estabelecimento, junto do Rio Ipané, da missão de Nossa Senhora de Belém em 1760, fundaram na margem oriental do Rio Paraguai a Vila Real de la Concepcion em 1773. Todas estas iniciativas colonizadoras desenvolvidas pelas duas coroas ibéricas nas margens do Rio Paraguai originaram uma produção cartográfica significativa. Era necessário representar cartograficamente esses avanços, avaliar a proximidade dos estabelecimentos da coroa adversária, representar as edificações levantadas e também resolver ou procurar soluções para a questão dos limites territoriais.

Isso justifica-se também pelo facto de todos esses estabelecimentos, portugueses e espanhóis, se encontrarem fora das jurisdições de cada uma das coroas definidas pelo Tratado de Madri. Apesar de este convênio ter sido anulado, em ambas as partes existia a consciência que aquelas iniciativas poderiam, eventualmente, provocar reacções do lado adversário. A assinatura em 1777 do Tratado de Santo Ildefonso viria confirmar esses receios, pois, naquela parte, manteve os limites de 1750. Por isso, apenas dois anos depois, José Custódio de Sá e Faria, já ao serviço da coroa espanhola, traça um mapa da região no qual apresenta uma proposta de alteração à linha acordada em Santo Ildefonso[35]. Assim, das nascentes do Rio Iguatemi, a linha poderia seguir até encontrar as nascentes de um outro rio, afluente também do Paraguai, mas mais ao Norte que o Rio Ipané, rio que o tratado parecia definir como divisor, apesar de ainda nomear "o que chamam Correntes", de modo a garantir o domínio espanhol dos territórios onde se localizavam a missão de Nossa Senhora de Belém, de índios Gauicuru, e a Vila Real de la Concepción. No entanto, na fronteira do Rio Paraguai, ao contrário do que sucedeu com o acordo de 1750, as equipas portuguesas e espanholas de demarcação de limites que deveriam constituir a segunda comissão segundo o tratado de 1777 nunca chegaram a encontrar-se e a trabalhar em conjunto. Apesar disso, os técnicos da terceira comissão que deveriam demarcar para Norte do Guaporé, por influência do Governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, estiveram muito activos e, entre outros reconhecimentos, percorreram parte do Rio Paraguai, nomeadamente desde a Foz do Jauru até à Baía Negra em 1782.

► Rio de Janeiro, 1850, p. 190 e Joaquim da Costa Siqueira, «Chronicas de Cuyabá ou relação chronologica dos estabelecimentos, factos, sucessos mais notaveis que aconteceram nestas Minas de Cuyabá», in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. IV, São Paulo, 1898-1899, pp. 192-193 e Anais de Vila Bela, 1734-1789, organização de Janaína Amado, e Leny Caselli Anzai, Carlini & Caniato Editorial, Editora da Universidade de Mato Grosso, Cuiabá, 2006, pp. 202 e 205-206.

[33] Felipe José Nogueira Coelho, ob. cit., p. 190, J. da Costa Siqueira, ob. cit, pp. 192-193 e J. Amado e L. C. Anzai, ob. cit., pp. 202 e 205-206.

[34] J. da Costa Siqueira, ob. cit., 180-184. Esta expedição foi organizada por Marcelino Rodrigues Camponês, então comandante do Forte de Coimbra.

[35] Demonstracion Geografica de la situacíon en que se hallan los pueblos de N. S.r[a] de la Concepcion, de Españoles, y de N. S.ra de Belén, de Indios Guaycurus, que segundo el Tratado Preliminar quedan comprehendidos en la Demarcacíon de Portugal, José Custódio de Sá e Faria, 1779, Archivo Histórico Nacional, Estado, MPD, Sig.[a] 129.

Contudo, é na última década do século XVIII que se tomam iniciativas relacionadas com a disputa territorial pelo domínio de parte do curso do Paraguai. Assim, em 1790, por ordem do Governador do Paraguai, Joaquin Alós, uma expedição comandada por Martin Boneo e Inácio de Pasos partiu de Assunção com o objectivo de forçar a retirada dos portugueses do Forte de Nova Coimbra que, segundo o Tratado de Santo Ildefonso, localizava-se em território da coroa espanhola. Chegados à fortaleza portuguesa, os castelhanos tiveram conhecimento de que na mesma margem do Rio Paraguai tinha sido instalada a povoação de Albuquerque. Boneo pretendeu ir até este estabelecimento, mas o comandante do Forte de Nova Coimbra informou-o de ter ordens do Governador de Mato Grosso para não permitir a passagem de espanhóis que ali chegassem. Boneo ainda tentou a subida do Paraguai, mas foi impedido pelo comandante de Albuquerque, o qual encontrou no segundo dia da sua viagem. No entanto, conseguiu prestar ao Governador do Paraguai informações sobre a guarnição do presídio de Nova Coimbra e muitas outras que conseguiu obter das regiões por onde passou[36].

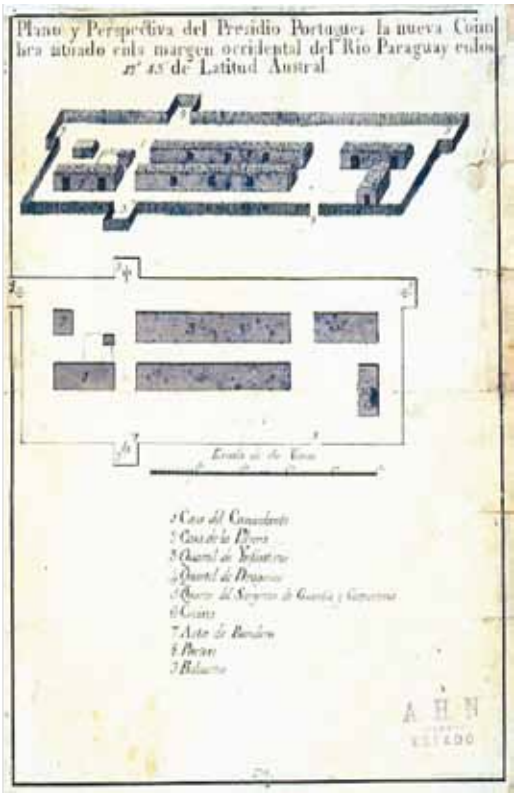
Desta expedição resultou um grande mapa em que está representado o curso do Rio Paraguai, desde a cidade de Assunção até à foz do Rio Jauru[37]. Curiosamente, Iná-

Inácio de Pasos, ca. 1790, *Carta Reducida del Tramo del Rio Paraguay, comprehendido entre la ciudad de la Asunción y la boca del rio Jaurú; formada desde el Estrecho de San Francisco Xavier hasta la Asunción: En virtud de lo mandado por el Señor Gov.or Yntendente, y Coman.te General de la Provincia del Paraguay D.n Joaquín Alos, en la Ynstruccion, que dió para el descubrimiento y requirimiento de los Portugueses situados en las margenes de este Rio. Lo restante es copia de la que formaron los Demarcadores el año de 1753,* Archivo Histórico Nacional, Madrid, Estado, MPD, Sig.ª 685

[36] Carta de Martin Boneo para Joaquin Alós, Assunção, 14-10-1790, Real Academia de la História, Madrid, col. Mata Linares, tomo VIII, fs. 36-41.

[37] Carta Reducida del Tramo del Rio Paraguay, comprehendido entre la ciudad de la Asunción y la boca del rio Jaurú; formada desde el Estrecho de San Francisco Xavier hasta la Asunción: En virtud de lo mandado por el Señor Gov.or Yntendente, y Coman.te General de la Provincia del Paraguay D.n Joaquín Alos, en la Ynstruccion, que dió para el descubrimiento y requirimiento de los Portugueses situados en las margenes de este Rio. Lo restante es copia de la que formaron los Demarcadores el año de 1753, Inácio de Pasos, ca. 1790, Archivo Histórico Nacional, Estado, MPD, Sig.ª 685.

cio de Pasos utilizou para a sua elaboração informações com duas origens distintas. O troço de Assunção até Nova Coimbra é o resultado da viagem por si realizada e das observações efectuadas. Daí até ao Jauru utilizou como fonte o mapa elaborado pelos demarcadores do Tratado de Madri concluído em 1755, ou seja 45 anos antes. E por isso, relativamente à povoação de Albuquerque, inscreveu num ponto do mapa que "Aqui se considera la situacion del Estabelecimento nombrado Albuquerque a las Margenes del Rio, que nunca se reconoció por el embarazo de su Comandante". Mas o conhecimento das possibilidades militares do adversário era também extremamente importante, sobretudo numa eventual situação de conflito. Por isso, este mapa apresenta um inserto com uma vista e uma planta do Presídio de Nova Coimbra. A importância desse tipo de conhecimento justificou inclusivamente a produção de um documento autônomo, representando uma planta e uma perspectiva da referida fortificação[38].



Félix de Azara ou Inácio de Pasos, 1789 ou 1790, *Plano y Perspectiva del Presidio Portugues la Nueva Coimbra situado en la margen occidental del Rio Paraguay en los 19º 53' de Latitud Austral,* Archivo Histórico Nacional, Madrid, Estado, MPD, Sig.ª 92

Esta expedição espanhola originou uma reacção da parte das autoridades portuguesas. O Governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ordenou a organização de uma expedição de espionagem, invocando junto dos espanhóis a perseguição e busca de um grupo de índios fugidos. Assim, em 1791, foi enviado um grupo comandado por João de Almeida Pereira, com finalidades claras: conhecer as intenções e projectos dos espanhóis na Província do Paraguai, para avaliar se seria suficiente o reforço já efectuado das guarnições do Forte de Nova Coimbra e da povoação de Albuquerque perante o receio de uma invasão castelhana; identificar os primeiros estabelecimentos castelhanos na margem oriental do Rio Paraguai, e saber se a missão de Nossa Senhora de Belém se encontrava acima do Rio Ipané, o qual seria o limite entre as duas coroas naquela região, pois parecia tratar-se do Corrientes ainda referido no Tratado de Santo Ildefonso[39].

Com esta viagem obtiveram-se variadas e importantes informações. Em primeiro lugar, constatou-se ser a Vila Real de la Concepcíon o estabelecimento castelhano mais próximo do Forte de Coimbra, localizada na margem Oriental do Paraguai, quatro léguas acima da foz do Ipané. Em segundo lugar obteve-se a informação que distante desta cinco léguas, na mesma margem oriental, se encontrava a missão de Nossa Senhora de Belém. Em terceiro lugar, teve-se conhecimento que o Governador do Paraguai, Joaquim Alós, estaria para instalar uma nova povoação na mesma margem do Paraguai, dez léguas a norte de Vila Real, ou seja, mais próxima ainda do Forte de Nova Coimbra. Em quarto lugar, os portugueses sentiram durante a sua pre-

[38] Plano y Perspectiva del Presidio Portugues la Nueva Coimbra situado en la margen occidental del Rio Paraguay en los 19º 53' de Latitud Austral, Inácio de Pasos, 1790, Archivo Histórico Nacional, Estado, MPD, Sig.ª 92.
[39] Ofício do Governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, Vila Bela, 23-6-1792, A.H.U., Mato Grosso, cx. 29, doc. 1640.

João de Almeida Pereira, ca. 1792, *Idêa Topografica do Rio Paraguay desde o Prezidio de Nova Coimbra athe Villa Real novo Estabelecimento Espanhol sobre a margem oriental do Paraguay, sinco legoas superior a boca do rio Ipanê que pelo mesmo lado desagoa nelle [...],* Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Cartografia Manuscrita, Mato Grosso, nº 857

sença na povoação castelhana uma grande liberdade de movimentos e um clima de grande afabilidade, o que parecia indicar a ausência de qualquer intenção belicista por parte dos espanhóis.

Desta expedição resultou ainda um mapa que constitui uma síntese de todo o conhecimento então adquirido[40]. Ele representa o troço do Rio Paraguai desde o presídio de Nova Coimbra até à Vila Real de Nossa Senhora da Conceição; informa que os pantanais do Paraguai começavam na foz do Rio Jauru e terminavam no Fecho dos Morros, tendo mais de cem léguas de extensão; refere que o Rio Branco talvez fosse o que pareceu o Corrientes aos demarcadores que por ali passaram em 1754 e assinala os locais exactos em que os espanhóis pretendiam estabelecer uma nova povoação e uma estância de gado, ambas acima da Vila Real de la Concepción. Numa época ainda de indefinição territorial, em que as duas coroas disputavam o espaço, a prática da espionagem, como esta viagem claramente demonstra, constituía uma importante fonte de informações para as autoridades portuguesas, mas também espanholas, pois estas recorreram igualmente a expedientes semelhantes.

Perante as informações então recolhidas, João de Albuquerque envia uma carta para ser entregue ao Governador do Paraguai, mas como se ela fosse escrita pelo comandante da povoação de Albuquerque. Nela solicitava-se a Joaquim Alós que suspendesse, caso ele existisse, o projecto da fundação da nova povoação e estância de gado enquanto não se executasse o Tratado de Santo Ildefonso, pois a margem Norte do Rio Ipané pertenceria aos portugueses e estes também não haviam instalado qualquer novo estabelecimento após a assinatura do tratado de 1777[41]. Terminava assim o século XVIII sem uma definição exacta das áreas de jurisdição de cada uma das coroas em toda aquela parte do Rio Paraguai. No entanto, todos os estabelecimentos, portugueses e espanhóis, atrás referidos, manter-se-iam sob domínio daqueles que os fundaram.

[40] Idêa Topografica do Rio Paraguay desde o Prezidio de Nova Coimbra athe Villa Real Novo Estabelecimento Espanhol sobre a margem oriental do Paraguay, sinco legoas superior a boca do rio Ipanê que pelo mesmo lado desagoa nelle, João de Almeida Pereira, ca. 1792, A.H.U., Cartografia Manuscrita, Mato Grosso, nº 857. Existem cópias deste mapa na colecção da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro, e na colecção da Casa da ínsua.

[41] Carta do Governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o comandante dos destacamentos de Nova Coimbra e Albuquerque, Vila Bela, 10-3-1792, A.H.U., Mato Grosso, cx. 29, doc. 1640 (anexo).

O Barão de Ladário e as cartas manuscritas do Rio Amazonas

Maria Dulce de Faria
Fundação Biblioteca Nacional/CRD/CAE/Cartografia
Maria Cristina Leal Feitosa Coelho
Fundação Biblioteca Nacional/CRD/CAE/Cartografia

RESUMO

A Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional possui quatro cartas do Rio Amazonas levantadas pelo Barão de Ladário, entre 1861 e 1866. Estes documentos se referem aos trabalhos da Comissão Mista, que deveria reconhecer e demarcar a fronteira assinalada na cláusula 7ª do Tratado de 1851 – Tratado de Comércio, Navegação, Limites e Extradição. Os comissários, nomeados para esta Comissão, foram o Capitão-Tenente José da Costa Azevedo, mais tarde Barão de Ladário, e o Contra-Almirante Ignácio Muriategui, respectivamente representantes do Brasil e Peru. Estes documentos – *Primeiros traços da planta do Solimões*; *Carta hydrográfica do Rio Amazonas brazileiro*; *Esboço do Rio Amazonas: Belem no Brazil a Loreto no Perú*; *O Rio Amazonas no Brazil* – merecem um estudo por detalharem a hidrografia do Amazonas desde a cidade de Tabatinga, até a sua foz e também por apresentarem breve histórico de algumas cidades e vilas.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Amazonas – Levantamento hidrográfico – Barão de Ladário

ABSTRACT

The Cartography Division of the National Library of Brazil has four maps of the Amazon River surveyed by Baron of Ladário, from 1861 to 1866. These documents refer to the works of the Mixed Commission (Comissão Mista) which had to recognize and established the boundairies marked in the 7th clause of the 1851 Treaty – the Trade, Navigation, Boundaries and Extradition Treaty (Tratado de Comércio, Navegação, Limites e Extradição). The heads of this Commission were Capitain José da Costa Azevedo, and later on, Baron de Ladário, and the Rear Admiral Ignácio Muriategui, the respective representatives of Brazil and Peru. These documents – "Primeiros traços da planta Solimões"; "Carta hidrográfica do Rio Amazonas Brazileiro; *"Esboço do rio Amazonas: Belem no Brazil a Loreto no Perú"*, o rio Amazonas do Brazil – should be studied for the hydrographic detail of the Amazon River from Tabatinga City to the river's mouth of the Amazon. This also includes a short history of some towns and villages.

KEYWORDS: Amazon River – Hydrographic survey – Baron of Ladário

A Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional possui quatro cartas do Rio Amazonas levantadas pela Comissão de Demarcação de Fronteiras entre o Brasil e Peru, sob a direção de Ladário, entre 1861 e 1866. Estes documentos fazem parte da Coleção Barão de Ladário, doada pela sua viúva em 1906. A maior parte desta documentação encontra-se na Divisão de Manuscritos, e através de um levantamento prévio observou-se que algumas cartas manuscri-

tas estão armazenadas nessa Divisão. Após o inventário da coleção, esses documentos serão transferidos ao acervo da Cartografia.

José da Costa Azevedo, mais tarde Barão de Ladário, nasceu no Rio de Janeiro, em 1825, e morreu na mesma cidade em 1904. Exerceu a carreira de oficial de Marinha, chegando ao posto de vice-almirante. Serviu na Comissão de Limites do Brasil com o Uruguai, sob a delegação do Barão de Caçapava, em 1852. Lutou na guerra do Paraguai, participou na Comissão de Limites à exploração e ao reconhecimento da região fronteiriça com a Guiana Francesa e, chefiou a Comissão Mista de Demarcação de Limites do Brasil com a República do Peru. Por outro lado, Ladário teve participação política, como deputado na Assembleia-Geral pelo Amazonas e ministro da Marinha no Império.

O objeto de trabalho para este Simpósio são as cartas manuscritas referentes à Comissão de Limites do Brasil com a República do Peru. Esta comissão foi nomeada para fazer o levantamento em conformidade com o Tratado de Comércio, Navegação, Limites e Extradição, assinado em Lima, em 23 de outubro de 1851, que tinha como chefes José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, e o Contra-Almirante Ignácio Muriategui, respectivamente representantes do Brasil e Peru. Quanto aos limites, o artigo VII, estabelece:

> Para prevenir dúvidas a respeito da fronteira aludida nas estipulações da presente convenção, concordaram as Altas Partes Contratantes em que os limites do Império do Brasil com a República do Peru sejam regulados em conformidade do princípio *uti possidetis*; por conseguinte reconhecem, respectivamente, como fronteira, a povoação de Tabatinga, e daí para o norte em linha reta a encontrar o rio Japurá defronte da foz do Apaporis; e de Tabatinga para o sul o rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas.Uma Comissão Mista nomeada por ambos os Governos reconhecerá, conforme o princípio *uti possidetis*, a fronteira, e proporá a troca dos territórios que julgarem a propósito para fixar os limites que sejam mais naturais e convenientes a uma e outra nação.

Fizeram parte da Comissão: João Soares Pinto, Augusto José de Sousa Soares de d'Andréa, Vicente Pereira Dias, Miguel Vicente Ferreira e Vicente Ignacio Pereira. Porém, os que permaneceram até o final foram Soares Pinto e Pereira Dias. A Comissão iniciou os trabalhos, somente, em 1861, devido à convenção fluvial entre os dois países, assinada em Lima, a 22 de outubro de 1858, e ratificada em Paris, a 27 de maio de 1859. Nela, estabelecera-se no art. 17 que, dentro do prazo de 12 meses, contados desta última data, seria nomeada a comissão mista nos termos da cláusula 7ª do Tratado de 1851, onde deveria reconhecer e demarcar a fronteira nele assinalada.

Como a comissão brasileira não conseguiu juntar-se à peruana, procedeu ao levantamento do Rio Amazonas no curso brasileiro e estudou algumas questões geográficas da região, sob a direção de Ladário. Este mesmo fato aconteceu com a Comissão de Demarcação de Fronteiras da Região Norte do Tratado de Madri, onde as duas comissões não se reuniram, entretanto, os integrantes da comissão brasileira deixaram inúmeros documentos cartográficos e iconográficos.

Na coleção de Ladário sob a guarda da Divisão de Manuscritos encontra-se o documento intitulado *Relatório,* de 22 junho de 1864, do Capitão-Tenente Costa Azevedo. Nele há informações sobre a metodologia empregada para o levantamento do rio e consequente elaboração das cartas. Entre essas informações constam da escolha de um meridiano para referir as longitudes, a utilização de cronômetros para o transporte da hora, e também observações celestes de eclipses, culminações lunares e ocultações. Toma-se conhecimento de que a comissão serviu-se de três meridianos de origem para verificar as oscilações das longitudes: Rio de Janeiro (Observatório do Morro do Castelo), Belém (Catedral), Manaus (da Matriz).

Deste levantamento foram analisadas as quatro cartas manuscritas do acervo da Cartografia, abaixo descritas:

– *Carta hydrográfica do Rio Amazonas brazileiro* - 1862, organizada em sete seções numeradas, alcança até Tefé (Figura 1);

– *Esboço do Rio Amazonas: Belem no Brazil a Loreto no Perú - 1862 a 1866*, dividido em dois cadernos: o primeiro representa o percurso do Rio Amazonas, da Ilha de Marajó à Ilha Carrero, e o segundo, o curso do Rio Solimões, de Manaus a Tabatinga[1] (Figura 2);

– *Primeiros traços da planta do Solimões... 1862*, elaborada em 21 seções numeradas, compreende desde Tabatinga até Ilha de Marajó (Figura 3); e, por fim,

– *O Rio Amazonas do Brazil - 1863*, elaborado em 22 seções, mais uma folha com cálculo de longitude por (Figura 4).

Todos estes documentos são esboços dos trabalhos de levantamento do curso do Rio Amazonas, escritos a tinta ferrogálica, com anotações e correções a lápis ou nanquim vermelho e encadernados. Esses esboços resultaram na carta impressa *Trabalhos hydrographicos ao Norte do Brasil: Primeiros traços geraes da carta particular do Rio Amazonas* (Figura 5).

O foco deste trabalho foi o cotejamento dos topônimos com as cartas manuscritas, a carta impressa e o *Atlas da Hidrovia do Rio Solimões de Manaus à Tabatinga*, editado pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), em 2001. Além disso, verificou-se os assuntos das anotações que constam em todas as seções das referidas cartas. O cotejamento teve por objetivo averiguar as variantes dos topônimos nos manuscritos com a carta impressa e o Atlas da DHN de 2001. A abrangência geográfica foi delimitada ao Rio Solimões, isto é, de Tabatinga ao Rio Negro.

Do resultado deste cotejamento foi verificado que cerca de 70 topônimos permanecem com a mesma nomenclatura, ou com pequenas variantes, de acordo com o Atlas da DHN. Exemplos destas variantes destacam-se: as Ilhas Carero e Muras, que aparecem em todas as cartas do século XIX dessa forma, no Atlas da DHN, de 2001, apresentam-se como Ilha dos Mouras[2], e Ilha do Careiro[3]. Em anexo, uma tabela (Pág. 81) com topônimos e suas variantes.

Na análise das quatro cartas chama a atenção o grande número de anotações em todas as seções, como: indicação de distância em dias ou milhas entre diversas regiões, anotações históricas e geográficas, coordenadas geográficas e dados estatísticos de algumas localidades, como também correções e questionamentos sobre determinados topônimos. Algumas tribos indígenas são indicadas com dados sobre seus costumes.

A seguir, apresentam-se algumas anotações selecionadas das cartas manuscritas.

A *Carta hydrographica do Rio Amazonas brazileiro* traz apenas duas anotações: "as latitudes são meridionaes: as longetudes occidentaes da Cathedral de Belem, do Grão-Pará, cujo meridiano fixarão os mesmos officiaes a oeste de Greenwich em $3^h13^m45^s$,15. As sondas expressão braças", e "distância geográfica por observações astronomicas do 1º tenente d'armada João Soares Pinto. Azimuth verdº".

Conforme mencionado acima, *O Esboço do Rio Amazonas* compõe-se de dois cadernos, a parte analisada para este trabalho foi o segundo caderno, cuja abrangência é pertinente à delimitação aqui proposta, ou seja, o Rio Solimões. O esboço contém diversas anotações, todas elas são especificamente geográficas, exceto a de Chermont[4], que é histórica/geográfica onde se lê: "Segdo. Chermont, em 1749 ou 1750, pa. aqui se transferio a aldeia portugueza S. Christovão mencionada no Tratado de 1750: estava antes entre o Rio Tocantins, e o Igarape Tapira na marg. esq. do Amazonas. O missionário q. a mudou, foi o Carmelita Antº. de Sá. Veja-se à respeito, officio de 1º outº de 1783 – datado de Egá". Há, também, duas vistas panorâmicas, uma do Sítio João da Cunha (Figura 6) e outra de Nogueira[5], a planta da cidade de Tefé e algumas anotações com datas.

[1] Embora o subtítulo do segundo caderno esteja escrito de Manaos a Tabatinga, a carta abrange até Loreto.
[2] A atual Ilha dos Mouras é uma das ilhas do Rio Solimões, próxima ao Rio Negro.
[3] A atual Ilha do Careiro localiza-se próxima à Ilha dos Mouras, na parte mais Ocidental do Rio Solimões.
[4] Teodosio Constantino de Chermont foi chefe da Comissão de Demarcação de Limites da Região Norte, no Tratado de Santo Ildefonso.
[5] Nogueira aparece no verbete do dicionário "Apontamentos para um dicionnario geográfico, de A.M. Pinto. Quanto ao topônimo Sítio João da Cunha não consta nesta obra.

O manuscrito *Primeiros traços da planta do Solimões* menciona as coordenadas geográficas de acordo com William Lewis Herndon, Nuno Alves Pereira de Melo Cardoso e Smith, calculadas nas suas expedições ao Rio Amazonas. Quanto ao Herndon há ainda citações que vão além das coordenadas, como produção econômica e informações sobre a geografia da região. Além destas, há observações ao lado de topônimos como:

– Capacete – "Os índios desta aldeia, são algumas vezes atacados pelos Mangeronos, antropófagos do Rio Javari";

– Freguesia de São Paulo de Olivença – "Esta Freg. Foi creada em 1759 pelo governador Juaq.M de Mello Povoas: seus primeiros habitantes foram os índios Cambebas: já foi Villa! Há agoa de nascente s diversas, e boa , aqui está a parada da 4ª companhia de [....] do Teffé.tem guardas ";

– Aldeia Maturá – "Antigamente Castro de Avelar , São Christovão o padroeiro: está em dois outeiros, terreno desigual" ;

– Santo Antonio do Içá – "Em 1768 o governador [....] fundou aqui a povoação com o nome [...] onde os hespanhois em 1766 tinhão um destacamento = terreno elevado";

– Lago Jauanacá – "Communica-se com o Manaquiri".

– Rio Jundiatuba – "Hé navegável por mais de 100 dias, em canoa. Diz-se que aos 70 ou 75 dias dá passagem para o Jutay. Hé abundante de produtos naturais destas paragens. Não consta ter caxoeiras" ;

– Caiçara – "Povoação de Caiçara: em decadência".

– Boca Inferior do Codajaz – "não existe" "Em que posição he que esta?";

– Próxima à Ilha Jauara: "Há aqui o Lago Jauára?"

– Próximo à ilha Tucuman – "Onde a foz do Lago Cupéia? "Hé ella à esta margem e vai ao Japurá?

– Próximo a ao Furo Camixá – ao lado da Praia Jarupary está assinalado a lápis "não existe".

O último documento manuscrito, *O Rio Amazonas do Brazil* é o que possui o maior número de anotações. Algumas dessas observações se repetem nos outros dois esboços cartográficos de Ladário, como, por exemplo, as coordenadas geográficas de Herndon, os índios da Aldeia Capacete que são atacados pelos Mangeronos do Javari, etc. Existem anotações sobre viajantes, como Pedro de Ursua, Samuel Fritz e outros.

Além destas, distinguem-se:

– "Nova povoação dos Indios de Maturá que abandonarão o lugar pr. estar sendo demolido pelas agoas";

– "O Içа vem da Serra do Porto, na Republica do Equador, inclina-se para o Sul, corre de O a E, seu curso é de 220 legoas. O Içа tem minas de ouro nas vizinhanças de sua nascente";

– "O primitivo nome d'esta povoação foi – aldeia de Gurupatuba: em 1758 ganho a cathegoria de Villa que ainda hoje conserva trocando então o nome que tinha Monte Alegre";

– "O Coary ainda não foi estudado: sabe-se apenas que o seu curso não deve ser muito extenso, pois deixa de ser navegável trinta dias de viagem em canôa, a partir da foz";

– "Ha mto. Correnteza na Ponta do Javary";

– Igarape Caturiá Pixuna – "Segundo a lei nº 149 de 15 de Agosto de 1865 este igarapé limita a freguezia de S. Paulo da de Tonantins";

– Segundo a lei de 29 de Julho de 1865 confinam no Juruá a Freguezia de Teffé e Fonte Bôa.

– "Pessoa que viajou pelo Içá affirma que por elle se pode subir em canôa por tres mezes e meio de viagem, sendo a corrente tão forte que a descida póde effetctuar-se em quinze dias. Depois de dois mezes , porém já o rio é pouco profundo".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise destas cartas manuscritas possibilitou a constatação de que uma boa parte dos topônimos contidos no entorno do Rio Solimões permanece vigente, apenas com pequenas variantes. Traz também valiosas informações históricas e geográficas para o estudo de toda essa região. A grande quantidade de anotações, principalmente nas cartas *Esboço do Rio Amazonas: Belém no Brazil a Loreto no Perú - 1862 a 1866*, como também no *O Rio Amazonas do Brazil - 1863* requerem um trabalho à parte.

Vale ressaltar que no período desse levantamento o Rio Amazonas ainda não estava aberto à navegação internacional, embora a navegação a vapor no rio já fosse uma questão discutida na Câmara dos Deputados em 1826, quando do surgimento de propostas da criação de companhias que explorassem a navegação. Esse assunto foi retomado em 1850, período que ocorreu grande pressão internacional, principalmente pelos Estados Unidos, pela abertura ao Rio Amazonas a todas as nações.

Nesse sentido, podemos dizer que os trabalhos dessa Comissão contribuíram para a navegação internacional no Amazonas. Finalmente, a navegação estrangeira foi aberta com o Decreto nº 3.920, de 31 de julho de 1867, que regulamentou a forma pela qual a navegação internacional deveria ser realizada na Região Amazônica. Da mesma forma que a Comissão de Fronteiras do Tratado de Madri, essa Comissão também deixou um legado documental para o estudo da Região Amazônica. Transcorridos mais de cem anos desses trabalhos, esses documentos tornam-se um valioso instrumento para a pesquisa e entendimento dessa vasta região, que ainda hoje é objeto de tantas controvérsias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - Documentação textual

BRASIL.Diretoria de Hidrografia e Navegação. Atlas da hidrovia do Rio Solimões: de Manaus a Tabatinga. Niterói : Diretoria de Hidrografia e Navegação, 2001.

COMISSÃO DEMARCADORA DOS LIMITES DO BRASIL COM O PERÚ. Carta Hydrográfica do Rio Amazonas brazileiro, 1862. 1 carta ms. em 7 seções: encadernada.

____. Primeiros traços da planta do Solimões... 1862. 1 carta ms. em 21 seções: encadernada.

____. O Rio Amazonas do Brazil. 1863. 1 carta ms. em 22 seções: encadernada.

____. Solimões: Manaos a Tabatinga. In: ___Esboço do Rio Amazonas: Belém no Brazil a Loreto no Perú - 1862 a 1866. Caderno 2.

LADÁRIO, José da Costa Azevedo. Barão do. Relatório de 22 junho de 1864 do Capitão-Tenente Costa Azevedo. 1864. 56 p.

___. Trabalhos hidrográficos da Região Norte do Brazil. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, [1864?]. 1 carta ms. em 14 seções: encadernada.

2 - Fontes consultadas

GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOYOOCHEA, Luiz. Felippe de Castilhos. Almirante Barão de Ladario, oficial de honra. [S.l.: s.n., 1940]. 34 p.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512009000100008&script=sci_arttext.>. Acesso em 02/02/2011

PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o diccionário geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1894. 3 v.

O TRATADO brasil-peru. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/senadores/ senador/geraldomesquita/textos/tratado_Peru_final_II.pdf> Acesso em 27/01/2011

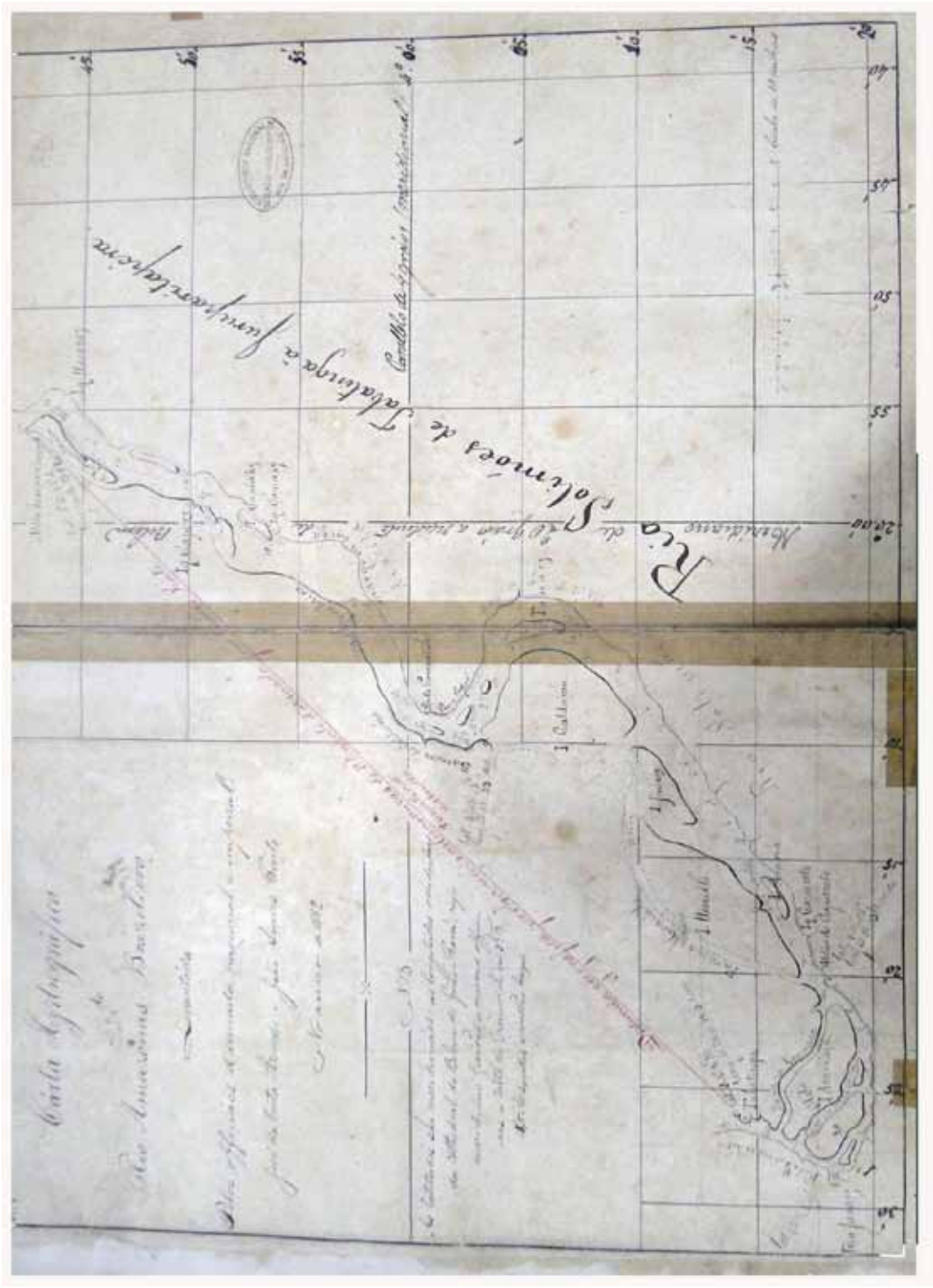


Fig. 1 - Carta Hidrográfica do Rio Amazonas Brasileiro. Do Rio Javari a Juruparitapéra

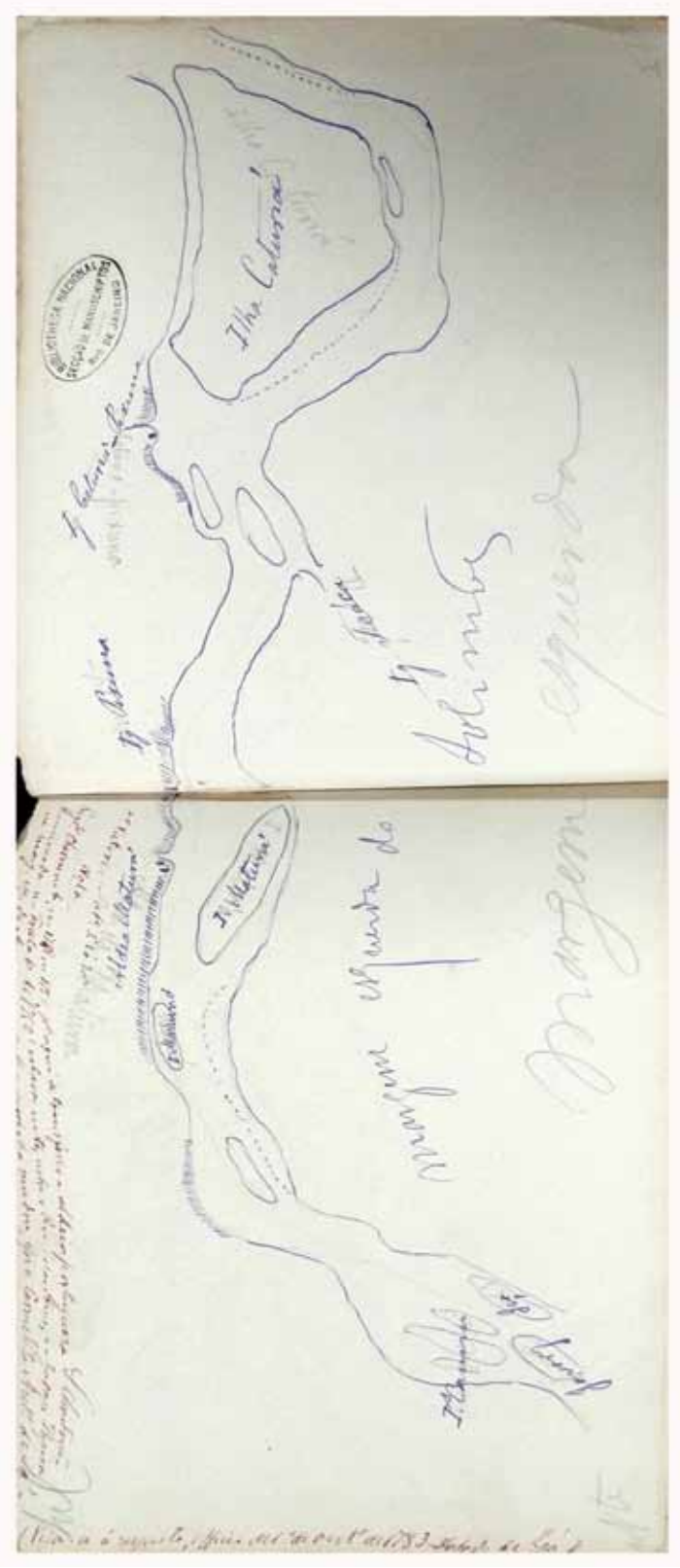


Fig. 2 - Esboço do Rio Amazonas, Caderno 2

Fig. 3 - Primeiros traços da planta do Solimões. De São Paulo de Olivença ao Rio Sá

Fig. 4 - O Rio Amazonas do Brasil. De Fonte Boa à Tefé

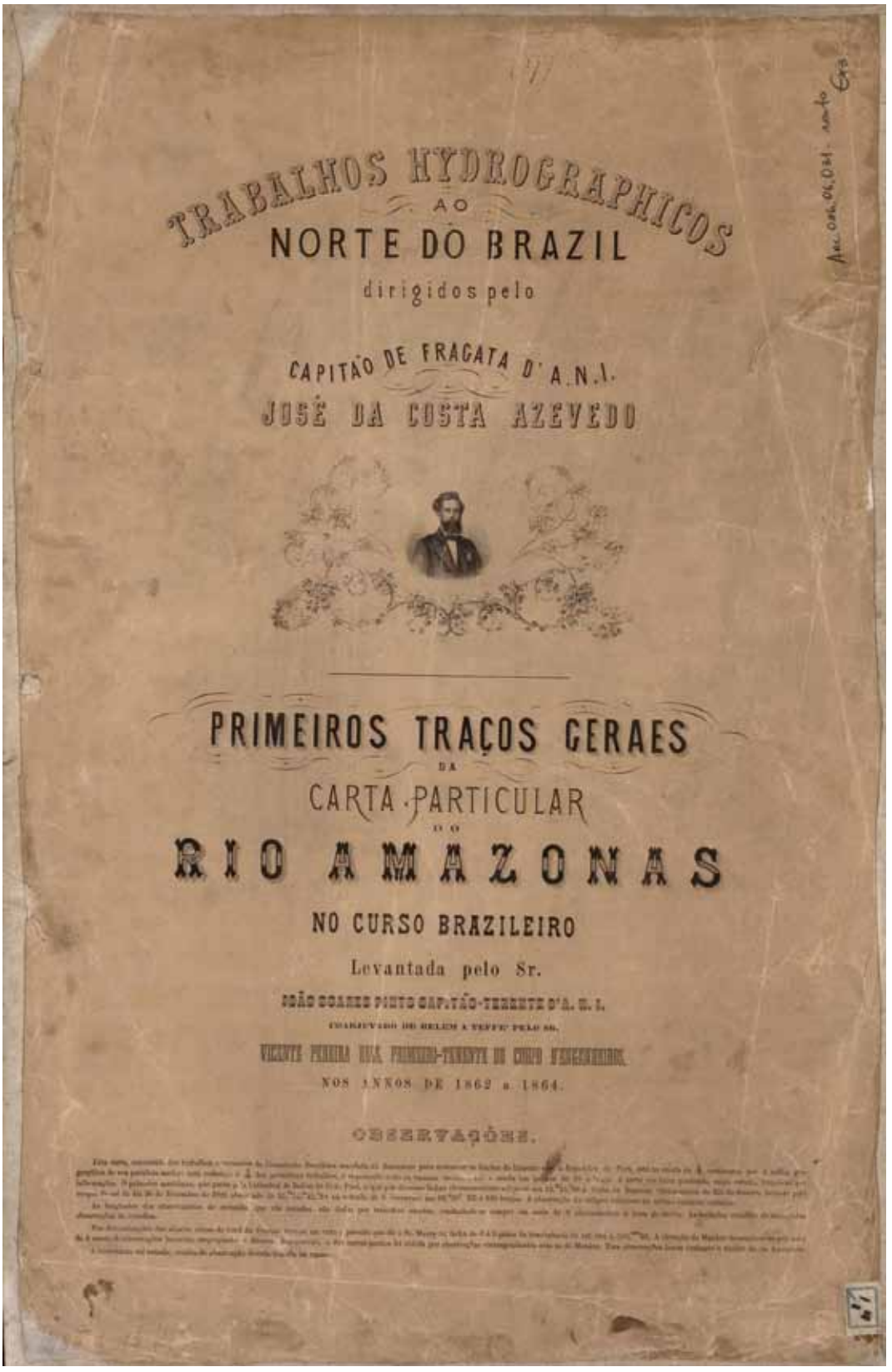


Fig. 5 - Carta Impressa dos trabalhos da Comissão dos Limites do Brasil com a República do Peru

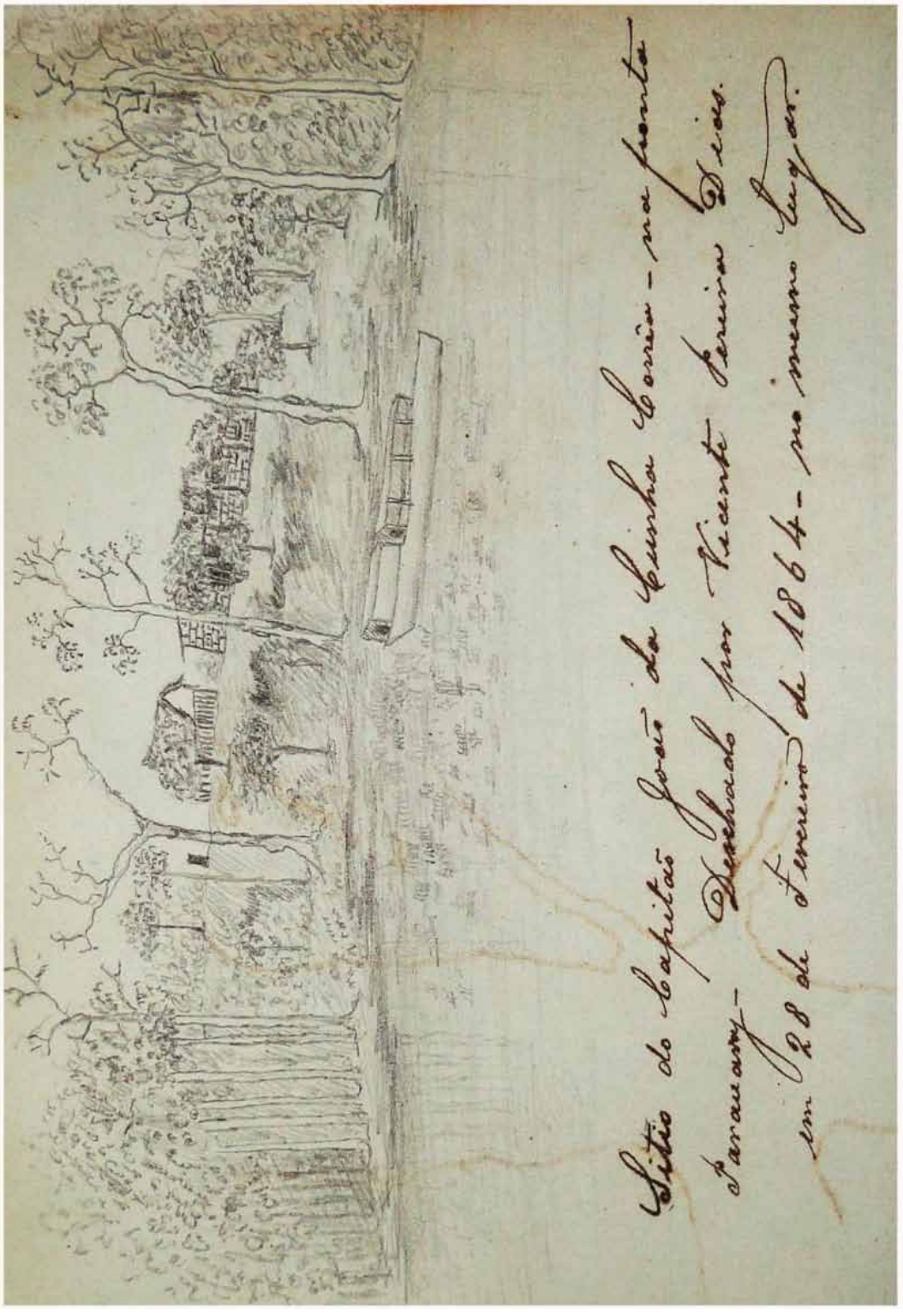


Fig. 6 - Esboço do Rio Amazonas. Vistas. Caderno 2

Tabela

VARIANTES DOS TOPÔNIMOS NAS CARTAS					
Carta hydrografica do Rio Amazonas brasileiro - 1862	**Esboço do Rio Amazonas: Bélem no Brazil a Loreto no Perú - 1862 a 1866**	**Primeiros traços da planta do Solimões... 1862**	**Trabalhos hydrographicos ao norte do Brazil: primeiros traçios geraes... 1862 - 1864**	**O rio Amazonas do Brazil - 1863**	**Atlas da hidrovia do Rio Solimões... 2001**
Rio Javary	Rio Javary	Javary	Rio Javary	Rio Javary	Rio Javari
Tabatinga	Tabatinga	Tabatinga	Frequezia de Tabatinga		Tabatinga
Ilha Aramáça	Ilha Aramáça	Ilha Aramáça	Ilha Aramáça	Ilha Aramáça	Ilha Aramáça
Aldea do Capacete	Aldea do Capacete	Aldea do Capacete	Aldea do Capacete	Aldea do Capacete	Costa do Capacete
São Paulo	São Paulo	Freg. de São Paulo d'Olivença	Freguezia de São Paulo de Olivença	Freguezia de S. Paulo	São de Paulo
Rio Jundia-tuba	Rio Jundiatuba	Rio Jundiatuba	Rio Jundiatuba	Rio Jundiatuba	Rio Jundiatuba
Ilha Caturiá	Ilha Caturiá	Ilha Acaturiá	Ilha Caturiá	Ilha Caturiá	Ilha Caturiá
Aldea Maturá	Aldea Maturá	Aldea Maturá	Aldea Maturá	Aldea Maturá	Amaturá
Rio Içá ou Putumayo	Rio Içá ou Putumayo	Rio Içá	Rio Içá	Rio Içá ou Putumayo	Rio Içá
Ilha das Panellas	Ilha das Panellas	Ilha das Panellas	Ilha das Panellas	Ilha das Panellas	Ilha das Panellas
Ilha Tim-botuba	Ilha Timbotuba	Ilha Timbotuba	Ilha Timbotuba	Ilha Timbotuba	Ilha do Timboatuba
Ilha Arutuba	Ilha Arutuba	Ilha Arutuba	Ilha Arutuba	Ilha Arutuba	Ilha Urutuba
Rio Jutahy	Rio Jutahy	Rio Jutahy	Rio Jutahy	Rio Jutahy	Rio Jutaí
Fonte Bôa	Fonte Bôa	Fonte Bôa	Freguezia da Fonte Bôa	Freguezia da Fonte Bôa	Fonte Boa
Ilha Tupé	Ilha Tupé	Ilha Tupé	Ilha Tupé	Ilha Tupé	Ilha Tupé
Paraná Macuapani	----------	Canal Maicoapani	Canal Maiácoapani		Paraná Macuapanim
Ilha Macuapani	Ilha Mayacopani	Ilha Maicoapani	Ilha Maiácoapani	Ilha Maicoapani	Ilha Macuapanim
----------	Ilha Carapanatuba	Ilha Carapanatuba	Ilha Carapanatuba	----------	Ilha Carapanatuba
----------	Freguezia de Coary	Freguezia de Coary	Freguezia de Coary	Freguezia de Coary	Coari
----------	Ilha Cipotuba	Sipotuba	Ilha Xipotuba	Ilha Xipotuba	Ilha Cipotuba

Resenha

Renato Jorge Paranhos Restier Junior

Formulação política, processos decisórios e polissinodia na gestão do Império português

Renato Jorge Paranhos Restier Junior
Historiador e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Primeiro-Tenente do Quadro Técnico Temporário da Marinha, Encarregado da Divisão de Pesquisas Históricas da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Sócio Honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB – e pesquisador associado do Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais – LEDDES/UERJ.

Resenha de LOUREIRO, Marcello José Gomes. *A Gestão no Labirinto: Circulação de informações no Império Ultramarino português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

Em 2012, a Editora Apicuri traz ao público a obra *A Gestão no Labirinto: circulação de informações no Império Ultramarino português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*, de autoria de Marcello José Gomes Loureiro, atualmente doutorando em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se, originalmente, da dissertação de mestrado do autor, defendida dois anos antes, na mesma Universidade. Como o título indica, o livro vasculha a circulação de informações no Império luso e, a partir dos esforços de portugueses em torno das questões platinas, aborda a formulação da política portuguesa e seus intrincados processos decisórios correlatos.

A orelha – de João Fragoso, da UFRJ, que orientou a dissertação – e o prefácio – de Nuno Gonçalo Monteiro, da Universidade de Lisboa – agregam ponderável competência ao livro, situando-o de forma distinta na historiografia brasileira e internacional. Marcello tem diversos agentes de interlocução, desde clássicos, como Jaime Cortesão, Charles Boxer e Luís Ferrand de Almeida, até as recentes produções historiográficas de São Paulo, Rio de Janeiro e Portugal. A partir desse diálogo, o autor desenvolve um trabalho que se inseri nessa historiografia recente, que busca novas interpretações sobre a gestão do Império Ultramarino português.

A obra está dividida em quatro capítulos.

No primeiro, intitulado *Pro Bono Communis:* a Segunda Escolástica e a monarquia pluricontinental, Marcello examina criticamente as transformações historiográficas acerca do poder régio e da formação dos Estados Modernos. Demonstra como o rei dependia de elites para governar e precisava ser capaz de se articular com elas. Por isso, apoia-se na categoria "monarquia pluricontinental". Além disso, defende que os valores da época, que constituem a Segunda Escolástica, precisam ser inseridos na análise, a fim de se fugir dos recorrentes anacronismos. Desenha então um panora-

ma da cultura política da época, bem como dos órgãos de gestão que assessoravam a coroa lusa nos processos decisórios.

O segundo, *Circunstâncias e inserção da Bacia do Prata na pauta política da coroa*, apresenta a questão platina, mas não a partir do ponto de vista tradicional, o econômico, já debatido por muitos, e consagrado nos trabalhos clássicos de Alice Canabrava, Elena Studer e Zacarias Moutoukias. Marcello, sem descurar dos aspectos econômicos circunjacentes, elege outro caminho para discutir a importância do Rio da Prata: se debruça sobre a construção da política portuguesa e a pretensão de direito luso sobre a região, fio condutor de toda a obra.

Tão exausto de gente e de cabedal: a Restauração, a crise monetária e a gestão do Atlântico por cadeias de papel, capítulo subsequente, e mais importante do livro, contribui para a compreensão da crítica conjuntura europeia e ultramarina da década de 1640. Depois, livre de uma narrativa esquemática e teleológica, o autor percorre a circulação das informações que davam liga ao Império português, para deslindar a tessitura complexa de sua política ultramarina. O ponto alto do capítulo, consolidado em diversas fontes, está sintetizado na posição dos Conselhos Superiores da coroa acerca de três questões vitais ao Império: a reconquista de Angola, a invasão do Prata e a retomada de Pernambuco. Fica claro como o Atlântico português era indissociável em termos de política. Para além, está explícita também a importância do Conselho Ultramarino na condução de soluções estratégicas nesse contexto de crise.

No último capítulo, *A reconquista de Angola, a circulação de informações e os novos rumos para a gestão do Atlântico*, o autor se volta novamente para o Prata, discute as opções da coroa lusa em torno da manutenção ou abandono da Colônia do Sacramento e, ainda, evidencia o esforço diplomático de Portugal, mormente de membros de seu Conselho de Estado.

Ainda que *A Gestão no Labirinto* nos leve, direta ou indiretamente, a diversas questões, algumas merecem atenção especial aqui. Primeiro, o livro inaugura uma perspectiva fundamental para análise do Estado dinástico português no século XVII: a de que os Conselhos Superiores da coroa demandam exame de conjunto e relacional, não podendo ser compreendidos de modo isolado. Isso redimensiona o papel do Conselho Ultramarino na historiografia e a compreensão de como se fazia política para o Império português. Em decorrência, demonstra como não se pode reduzir esse Império, pluricontinental e plurioceânico, a certas categorias que fazem muito sentido, mas nos dias atuais, como "sistema colonial" ou "Estado Absolutista". As páginas de Marcello Loureiro, pautadas em expressiva documentação, mostram, ao contrário, como era complexo o funcionamento de uma monarquia corporativa, jurisdicional e polissinodal.

De Arariboia a Martim Afonso: a metamorfose indígena pela guerra nas águas da Guanabara

Marcello Felipe Duarte
É graduado e licenciado em História (UERJ), com pós-graduação lato sensu em História do Brasil (UFF) e mestrado em História Política (UERJ). Atualmente, é professor e coordenador de História do Colégio Naval.

RESUMO

O enobrecimento das lideranças indígenas na América portuguesa, viabilizado pelo requerimento de mercês régias, configurou-se como uma estratégia importante no processo de consolidação do domínio português no ultramar, principalmente, nos dois primeiros séculos de nossa colonização. É a partir desse contexto histórico que procuramos pôr em relevo a trajetória de Arariboia, posteriormente batizado com o nome cristão de Martim Afonso de Souza, líder indígena, que se aliou aos portugueses na luta contra franceses e tamoios pela conquista da Guanabara.

PALAVRAS-CHAVE: Lideranças indígenas, mercês régias, Arariboia

ABSTRACT

The ennoblement of indigenous leaders in Portuguese America, made possible by the application of royal favors, configured as an important strategy in the process of consolidation of the Portuguese domain overseas, mainly in the first two centuries of our colonization. It is from this historical context that we will highlight the trajectory of Arariboia, later baptized with the christian name Martim Afonso de Souza, indigenous leader, who has joined the portugueses in the fight against the french and tamoios, in the conquest of Guanabara.

KEYWORDS: indigenous leaders, royal favors, Arariboia

METAMORFOSES INDÍGENAS: DE COLONIZADO A CONDIÇÃO DE VASSALO

Em conformidade com a historiografia que privilegia o pacto político, típico do Antigo Regime, entre a coroa e seus vassalos, foram produzidos nos últimos anos trabalhos historiográficos, frutos dos contatos entre a história e antropologia, que têm permitido uma releitura sobre as relações entre os índios e os colonizadores, contribuindo para uma revisão não apenas da história indígena, mas da própria história colonial.

As novas abordagens tendem a valorizar as atuações dos índios nos processos de construção e desenvolvimento das sociedades coloniais, compreendendo que, apesar de toda a violência no processo de conquista e colonização, o que aliás não se pode perder de vista, os povos indígenas foram capazes de se transformarem e de rearticularem seus valores e suas culturas no contato com a sociedade colonial na medida em que esta foi se gestando ao longo dos séculos. Os povos indígenas deixam, nesta perspectiva, de ser considerados massa de manobra, para, ao contrário, serem vistos como grupos que

buscavam obter alguma vantagem diante do caos. No dizer da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, eles, os povos indígenas, se metamorfosearam.[1]

Essa metamorfose diz respeito à criação de uma nobreza indígena – processo de transformação do índio em súdito cristão em terras brasílicas –, pela concessão de favores, títulos, patentes militares e nomes portugueses de prestígio a algumas chefias que desempenharam papel fundamental nos processos de consolidação do domínio português no ultramar e, posteriormente, de integração de seus subordinados ao sistema colonial. Segundo a mesma autora, em recente estudo publicado no livro *"Retratos do Império:* trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI e XIX":

> Cabe lembrar que os povos indígenas foram essenciais ao projeto de colonização, sobretudo em seus primórdios, quando a conquista e a preservação dos territórios se faziam por meio de guerras violentas, nas quais os índios participavam intensamente, na condição de aliados ou inimigos. Foi nesse contexto que alguns líderes, como o Arariboia do Rio de Janeiro, se projetaram, adquirindo enorme prestígio no mundo colonial, conferido por autoridades interessadas em agraciar lideranças que constituíam importantes agentes intermediários entre o mundo indígena e o mundo colonial.[2]

Como se pode observar, o enobrecimento das lideranças indígenas, denominadas principais, que se viabilizava pelo requerimento de mercês régias, tinha como respaldo os atos de bravura em campo de batalha e os diversos serviços prestados quando lutavam para defender os interesses da coroa portuguesa em seus domínios ultramarinos. Como bem observa Regina Celestino, esta prática já existia no Rio de Janeiro no século XVI, e dizia respeito ao processo de formação de uma elite indígena na América portuguesa.[3]

Outrossim, para a coroa portuguesa, desde o século XVI, era importante e necessário construir relações de amizade e aliança com as lideranças indígenas visando a sustentar e sedimentar sua hegemonia política e militar nos seus territórios americanos. A luta contra outras nações europeias pelo controle do território ainda persistia naquele século. Sucedendo os franceses, os holandeses ainda davam trabalho ao Governo português, no propósito de dominar seu território no além-mar. Portanto, a política de enobrecimento das lideranças indígenas ligava-se ao firme propósito de conseguir aliados na guerra contra seus inimigos europeus.

Depois de efetivada a conquista, a implantação da ordem colonial em todo o território tornou-se prioridade. Os principais passaram então a ser peças fundamentais nesta tarefa, devido à influência que tinham sobre os índios de suas aldeias. Nesse sentido, vale lembrar que as chefias indígenas, ao absorver os novos símbolos de poder que lhes eram conferidos pelo Governo português, buscavam preservar sua posição de prestígio na nova situação em que se encontravam. Nas palavras da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida:

> No interior das novas aldeias estabelecidas na colônia, autoridades civis e eclesiásticas procuravam manter os chefes indígenas tradicionais, dando-lhes novas regalias e funções. A qualidade da oratória, por exemplo, tão valorizada entre os índios, mantinha-se para pregar novos valores: o trabalho cotidiano nas roças e as virtudes cristãs. Os chefes saíam de manhã a exortar seus liderados ao trabalho, informou Cardim, para o que lhes eram dadas '(...) varas de meirinhos nas mãos, que estimam em mui-

[1] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas – identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
[2] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Retratos do Império – trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX* / Ronaldo Vainfas, Giorgina Silva dos Santos, Guilherme Pereira dos Santos (orgs.) – Niterói: EdUFF, 2006. p. 13.
[3] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas,* op. cit., p.150-168.

> to, porque depois de cristãos se dão estas varas aos principais, para os honrar e se parecerem com os brancos. Esta é toda a sua honra secular'.[4]

De guerreiros nos primórdios da conquista lusa em terras do ultramar, prestando seus serviços bélicos à causa portuguesa contra os invasores e inimigos da coroa, as lideranças indígenas passaram a exercer a função de elemento catalisador entre os mundos ameríndio e europeu, a partir da manutenção da ordem social, o que para isso foi fundamental a manutenção de seu prestígio em particular como lideranças de seu povo, que se dava a partir da incorporação de novos símbolos de poder outorgados pela coroa portuguesa. Assim, o preço para se manter a ordem era cobrado, pelos principais, sobre a forma de pedidos de mercê, bem ao modo da cultura política do Antigo Regime.

O número de principais que reivindicavam mercês ao rei português era significativo, a ponto do Conselho Ultramarino se vê diante do dilema de conceder ou não títulos honoríficos na forma de ordens militares a seus antigos aliados em guerras. Este tipo de concessão não era novidade para a coroa. Regina Celestino de Almeida demonstra como Arariboia e outros índios do Rio de Janeiro obtiveram estes privilégios ainda no final do século XVI. A autora, no entanto, acredita que antes de serem solicitados, estes títulos foram concedidos pelo monarca.[5]

Ao que parece, a prática instituída pelo Governo português de enobrecer algumas lideranças, que foram fundamentais na implantação de sua hegemonia política no território, acabou por criar em outras lideranças e mesmo em seus descendentes o desejo de fazer parte deste grupo de privilegiados que, entre outras coisas, passavam a ter indumentária, poder de negociação e foro privilegiado. Portanto, estes índios cristãos não estavam alheios às consequências positivas das mercês concedidas pelo monarca. Por conta disto, muitos se lançaram em viagens até a Corte para solicitar pessoalmente ao rei os tais privilégios.

Nesse sentido, cabe mencionar pelo menos um exemplo dessas representações feitas pelas lideranças indígenas à coroa portuguesa, citado pelo historiador Almir Diniz de Carvalho Júnior, em sua tese de doutorado denominada *Índios cristãos:* a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769):

> Em 1º. de agosto de 1659, o Rei D. Afonso IV recebia um parecer de seu Conselho Ultramarino referente a uma solicitação de mercês feita por um índio do Maranhão de nome Jorge Tajaibuna. Este índio era principal da aldeia do Camucy e solicitava a mercê do Hábito de Cristo assim como a tença correspondente. Para justificar o seu pedido, alegava atos de obediência e diversos serviços prestados por ele e seu pai a coroa portuguesa.
>
> O conselheiro do rei deixa escapar que aquele índio havia se deslocado de suas terras até a Corte com o intuito de conseguir seu intento. Tajaibuna cercou-se de todos os pré-requisitos necessários para efetuar o seu pedido. O principal parecia conhecer bem os trâmites burocráticos que envolviam uma solicitação de mercê. De posse de uma certidão do Governador do Estado André Vidal de Negreiros, afiançando seus préstimos, construiu uma argumentação difícil de ser contestada.
>
> Tajaibuna pedia o Hábito de Cristo para ele e seu pai e uma tença a cada um por conta dos dízimos do Maranhão. Pedia ainda um ornamento para que se pudesse celebrar o "santo sacrifício da missa", um sino e umas charamelas. A certidão que carregava dizia que era Principal das aldeias do Camucy e que havia prestado obediência em São Luiz ao dito governador, acompanhando-o juntamente com seus índios por terra até Pernambuco. Dessa forma, cumpria a sua

[4] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Retratos do Império*, op. cit. p. 19.
[5] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas,* op. cit., 153.

> obrigação na jornada procedendo com "muita fidelidade".
>
> O parecer do conselheiro enviado ao rei foi até certo ponto sensível ao pedido do Principal. Indicava ao monarca que o que se apresentava era digno de ser depositário da benevolência de Sua Majestade, ainda que as coisas que pedia fossem de "mais valia". Portanto, para que o índio se fosse "animado e contente" – o que poderia resultar numa "grande conversão" dos índios de sua nação que lhe eram sujeitos, ou de outros seus vizinhos que ainda não houvessem "abraçado a nossa santa fé" – aconselhava o rei a dar-lhe alguma recompensa.
>
> Restringiu-se a dar-lhe o ornamento, o sino e as charamelas. Somou-se a estes dois vestidos "de algum pano vermelho, para ele, e para seu Pai, com todos os adereços costumados de espada, chapéu e meias". No lugar dos Hábitos pedidos, sugere que o rei lhe desse duas medalhas de ouro com a efígie real, pesando ambas 30 mil réis. Além disto, alguns artigos para a matalotagem do dito principal e de um criado que trazia consigo. O conselheiro lembrava ao rei que como governador e mestre das ordens militares estava sujeito a Bulas e Breves do Sumo Pontífice e que a concessão das mercês na forma que foram pedidas podia resultar em inconvenientes secular'.[6]

O episódio acima, que não é o único, é importante por dois motivos. Primeiro, por ser uma representação direta ao rei em que o requerente, Jorge Tajaibuna, principal de uma aldeia no Maranhão, deixa os trópicos e se desloca à Corte, demonstrando ter conhecimento dos meandros processuais em torno da solicitação da mercê, fato que por si só já é formidável, pois revela a capacidade de rearticulação de seus valores culturais com a ordem sociopolítica vigente na época. Em outras palavras, o principal sabia como "mover as peças do jogo" em benefício próprio, utilizando-se dos mesmos mecanismos usados por outros vassalos mais ilustres. Em segundo lugar, pelo parecer do conselheiro para que o rei recompensasse o principal a fim de "animá-lo", assim como os índios de sua nação, com utensílios (ornamento, sino, charamelas, vestidos, espada, chapéu, meias e medalhas de ouro) que apenas serviriam para iludi-lo, sem que, no entanto, atendesse aos pedidos principais do índio, como o hábito de Cristo e a tença para ele e seu pai, pois eram distinções "de mais valia", e que estavam sujeitas à aprovação papal, devido, naturalmente, ao "defeito de sangue" do requerente.

Apesar das restrições do "defeito de sangue" e do "defeito mecânico", inerentes nesses casos, cabe destacar que, para além da efetivação ou não dos pedidos de mercê feitos pelos principais, o importante é a percepção que as lideranças indígenas possuíam da possibilidade quanto à participação na intrincada cultura política em questão. Tajaibuna tinha a exata dimensão da distinção que representava o hábito de Cristo, tanto para sua posição em relação aos índios de sua aldeia, como em relação às autoridades coloniais. O pedido do principal demonstra, claramente, o quanto as lideranças indígenas valorizavam os símbolos de poder ibéricos, e como o Governo português, ao perceber tal fascínio, utilizava-se desse ardil – o de conceder vestidos e ornamentos sem a vinculação real às ordens militares –, para animá-los ao serviço da coroa. Nas palavras de Almir Diniz de Carvalho Júnior:

> A importância simbólica dos "vestidos" era enorme para esses personagens entre dois mundos. A coroa tinha consciência deste fato, até porque para o velho mundo as vestimentas também significavam ícones de prestígio.[7]

[6] JÚNIOR, Almir Diniz de Carvalho. *Índios Cristãos:* a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769), Campinas: Tese de Doutorado, 2005. p. 215-217.
[7] JÚNIOR, Almir Diniz de Carvalho. *Índios Cristãos*, op. cit., p. 222.

A partir da perspectiva político-cultural do Antigo Regime, que se estende aos trópicos principalmente pela noção de pertencimento vivenciada pelos súditos ultramarinos, onde a exterioridade, marcada principalmente pela indumentária, era extremamente valorizada por ser sinal de distinção entre as pessoas, não é de se estranhar o comportamento das lideranças indígenas no que tange as suas representações ao rei. É importante ressaltar que, além do título de cavaleiro da Ordem de Cristo e a respectiva tença, o principal também requeria uma indumentária capaz de marcar sua distinção "como *um ornamento para que se pudesse celebrar o 'santo sacrifício da missa', um sino e umas charamelas"*. Também, no mesmo sentido, vale destacar a concessão a mais que foi feita *Somou-se a estes dois vestidos "de algum pano vermelho, para ele, e para seu Pai, com todos os adereços costumados de espada, chapéu e meias*, revelando-nos a agudeza de espírito do conselheiro ultramarino que sabia da importância atribuída às vestimentas como apanágio que diferenciava as pessoas, mesmo aquelas que estavam no outro lado do Atlântico.

PRINCIPAIS E OS ÍNDIOS NA COLÔNIA: NOVAS FUNÇÕES, PRIVILÉGIOS E HIERARQUIAS

Já mencionamos anteriormente que a principal função das lideranças indígenas era a de ser intermediária entre o mundo indígena e o mundo europeu, principalmente no tocante à manutenção da ordem social. Esse processo de enobrecimento, que trazia consigo novas funções e privilégios, era interessante para o Governo português que tinha como objetivo precípuo estabelecer sua hegemonia política no território ultramarino.

O posto de chefia da aldeia, que na tradição tupi caberia a quem conquistasse a confiança do grupo para exercê-lo não sendo necessariamente transmitido de pai para filho, passava a ser hereditário, provido pelo governador e às vezes remunerado, demonstrando uma alteração significativa na ordem social indígena, que se conformava à nova ordem colonial que estava sendo engendrada. O capitão-mor de um aldeamento colonial, deveria provir de uma linhagem direta a um ascendente enobrecido, que por seus feitos fora reconhecido e agraciado pelas autoridades coloniais. Regina Celestino afirma que os chefes faziam questão de referir-se ao nobre ascendente:

> Identificavam-se pelo nome de batismo, pela aldeia na qual habitavam, demonstrando consciência de sua posição de índios aldeados, da importância do cargo ocupado e, sobretudo, do prestígio do seu antecessor. A consciência dos índios e suas lideranças sobre o papel na colônia, o uso que fizeram disso e as possibilidades de reconstrução de suas histórias e identidades como índios aldeados revelam-se em suas argumentações nos inúmeros documentos encaminhados às autoridades para resolver conflitos em torno de suas aldeias, ou para solicitar benefícios individuais (...) condizentes à função que exerciam.[8]

Na função de capitão-mor, cujo cargo nem sempre era remunerado, os principais buscavam, por meio de recursos jurídicos, obter soldos que consideravam justos para o exercício de suas funções. O requerimento de soldo vinha acompanhado das mais variadas justificativas, tais como: necessidades de ordem pessoal, atendimento à Igreja, melhor serviço ao rei, isonomia em relação a outros capitães-mores que recebiam ajuda de custo, etc.[9] Além da função de capitão-mor, exercida pelo principal, havia outros cargos de menor importância distribuídos, por este, nos aldeamentos.

Os principais, entre as novas funções que adquiriram, podiam repartir os índios para o trabalho e puni-los, quando fosse necessário. Tais prerrogativas, que se pensadas sob a ótica de intermediação e de

[8] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Retratos do Império*, op. cit., p. 20.
[9] Idem. p. 21.

controle social, é bem coerente, revela-nos uma mudança significativa na tradição tupi, em que os chefes não tinham poder de coação.[10]

Em termos econômicos, verificamos a possibilidade de acumulação, ainda que em menor escala, referentes às atividades produtivas. É mais uma vez Regina Celestino que nos informa:

> Entre os 327 nomes dos chefes de famílias, dos quais constam algumas mulheres, em geral, viúvas, há oito oficiais: um capitão-mor, dois capitães, um sargento-mor, dois alferes e dois ajudantes. Destes dois eram possuidores de escravos e algum gado: o capitão Miguel Soares Martins, dotado de alguma fortuna e instruído, tinha duas escravas, dois cavalos e um rendimento anual de 21 alqueires de farinha e duas arrobas de anil; o ajudante Domingos dos Santos Ferreira era possuidor de duas escravas, dois bois, quatro vacas, dois cavalos e rendimento anual de 20 alqueires de farinha e uma arroba de anil.(...) é instigante observar que Inácio Pereira da Costa, Severino da Silva e Luiz Ribeiro, todos índios comuns, isto é, sem postos nem títulos, tinham dois bois, o primeiro, e um cavalo, os dois últimos.[11]

Outros privilégios outorgados aos principais eram o de não serem incluídos nos trabalhos, assim como o direito de possuir índios que trabalhassem para si. Nesse sentido, é importante mencionar a decisão do Diretório para a Amazônia no século XVIII:

> (...) aquelas honras competentes à graduação de seus postos, se reduzissem ao abatimento de se precisarem ir pessoalmente à extração das drogas do sertão; poderão os ditos Principais mandar nas canoas, que forem ao dito negócio, seis índios por sua conta, não havendo mais que dois principais na povoação; e excedendo este número, poderão mandar até quatro índios cada um; e os mais oficiais dois; os quais devem ser extraídos do número da repartição do povo, ficando os sobreditos oficiais com a obrigação de lhes satisfazerem os seus salários na forma das reais ordens de sua majestade.[12]

Ao que parece a maioria dos principais da Amazônia, no entanto, devia usufruir pouco de seus privilégios econômicos, pois os mapas de população e rendimentos da região mostravam que sua situação era muito parecida com a dos demais índios: sua produção não passava da mandioca, não tinham índios a seu serviço, nem tampouco os mandavam ao sertão. A historiadora Regina Celestino aponta para isso razões culturais para o aparente desinteresse dos privilégios econômicos.[13]

Do exposto, pode-se afirmar que, a política de enobrecimento das lideranças indígenas com a concessão de privilégios, títulos, e novas funções visava a introduzir hábitos, costumes e valores do mundo cristão-europeu para envolver estes homens na ordem colonial de forma a que conduzissem seus liderados à obediência e disciplina nas aldeias. Os principais, por sua vez, incorporavam esta posição, valorizando e muito os postos que ocupavam, as vestimentas suntuosas e os ofícios que comprovavam seus serviços, demonstrando estarem sintonizados com os símbolos de poder e prestígios no novo mundo em que viviam. Em resumo, segundo o historiador Almir Diniz:

---

[10] Ibidem. p. 22.
[11] Ibidem p. 22.
[12] "Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário" (MOREIRA NETO, Carlos de A. *Índios da Amazônia:* de maioria a minoria (1750-1850). *Rio de Janeiro: Vozes, 1988. &50 p.187.*
[13] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Retratos do Império*, op. cit., p. 23.

> O cargo ou função de principal correspondia naquele contexto a uma multiplicidade de papéis que iam desde aliados militares de grande prestígio nos primeiros anos da conquista, até simples chefes de grupos que não faziam mais do que gerenciar o processo de repartição dos trabalhadores indígenas sob seu comando. Esta suposta "elite indígena" estava mais para intermediários culturais do que aliados políticos. Cumpriam a sua função e defendiam seus interesses e de seu grupo. Usavam estratégias políticas variadas para se fazerem ouvir ou para conseguir benesses. Muitos foram forjados pelas autoridades coloniais, mas somente conseguiam vingar no grupo se, de alguma forma, cumprissem seu papel tradicional de liderança. Não fosse assim, não teriam razão para existir. O jogo era complexo e a nova ordem colonial impunha novos tipos de práticas. Ser principal era constituir-se como fronteira e como ponte entre dois mundos.[14]

Além dos principais, outros índios menos ilustres tiveram a possibilidade de integração à nova ordem colonial, que ocorria mediante o domínio de determinada atividade ou ofício que lhes permitia um destaque, evidentemente não como aquele atribuído às lideranças, através de "alguma vantagem que, na maioria das vezes, significava não serem obrigados a trabalhos pesados, como aqueles destinados aos que não tiveram a sorte de desenvolver determinado talento."[15]

Dentre essas atividades de prestígio, a mais comum era a de ser bom piloto e guia experiente.[16] Também denominados práticos e jacumaíbas – termo originado de uma pá, de que alguns usavam nas suas canoas em lugar de leme, chamadas de jacumá[17] –, tais índios eram imprescindíveis para as viagens pelos rios principalmente no norte da colônia na coleta das drogas do sertão, devido as suas habilidades de localização nas matas, conhecimento dos rios e das técnicas de navegação. O Jesuíta João Daniel afirmava que eles se "vestiam e revestiam de tanto brio, e coragem, que antes se arriscarão a morrer do que a deixar perder as canoas cuja direção tem a seu cargo.[18]

Abaixo dos jacumaíbas estavam os proeiros, cuja função era coordenar o compasso das remadas. Havia uma hierarquia que era respeitada, de tal forma que se morresse algum dos dois pilotos que viajavam na canoa, o que não era incomum, quem lhes sucedia era um dos proeiros, conforme o seu tempo de serviço. Não obstante, "o certo é que apesar do prestígio que o piloto tinha nas viagens das canoas, os remeiros, em contrapartida, sofriam com o ritmo do trabalho e não possuíam qualquer privilégio".[19]

Pilotos, proeiros e remeiros passavam assim a povoar a paisagem colonial como membros daquela nova sociedade que se formava. Compondo as diversas canoas que saíam a busca de drogas do sertão, tais índios retornavam após a expedição para suas missões de origem. Cabe mencionar o fato de que alguns desses índios, principalmente os pilotos, não retornavam por já estarem "praticados" pelos brancos. O historiador Almir Diniz, assim se refere a tal fato: "Pilotos e remeiros, principalmente os primeiros, eram peças fundamentais para a economia da região. Tê-los sempre a mão poderia significar oportunidade única para o empreendimento das canoas. Portanto, ao serem 'praticados' algum retorno deveriam receber por migrarem para as propriedades dos moradores. Praticar, neste caso, era sinônimo de seduzir. De qualquer forma a decisão, muito provavelmente, era deles".[20]

---

[14] JÚNIOR, Almir Diniz de Carvalho, op. cit*., p. 255.*
[15] Idem. p. 237.
[16] Ibidem. p. 237.
[17] DANIEL, João. *Tesouro Descoberto do Rio Amazonas.* Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 95, v. 1 – 2, 1975. p. 253.
[18] Idem p.253.
[19] JÚNIOR, Almir Diniz de Carvalho, op. cit*., p. 239.*
[20] Idem, p. 239.

Como índios cristãos passaram a desenvolver técnicas e aprender ofícios com tanta destreza que a nenhum mestre europeu ficavam a dever. O Jesuíta João Daniel revela – apesar de destacar a preguiça como principal fato desabonador dos índios – que entre eles "existiam grandes pintores, escultores, ferreiros e oficiais de todos os ofícios. (...) A fama destes índios era tamanha que quando alguém queria uma obra feita com primor não chamava a um branco, mas a um índio. Os brancos do mesmo ofício, por sua vez, não se envergonhavam de haverem trabalhando conjuntamente como seus discípulos e oficiais."[21]

Cumpre assinalar que esses índios cristãos, trabalhadores tão hábeis em seus ofícios, passavam a ter valor diferenciado seja para os moradores, seja para os missionários. O Jesuíta João Daniel "reclama da falta de cuidado quando da repartição dos índios para irem nas canoas. Reclama de que muitos dos que eram solicitados, ou mesmo obrigados a ir como remeiros pelos militares, eram índios que tinham algum treinamento. Entre eles, sacristãos e catequistas treinados pelos missionários para ajudar nos ofícios divinos. Portanto, as repartições eram um estorvo para a conversão e, principalmente, para o aumento das aldeias. Nos conselhos que dava aos missionários dizia, no entanto, que não esmorecessem em ensinar aos índios mais hábeis a música e dedicá-los a igreja e ao culto divino, ainda que esta tarefa sofresse prejuízo no momento em que fossem repartidos. De qualquer forma, argumenta o jesuíta, poderiam isentá-los dos tais serviços devido a estes talentos".[22]

Em se tratando, porém, de ofício que era de extrema utilidade para os trabalhos missionários, o de carpinteiro excedia os demais. Os carapinas ou carpinteiros eram também fundamentais para se erigir qualquer edifício na região. Com florestas abundantes e ricas em madeiras, nada mais correto do que tê-los sempre à mão num momento de necessidade. "É certo que estes índios adaptaram sua técnica milenar a exigência dos modelos europeus. Neste campo, assim como em outros, se destacaram dos demais colegas de ofício. Eram requisitados tanto nas missões, quanto nas propriedades dos moradores brancos por óbvia razão. Dificilmente, encontrar-se-ia fazenda ou alguma propriedade de porte sem um ou dois carapinas nelas inseridos."[23]

Finalmente, era na arte da guerra que o índio cumpria a sua mais importante função. É sabido que a guerra para algumas etnias, como a dos tupinambá, era atividade fundamental, e, no mundo colonial, apesar de haver uma mudança no padrão referencial tradicional, a figura do guerreiro manteve-se com toda a honraria que lhe era peculiar. Já fizemos referência à cooptação das lideranças indígenas, que se alimentava desse ardor guerreiro, em função da necessidade que as autoridades coloniais tinham em estabelecer alianças militares para manter a posse das terras ultramarinas em face das ameaças constantes de invasão.

Desta forma, desde os primórdios da colonização, tornou-se fundamental estabelecer postos de comando e de natureza militar entre os índios, que recebiam os ofícios de principal, capitão e sargento-mor. O historiador Almir Diniz afirma que

> As técnicas militares tradicionais desses índios eram muitas vezes mais eficientes que aquelas originadas no velho mundo. Sem o apoio decisivo dos arqueiros indígenas, as tropas portuguesas não teriam conseguido implantar e conservar a sua hegemonia em território amazônico. Por outro lado, o conhecimento dos terrenos, o uso dos mais diversos tipos de venenos, e a estratégia de ataques de guerrilha atordoavam seus inimigos. Nas florestas os estrategistas europeus tinham que se curvar diante do guerreiro indígena.[24]

[21] DANIEL, João. *Tesouro Descoberto do Rio Amazonas,* op. cit., 251.
[22] JÚNIOR, Almir Diniz de Carvalho, op. cit., p. 246.
[23] Idem, p. 247.
[24] Ibidem, p. 248.

Em relação às técnicas de guerra, a mais eficiente sem dúvida era o assalto repentino, comumente hoje chamado de guerrilha. Como os europeus não estavam acostumados, esse tipo de estratégia era muito eficiente. Assim é que "muitas vezes, escondidos entre os arvoredos às margens dos rios atacavam as canoas que tentavam revidar sem sucesso, uma vez que se mantinham camuflados à sombra das árvores e protegidos por seus troncos. Atacavam também seus inimigos tradicionais quando estes estavam em suas festas ou distraídos em suas canoas pelos rios."[25] No entanto, apesar dessa eficiência nas táticas guerreiras, os índios foram subjugados pelo invasor europeu, fato este que se explica pelos conflitos internos já existentes entre os grupos indígenas, os quais os europeus souberam usar de forma eficiente a seu favor, e, principalmente, pelo braço missionário que soube mantê-los sob seu domínio, apesar da contingência na evangelização, seja pelo castigo dos corpos, seja pelo controle das almas que se fazia, evidentemente, pela pedagogia do medo.

Assim é que, depois de estabelecida a hegemonia portuguesa, boa parte das técnicas militares indígenas ficaram a serviço dos brancos. Seus aliados guerreiros, os índios, passaram a compor as tropas nos combates aos inimigos europeus da coroa e, por esse motivo, usufruíram um status diferenciado. Terminados estes conflitos, passaram a cuidar do controle dos índios arredios que não aceitavam o domínio do invasor.

Do exposto, fica claro que o ofício de guerra era o que mais seduzia os índios. O apelo que os portugueses fizeram ao seu ardor guerreiro pode ser considerado, ao lado do trabalho missionário, o instrumento mais eficaz de domínio, pois "embora fugissem das outras tropas destinadas a recolher drogas do sertão, ou escapassem de remar neste tipo de expedição, as que tinham por objetivo castigar ou cativar seus inimigos, antes de serem chamados, se ofereciam."[26] E tal eficácia só se explica pelo alcance que teve também em relação aos meninos sequiosos pela honra e glória de tal atividade, pois os que "ansiavam por um espaço na nova ordem, que não o dos ofícios mecânicos ou de língua e guias, mas de guerreiros e chefes, eram a matéria-prima dos povos cristãos. A eles, os missionários dedicavam cuidado especial, pois significavam o fruto mais completo do seu trabalho de conversão."[27]

LIDERANÇAS INDÍGENAS E LIBERALIDADES RÉGIAS: EXPANSÃO E LIMITES DA JUSTIÇA DISTRIBUTIVA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

A historiadora Luciana Gandelman, em estudo sobre a liberalidade nas relações de poder do Antigo Regime português, faz uma oportuna referência a Damião de Lemos Faria e Castro, em sua obra de política moral e civil endereçada à doutrina e direção dos príncipes – a qual tomamos como ponto de partida para estabelecer o liame entre a liberalidade régia e a metamorfose indígena, no que se refere ao enobrecimento das lideranças ameríndias -, que alertava no ano de 1749: "A força que vence não reina nos corações; a generosidade que obriga, domina nas vontades."[28]

Esse tratadista, tardiamente sem dúvida, ao aconselhar príncipes e reis a se esmerarem em atos de generosidade visava lhes dar uma direção segura para o que na época Moderna era chamado de "bom governo". O bom governo do rei estava diretamente associado à ideia do quanto ele podia ser generoso. A generosidade, por sua vez, não podia ser entendida sem a ideia de obrigação, sendo que os dois elementos se articulavam e faziam parte de um sistema de trocas, que Marcel Mauss identificou como sendo regido pela circulação de bens e serviços ao qual nomeou "sistema de prestações econômicas".[29]

[25] Ibidem, p. 249.
[26] Ibidem, p. 256
[27] Ibidem, p. 257.
[28] SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.), op. cit., p.109.
[29] MUASS, Marcel. *Sociologia e antropologia.* São Paulo: EDUSP, 1974.

Neste sistema, a circulação de bens e serviços era feita através do oferecimento de dádivas. Esse mesmo espírito de dádiva, governado pela concepção dos bens como dádivas divinas e de reciprocidade como princípio regulador da vivência humana em comunidade, também é igualmente identificado por Pedro Cardim em relação aos tratadistas portugueses dos séculos XVI e XVII. Segundo este autor, para esses tratadistas, o princípio fundamental e fim da vida comunitária humana estava na *voluntas* criadora de Deus.[30]

Essa vontade divina criadora da humanidade também o era da vida em comunidade, a qual incluía a posse de bens e serviços. Assim, uma das formas encontradas pelo homem a fim de que pudesse saldar seu débito em relação às dádivas divinas – a vida individual e em comunidade, assim como os bens que circulam –, foi justamente a noção de reciprocidade, que aproximaria as relações humanas da vontade divina. A respeito disso, a historiadora Luciana Galdelman afirma que

> (...) nos tratados analisados por Pedro Cardim podemos verificar o que significava a reciprocidade para os pensadores do Antigo Regime Católico Português. Baseados majoritariamente em Aristóteles, Paulo, Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino, esses tratadistas, tanto leigos, como religiosos, pensavam o homem – partindo da ligação amorosa como Deus – como naturalmente colaborativo e benevolente. Desta colaboração resultava uma visão da humanidade para a qual o bem comum seria uma das principais concepções morais relativas à vida comunitária. (...) A reciprocidade era, portanto, parte importante desse sistema de trocas baseado nas ideias de bem comum, auxílio mútuo e benevolência humana."[31]

Desta forma, se toda a comunidade humana tinha por obrigação ser solidária e benevolente, o que dizer dos reis, cuja liberalidade necessariamente deveria ser descomunal e magnífica. Qualquer monarca, no Antigo Regime, deveria operar dentro desse regime ético baseado no amor, na dádiva e na reciprocidade; deveria ser alguém com capacidade e meios para proceder de forma afetiva na prática do favor, recompensando os serviços prestados por seus vassalos de forma a tornar pública sua gratidão. As qualidades do monarca estavam diretamente associadas à liberalidade e a magnificência, pois eram estas que geravam nos vassalos a vontade de servir ao soberano. Os reis eram obrigados a essas dádivas, uma vez que o seu poder derivava justamente da capacidade de concedê-las e angariar, por meio destas, gratidão e obrigação, caso contrário, a avareza poderia destruir a essência de seu poder e soberania, promovendo o ódio e a falta de apoio dos súditos.

As dádivas, portanto, eram instrumentos do bom governo, na medida em que o dar tornava-se obrigação precípua da realeza, e esse imperativo do dar, liberalidade régia, acabava por criar uma cadeia de obrigações que vinculava ao rei os seus vassalos espalhados tanto em Portugal, quanto nos domínios ultramarinos.

As liberalidades régias, como vimos, acabavam por colocar o rei numa posição de centralidade, que viabilizava-se pelo reconhecimento dos lugares e prerrogativas dos mais diversos grupos de súditos, que haviam conquistado privilégios através da prestação de serviços à coroa. "Em face de todo esse contexto, a governabilidade portuguesa encontrou no estabelecimento de redes imperiais um poderoso mecanismo de constituição das hierarquias sociais, econômicas e políticas através de todo o Império, sendo que cada um dos agentes que integravam as diversas redes, possuíam recursos e obrigações próprias, sendo, portanto, distintos um dos outros integrantes."[32]

É nessa perspectiva, a de considerar a diferença que havia entre os diversos agentes que compunham as redes imperiais do vasto

[30] CARDIM, Pedro. *O poder dos afetos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime.* Tese de Doutorado em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000. p. 14.
[31] SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.), op. cit., p.112.
[32] Idem. P. 79.

Império português, que passamos a considerar as seguintes questões: Quais eram os limites da justiça distributiva real, através da concessão de mercês, em relação às lideranças ameríndias? Poderia o rei agraciar as lideranças indígenas com hábitos de Ordens Militares em detrimento às normas vigentes na época quanto aos defeitos de sangue?

Para respondermos a essas questões devemos, em primeiro lugar, compreender a origem e o motivo da existência dos cavaleiros das Ordens Militares dentro da cultura política do Antigo Regime e, em seguida, considerar os impedimentos legais, isto é, os "defeitos de sangue ou mecânico" para obtenção dos pretendidos hábitos, comendas e tenças das três Ordens Militares: Cristo, Avis e Santiago.

Entre os séculos XVI e XVIII, segundo nos informa Almir Diniz,

> "a Ordem de Cristo era a insígnia mais procurada das ordens militares que estavam sob o controle da Coroa Portuguesa. Em 1551, D. João III, rei de Portugal, conseguiu do Papa a incorporação perpétua das Ordens de Cristo, Avis e Santiago à Coroa Portuguesa. Ao anexar os mestrados destas ordens, D. João III conseguiu para a Coroa recursos políticos e econômicos enormes. No entanto, depois de 1551 os bens e jurisdições das Ordens não mais se confundiam com os da Coroa. O monarca apenas ordenava e estabelecia algo relativo a estas milícias somente como o administrador perpétuo das mesmas. Ao mesmo tempo, os recursos financeiros da Ordem eram oriundos de um tributo pago à mesma. Recompensar os seus servidores foi das mais importantes razões da concessão das ordens militares, em particular a de Cristo".[33]

Originalmente, os cavaleiros das Ordens Militares atuavam como defensores da cristandade e da monarquia. Após a incorporação das três Ordens Militares, a monarquia passou a recorrer ao patrimônio dos três mestrados para "viabilizar a pacificação e centralização política do Reino, além da manutenção do Império frente às ameaças dos infiéis."[34]

Já no Reinado de Dom Manuel, foram criadas novas comendas da Ordem de Cristo que, conforme nos informa Raminelli, "eram uma honra concedida pela monarquia aos leais vassalos que se destacassem nos serviços militares no Norte da África, durante as disputas contra os mouros."[35]

Seguindo essa tendência, "no reinado de Dom Sebastião exigia-se dos requerentes serviços militares individuais, como principal requisito para a concessão de mercês. E a partir da bula de Pio V, em agosto de 1570, para se requerer o hábito de cavaleiro era necessário a comprovação de três anos de serviços militares no Norte da África, enquanto que as comendas seriam providas depois de sete ou nove anos, e isso tudo dependeria da licença régia. Desde então, os reis não mais dependeriam dos antigos cavaleiros para formar exércitos e promover guerras, uma vez que estes, frequentemente, se recusavam a lutar fora da Península Ibérica."[36]

Em 1572, "o regimento responsável por reformar as três Ordens admitia, pela primeira vez, a remuneração de serviços prestados na Índia e nas galés da costa do Algarves – todavia, segundo Fernanda Olival, os serviços na Índia apenas eram aceitos para receber o hábito e não a comenda. Anos depois, em 1577 (...) os serviços em Armadas de alto bordo no Oceano contra turcos, piratas, heréticos e infiéis tornaram-se equivalentes aos feitos realizados na áfrica ou nas galés do Algarves. Assim o breve papal contemplava uma ampla área de atuação e expandia a luta contra os demais infiéis."[37]

Cabe ainda destacar que "embora os serviços na América não contassem para

[33] JÚNIOR, Almir Diniz de Carvalho. op. Cit., p. 246.
[34] A esse respeito ler o artigo de RAMINELLI, Ronald. Honra malograda dos chefes potiguar (1630-1695) 2007.p.3.
[35] Idem. p.2.
[36] Ibidem. p.3.
[37] Ibidem. p.4.

obtenção do hábito, no Regimento de Tomé de Souza (1548), o monarca concedia ao governador o poder de armar cavaleiros, mercê que era o reconhecimento dos bons serviços prestados nos navios das Armadas ou nos campos de batalha."[38]

Do exposto, fica claro então que, em tempos de guerras nas conquistas e consolidação das terras ultramarinas, as comendas e os hábitos das Ordens Militares cumpriam um papel político fundamental para motivar e recompensar os serviços feitos no além-mar, e os novos guerreiros na esperança de alcançar o tão almejado reconhecimento régio, por seus feitos bélicos, engajar-se-iam na expansão no Norte da África e na Índia com o escopo de ascender socialmente a partir do requerimento de privilégios inerentes às Ordens Militares.

O grande interesse por tais hábitos e comendas se justifica pelo fato dos comendadores e cavaleiros terem direito às tenças e a foro privilegiado, caso fossem acusados de algum crime. "Com o foro privilégio de foro eclesiástico, eles eram, inicialmente, julgados pelos juízes dos cavaleiros, mas podiam apelar para Corte de terceira instância. Mesmo depois de condenados pela Mesa de Consciência e Ordens e pelo rei, mestre das Ordens, eles não podiam receber punição pública".[39]

No que diz respeito aos impedimentos legais, é preciso dizer que não era qualquer um que podia alcançar o tão desejado hábito, pois sua concessão dependia de criteriosa investigação para

> (...) determinar se o candidato tinha "defeito de sangue", isto é, se descendia de mouro judeu ou índio, ou se incorria em "defeito mecânico", vale dizer, se era filho ou neto de indivíduo que exercera atividade ou ofício manual, ou se vivera ele próprio de tal mister. Na eventualidade de se confirmar qualquer dessas faltas, o candidato era, em princípio, rejeitado, mas el-rei. Como grão-mestre das ordens, tinha poder para dispensar os defeitos, e o fazia com frequência, salvo o de sangue judaico, que para tanto somente o papa tinha autoridade suficiente."[40]

Ainda nos informa Almir Diniz que

> A partir de 1570 foi vedada a doação destas ordens aos descendentes de judeus, mouros e gentios. Os estatutos de pureza de sangue vigoraram até 1773. Olival pondera que para alcançar um hábito da Ordem de Cristo era demasiado difícil. O rei a concedia quando do casamento dos filhos da nobreza e, como dito acima, também e principalmente em razão de serviços, de natureza militar, política, administrativa e diplomática, prestados à coroa.[41]

Conforme se pode observar, a não ser o sangue judaico que só o papa tinha autoridade para dispensá-lo, o rei tinha o poder de dispensar quaisquer defeitos, e se o fazia frequentemente era porque tinha interesse em estabelecer, como observa o historiador Ronald Raminelli, "uma rede clientelar para defender seu Reino e os domínios ultramarinos."[42]

Convém lembrar, no entanto, que desde a incorporação das Ordens Militares à coroa em 1551, o órgão que administrava estes institutos era a Mesa de Consciência e Ordens. Ainda que o monarca remunerasse os serviços a ele prestados com um hábito, para se sagrar cavaleiro era necessário o aval da Mesa. As habilitações aconteciam através de inquéritos mandados fazer a partir de 1597 nos locais de nascimento do requerente e ainda nas terras em que nasceram seus pais e seus quatro avós. Os inquéritos eram rigorosos. Eram interrogadas as testemunhas que deveriam jurar sob o evangelho. Além disso, todas as despesas eram por conta do candidato à insígnia. Os

[38] Ibidem. p.2.
[39] Ibidem. p.7.
[40] MELLO, Evaldo C. de. *O nome e o sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.23.
[41] JÚNIOR, Almir Diniz de Carvalho, op. cit., p. 246.
[42] RAMINELLI, Ronald. *Honra malograda dos chefes potiguar (1630-1695)*. p. 3.

interrogatórios versavam sobre a pureza de sangue e sobre a limpeza de ofícios do candidato e de todos os seus avós e pais. Era importante ainda que o candidato não tivesse defeito físico e fosse de idade entre 18 e 50 anos. A limitação quanto ao defeito físico referia-se à ideia de que o cavaleiro deveria ser apto a acompanhar o monarca, caso fosse solicitado, em guerras. Assim segundo a historiadora Regina Celestino, "não foram raros os indivíduos de famílias ilustres que tiveram seus pedidos negados por ostentarem, ainda que por antepassados distantes, os famigerados defeitos de sangue ou de trabalho."[43]

Quanto ao fato do requerente ser índio, no entanto, como atestam os vários casos narrados por Evaldo Cabral de Mello, parece que tal defeito de sangue era atenuado pois o "chamado gentilismo, o sangue gentio de uma avó ou bisavô, nunca constituiu obstáculo de monta para o acesso às Ordens Militares, embora a Mesa da Consciência e Ordens se mostrasse intransigente quando se tratava de premiar um índio de quatro costados."[44] Nesse sentido, como afirma Regina Celestino, em graus mais remotos então, como o quinto ou sexto grau, o gentilismo não fazia qualquer impedimento.[45]

Sob essa ótica, então, é possível considerar – sobretudo a partir de meados do século XVII – que se as lideranças indígenas e seus descendentes solicitavam mercês, o faziam na esperança de terem a dispensa, por parte do rei, de seu defeito de sangue, ainda mais se alegassem com provas cabais, que suas representações estavam respaldadas por atos de bravura em campo de batalha, pois tais "serviços de guerra e defesa da terra eram dos mais enobrecedores e muito importantes para a concessão de cargos, títulos, honrosos e dispensas de defeitos de sangue ou mecânico."[46] Sem falar que, como lembrou Schwartz, nos primórdios da colonização, ou melhor, no que ele denominou primeiro estágio de colonização, a discriminação contra os índios e mestiços era menor pela necessidade que se tinha deles e pela raridade da população branca.[47]

DA ARARIBOIA A MARTIM AFONSO: PRÓCER RECOMPENSADO OU CHEFE ENGANADO?

Consideramos de grande relevância avaliar a trajetória de Arariboia, posteriormente batizado com o nome cristão de Martim Afonso de Souza, líder indígena, que se aliou aos portugueses na conquista de Guanabara, contra franceses e tamoios, por ser um caso emblemático. É nossa intenção deslindar sua história, seus respectivos privilégios como principal de sua aldeia e confrontar visões historiográficas divergentes referente a sua efetiva condecoração, em especial, como cavaleiro da Ordem de Cristo, mercê muito almejada pelos mais ilustres súditos do Império português.

A indesejada presença francesa no Rio de Janeiro mediante a fundação da França Antártica, em 1555, representou uma ameaça a ser expurgada. Ameaça aos domínios da coroa portuguesa e, por consequência, à própria afirmação da autoridade real sobre tais terras e também ao domínio espiritual da Igreja católica que, pelo Concílio de Trento, condenara o protestantismo como heresia contumaz. É bom lembrar que além de uma colônia de exploração, a França Antártica adquiriu posteriormente conotação de possível abrigo aos huguenotes – assim eram chamados os protestantes franceses –, principalmente para o Almirante Coligny que os enviou ao Rio de Janeiro em atendimento às solicitações de reforço feitas por Villegagnon.[48]

Diante de tal ameaça era mister que os portugueses fizessem aliança com os

[43] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, op. cit., p. 15.
[44] MELLO, Evaldo C. de. O nome e o sangue, op cit., p.120-121.
[45] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, op. cit., p.16.
[46] Idem. P.16.
[47] SCHWARTZ, S. *Brazilian ethnogenesis: mestiços, mamelucos, and pardos.* In: GRUZINSKI, S. et. al. Lês Nouveaux mondes. Paris: (s.n.), 1996. p. 10.
[48] MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005 p. 107.

nativos, que seriam arregimentados sob o comando dos chefes indígenas. É nesse contexto que se situa a figura de Arariboia, que após ter ajudado os portugueses na expulsão dos franceses no Rio de Janeiro, ali permaneceu como capitão-mor, em atendimento à solicitação de Mem de Sá para garantir a segurança da região, sendo criada, então, a aldeia de São Lourenço, que se tornou baluarte de defesa da recém-fundada cidade. Os primeiros aldeamentos indígenas cristãos do Rio de Janeiro foram criados com objetivo de ter índios como força militar para a defesa do território contra a invasão sobretudo dos franceses e o ataque de índios inimigos. A aldeia de São Lourenço, localizada em área da atual cidade de Niterói, atendia aos interesses militares da colônia, e, por isso, estava localizada em um ponto estratégico da Baía de Guanabara.

Regina Celestino afirma que Arariboia foi agraciado com o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e uma tença de 12 mil réis, tomando por base os vários casos narrados por Evaldo Cabral de Mello, em seu livro *O nome e o sangue*, que apontam para o fato de que o sangue gentio nunca fora empecilho para o acesso às Ordens Militares, ainda mais se considerarmos que nos primórdios da conquista lusa na América os preconceitos contra os índios, em se tratando de enobrecimento das lideranças, eram relativizados, sobretudo, em conjunturas de guerra, em que eram de vital importância para a defesa das terras ultramarinas.[49] A historiadora ainda propõe uma conjectura, referindo-se aos principais Arariboia, Felipe Camarão e Piragiba –, quanto à questão da baixa probabilidade de que qualquer dos três tenha solicitado os ditos títulos, provavelmente outorgados, portanto, por iniciativa das autoridades como meio de enobrecê-los e dar-lhes destaque social na colônia.[50]

Numa visão contrária, a qual concordamos, o historiador Ronald Raminelli sinaliza alguns contratempos que impediriam a efetivação de tais honrarias ao principal, o que não descarta a outorga de outros privilégios como veremos posteriormente.

O primeiro empecilho é justamente a bula papal de 1570 que reafirmava a necessidade de lutar no Norte da África para alcançar as mencionadas mercês. "À época, foram revogadas as dispensas e os direitos a isenções de suplicantes que não apresentassem os serviços militares nos lugares estratégicos."[51] Não obstante ao auxílio primordial dado por Arariboia à defesa da Baía de Guanabara – mesmo se considerarmos os fatos de que o sangue gentio não era empecilho à dispensa régia, e a relativização do preconceito ao ameríndio por se tratar de uma conjuntura de guerra nos primeiros tempos da colonização –, esta, naquele momento, encontrava-se muito distante da área prioritária estabelecida pela coroa, que ainda tinha seu olhar voltado para África e Índia. Vale lembrar que entre os domínios da coroa portuguesa, o Brasil somente ganharia importância a partir dos anos de 1630, devido à ameaça holandesa no Nordeste, e, sobretudo, à decadência mercantil das praças asiáticas àquela altura.

Em segundo lugar, não há registros na Chancelaria da Ordem de Cristo da tão propalada mercê concedida ao referido chefe, o que reforça a hipótese de que Arariboia recebera apenas uma promessa do título, aliás como já constava no Regimento de Tomé de Souza, na qual o rei de Portugal concedia ao governador o poder de armar cavaleiros, sem efetivamente tê-lo recebido.[52]

Por último, e não menos importante, devemos considerar o breve papal expedido em 1577 que, apesar de tornar equivalente aos feitos realizados na África e galés do Algarves os serviços em Armadas de alto bordo no Oceano contra turcos, piratas, heréticos e infiéis, pela data, situava-se bem depois da concessão de mercê feita ao chefe temiminó, além de que a essa altura o conflito com os franceses huguenotes, instalados na França Antártica, já havia perdido seu ímpeto.[53]

[49] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. op. cit. p. 14.
[50] Idem. p. 14.
[51] RAMINELLI, Ronald. *Honra malograda dos chefes potiguar (1630-1695)*. p. 4.
[52] Idem. p.4.
[53] Ibidem. p.4.

Do exposto, contrariando a afirmação do Padre Fernão Cardim, que denominara Arariboia como "comendador de Cristo", e em conformidade à análise feita por Raminelli, consideramos o fato de que Arariboia teria recebido apenas a promessa régia do título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, sem contudo efetivamente desfrutá-la em vida, o que aliás é plenamente compreensível, uma vez que tais promessas tinham o poder de produzir nos vassalos ameríndios o ânimo necessário quanto ao serviço à causa portuguesa nos trópicos. Nesse sentido, o prestigiado chefe temiminó parece ter ficado, literalmente, a ver navios.

No entanto, para além da efetivação ou não da tença e do título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, é inegável que o principal Arariboia passou a desfrutar de certos privilégios inerentes a um valoroso guerreiro, recebendo "patente de capitão-mor de sua aldeia e sesmaria de uma légua de terras sobre a baía e duas para o sertão, situada à margem oposta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro."[54] Além disso, tornou-se proprietário de casas na Rua Direita (atual Primeiro de Março), onde residiam os notáveis da cidade, incluindo o próprio governador.[55]

O prestígio alcançado por Arariboia pode ser melhor observado em dois eventos significativos. O primeiro ocorreu por ocasião de seu casamento que foi realizado com grande pompa, digno dos altos mandatários do Reino, a julgar pela descrição do Padre Gonçalo de Oliveira.

> Ao dia em que o haviam de casar veio ele, com toda a sua potência, da sua aldeia, mui galante, por mar, em seis canoas grandes e bem equipadas de gente luzida, com grande festa. E da cidade saiu o capitão com toda a gente a aguardá-lo ao porto; e daí o trouxe a sé, onde ouviu missa e recebeu o Santíssimo Sacramento da mão do vigário, que o receeu com toda a solenidade.[56]

O segundo evento, narrado por Frei Vicente de Salvador, reveste-se de maior importância por revelar o nível de consciência que ele tinha sobre seu papel como importante chefe na defesa da terra e mediador entre dois mundos culturalmente distintos. Por ocasião do recebimento ao Governador Antonio Salema, Arariboia teria sido advertido quanto a sua descortesia de ter "cavalgado" com uma perna sobre a outra segundo seu costume, o que o levaria a dar a seguinte resposta, "não sem cólera e arrogância"

> Se tu souberas quão cansadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a el-rei não estranharas dar-lhe agora este pequeno descanso; mas já que me achas pouco cortesão, eu me vou para minha aldeia, onde nós não curamos desses pontos e não tornarei mais à tua corte.[57]

Tal resposta revela, sem dúvida, a consciência de seu papel e posição na colônia. O "eu me vou para minha aldeia" deixa claro a distinção da geografia de poder entre ele e o governador, pois "este podia ser reconhecido como superior na colônia, mas em sua aldeia, absolutamente não mandava. Ali, as regras eram outras, e o domínio, com certeza era seu."[58]

Vale lembrar que o prestígio do chefe temiminó estendeu-se a seus familiares permitindo-lhes o controle de aldeias e a nomeação de postos militares, como por exemplo o Capitão Manuel de Souza, que era neto de Arariboia e, por isso, acabou por tornar-se principal da aldeia de São Lourenço.[59] Pode-se daí inferir que a política de enobrecimento das lideranças indígenas se foi, por um lado, uma forma de cooptação por parte do Governo português, indispensável à manutenção dos domínios

[54] Ibidem. p.5.
[55] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, op. cit., p. 14.
[56] Idem. p. 14.
[57] RAMINELLI, Ronald. *Honra malograda dos chefes potiguar (1630-1695)*. p. 5.
[58] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, op. cit., p. 15.
[59] RAMINELLI, Ronald, op. cit., p.5..

ultramarinos, por outro lado, foi uma forma que os principais encontraram para manter sua autoridade em relação aos seus subordinados, consubstanciada a partir dos postos que ocupavam, das vestimentas suntuosas que usavam, dos papéis oficiais que comprovavam seus serviços e cargos, e da possibilidade de perpetuar tais benesses a seus descendentes.

Índios, vassalos do rei, chefes que viveram na fronteira entre os mundos europeu e ameríndio e que, por isso, serviram de elo entre ambos, homens que deram seu sangue e vida pela causa portuguesa, mas que em troca disso buscaram, como uma forma de recompensa pelos serviços prestados, privilégios que os capacitassem a manter suas posições de liderança nos aldeamentos, e, ao mesmo tempo, beneficiarem-se como súditos cristãos, que se tornaram, das mercês régias cujo objetivo principal era animar os vassalos ao serviço da coroa portuguesa para a manutenção de sua hegemonia política e militar nos territórios ultramarinos. Como bem observa Regina Celestino, "as políticas referentes às relações étnicas na colônia construíram-se, pois, na dinâmica das interações entre os vários agentes envolvidos e, neste processo, os índios, sobretudo suas lideranças, desempenharam também importantes papéis que começam a ser valorizados em nossa historiografia. O estudo de suas trajetórias pode descortinar novos horizontes para a história indígena e para a própria história colonial".[60]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES IMPRESSAS

"Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário" (MOREIRA NETO, Carlos de A. *Índios da Amazônia:* de maioria a minoria (1750-1850). Rio de Janeiro: Vozes, 1988. &50 p.187.

DANIEL, João. *Tesouro Descoberto do Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 95, v. 1 – 2, 1975.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas – identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. *Retratos do Império – trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX* / Ronaldo Vainfas, Giorgina Silva dos Santos, Guilherme Pereira dos Santos (orgs.) – Niterói: EdUFF, 2006.

CARDIM, Pedro. *O poder dos afetos:* ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

[60] *ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, op. cit., p. 24.*

JÚNIOR, Almir Diniz de Carvalho. *Índios Cristãos:* a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769), Campinas: Tese de Doutorado, 2005.

MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral. *O nome e o sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MUASS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.

RAMINELLI, Ronald. *Honra malograda dos chefes potiguar* (1630-1695). 2007.

SCHWARTZ, S. *Brazilian ethnogenesis:* mestiços, mamelucos, and pardos. In: GRUZINSKI, S. et. al. Lês Nouveaux mondes. Paris: (s.n.), 1996.

SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas Políticas:* ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

Visões do paraíso: as expedições de Francisco de Orelhana e Pedro Teixeira na Amazônia

Pedro Freitas Jardim de Mattos
É formado em História pela Universidade Cândido Mendes e pós-graduado em História do Brasil pela mesma Universidade. Tem como temática de seus trabalhos a Amazônia e seus povos autóctones.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a análise de duas expedições à floresta amazônica. A primeira foi promovida por Francisco de Orelhana em 1542 e a segunda expedição por Pedro Teixeira em 1639. Baseado nestas duas expedições, queremos confirmar ou não a tese de Sérgio Buarque de Hollanda em *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*, onde ele defendeu um maior pragmatismo por parte dos portugueses, em contraste com um imaginário fantástico espanhol.

PALAVRAS-CHAVE: Francisco de Orelhana, Pedro Teixeira, Amazônia, Sérgio Buarque de Hollanda, mentalidades, imaginário

ABSTRACT

This work have with objective the analises of two expeditions for the Amazon Rainforest. The first expedition has been promoted by Francisco de Orelhana in 1542 and the second expedition by Pedro Teixeira in 1639. Based in this two expeditions we want confirm or not, the thesis of Sérgio Buarque de Hollanda in *"Raízes do Brasil"* and *"Visão do Paraíso"*, where he defended a major pragmatism for part of the portuguese, in contrast with one fantastic spanish imaginary.

KEYWORDS: Francisco Orelhana, Pedro Teixeira, Amazon rainforest, Sérgio Buarque de Hollanda, Mentalites, imaginary

ANTECEDENTES DA EXPEDIÇÃO DE ORELHANA

Para se compreender o imaginário espanhol a respeito da América, é necessário relembrar os antecedentes dos espanhóis, desde a gênese de seu Estado até a véspera do evento estudado, que, no caso, é a expedição de Francisco de Orelhana ao Rio Amazonas.

Entre os princípios de um Estado espanhol e a expedição de Francisco de Orelhana passaram-se apenas 50 anos. A mentalidade espanhola, que acabara de sair de uma cruzada, não se modificou, visto que as guerras de reconquista duravam desde fins do século XII. Os mouros só seriam definitivamente expulsos da península ibérica em janeiro de 1492[1]. A queda de Granada, não dista nem ao menos um ano da descoberta da América em outubro de 1492. Esta proximidade temporal criou uma mentalidade guerreira e catequista entre os espanhóis.

[1] As informações sobre as datas de fim e duração da reconquista vêm de acordo com TESTAS, Guy; TESTAS, Jean. *A Inquisição*. Difel. São Paulo. 1968, p.26-29.

Quando chegaram à América, os espanhóis se confrontaram com dois problemas: a ignorância geográfica, pois para Colombo não havia ali um novo continente, mas sim um prolongamento da Ásia, e a dificuldade de comunicação. Esta, tão grande, que Colombo chegou a especular que os indígenas não sabiam falar por não os compreender. Ele diz:

> Eu, Comprazendo a nosso senhor, levarei daqui, por ocasião da minha partida, seis deles para vossas majestades, para que aprendam a falar.[2]

O primeiro problema seria encerrado por Américo Vespuccio, que denominaria aquelas terras como um novo continente, apesar de este problema seguir no imaginário popular como um problema real[3].

O segundo seria uma constante, pois para cada área nova os espanhóis precisariam de novos tradutores, e de uma versatilidade incrível para aprender novas línguas. Isso tornaria figuras como *La Malinche*[4] e *Felipillo*[5] extremamente importantes, respectivamente, nas conquistas dos astecas e dos incas. Eles traduziam para os espanhóis toda a linguagem indígena e, a partir daquela linguagem, os espanhóis podiam se aproximar do funcionamento daquele universo, mobilizando a conquista e possibilitando alianças ou inimizades[6]. A comunicação com aquele novo mundo foi o principal fator para a conquista dos astecas e incas. Isto porque as elites regionais daqueles Estados falavam suas próprias línguas, no caso dos astecas, o náhuatl, e no caso dos incas o quéchua. Quando os espanhóis decifraram, através de tradutores aqueles idiomas, ganharam superioridade.

Após derrotarem e subjugarem incas, maias e astecas, os espanhóis sob a liderança de Diego Almagro seguiram, em 1536, para o Sul, por ouvirem rumores de que na direção dos territórios araucanos, no atual Chile, havia fantásticos tesouros, mas a expedição não teve o sucesso imaginado e retornou para Cuzco.[7] Até aquele momento, os espanhóis tinham conquistado povos que constituíam Estados[8] (maias, astecas e incas). Em tais Estados, havia uma cadeia de comando bem-definida, sendo possível distinguir as pessoas de status social mais elevado, havia uma hierarquia bem-definida, assentada em uma estrutura de governo previamente estabelecida. Quando Diego Almagro chega ao Chile, encontra estruturas completamente diversas das que havia encontrado antes.

Os mapuches[9] não tinham o ouro e a prata tão cobiçados pelos espanhóis[10], por isso, a conquista efetiva do Chile demorou tanto. Na Amazônia, que pouco depois seria explorada por Gonzalo Pizarro e Francisco de Orelhana, os espanhóis também iriam encontrar adversidades semelhantes. As sociedades amazônicas desconheciam a ourivesaria, metalurgia e não constituíam Estados. Gonzalo atinge o País da Canela, que não era exatamente o que ele pensava (ele

---

[2] Trecho retirado de COLOMBO, Cristovão. *Diários da Descoberta da América*. L&PM. Porto Alegre. 1998, p.47.
[3] Como pode ser percebido em HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Brasiliense. São Paulo. 2000, p.136.
[4] Foi o apelido dado a Doña Mariña, a intérprete de Hernán Cortés.
[5] VALLA, J. Claude. *A civilização dos Incas*. Otto Pierre Editores. Rio de Janeiro, 1978, p.12.
[6] TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América*. Martins Fontes. São Paulo. 2003, p. 144-145.
[7] VALLA, J. Claude. *A civilização dos incas*. Otto Pierre Editores. Rio de Janeiro, 1978. p.272, 273, 276, 277.
[8] Era muito mais fácil para os espanhóis decifrarem sociedades parecidas com as suas do que, obviamente, sociedades distintas. Mesmo na conquista dos maias, quando lidavam com cidades-estados independentes, houve uma resistência mais ferrenha, eles sabiam exatamente onde atacar, pois havia um poder estabelecido e bem definido, como é identificado no trecho a seguir: *Las guerras de la conquista fueron sumamente destructoras. La opulenta ciudad de México o Tenochtitlán fue arrasada por los vencedores. La capital de los Quichés de Guatemala, llamada Utatlán o Gumarcaah, pereció entre lãs llamas junto com sus reyes, y sus habitantes fueron reducidos a la esclavitud* (prefácio de Adrián Recinos em: *Popol Vuh*. Fondo de Cultura Económica. Ciudad del México,1960, p.7.
A significação de Estado segue a definição número 3 contida em JAPIASSÚ, Hilton ; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2006, p.94.
[9] Sinônimo de araucano.
[10] No livro *Descobrimento i conquista de Chile,* o autor compara as terras chilenas encontradas por Almagro, segundo ele: *No habia grandes poblaciones como las del Perú, sino miserables villorrios de a diez casas. Los habitantes de mas adentro eran mui pobres; Vivian em cuevas, andaban vestidos de pellejos de animales, i se alimentaban, no de maíz, sino de raices, yerbas i granos silvestres. En toda la tierra de adelante no sehallaba una punta de oro.*
(AMUNATÉGUI, Miguel Luis. *Descobrimento i conquista de Chile*. Imprenta, Litografia i encuadernación Barcelona. Santigo de Chile. 1913, p.137).

só encontrara poucas árvores de canela). A expedição fracassara e não havia mais comida para as tropas. Gonzalo decidiu mandar o Capitão Francisco de Orelhana, descer o rio em busca de mantimentos, para depois retornar[11]. Orelhana seguiu o curso do rio em busca de mantimentos, e não os encontrando decidiu prosseguir viagem a despeito das ordens de Pizarro. O provável objetivo do capitão era descobrir o lago do *El Dorado*.

A sequência desse trabalho faz um recorte nas crônicas de Carvajal, cronista da expedição de Orelhana. Deve-se ressaltar que o olhar espanhol sobre os indígenas não era exatamente inventivo ou errôneo. Na realidade, os conquistadores observavam nos índios apenas o que queriam ver, e o que para eles era digno de ser escrito. Alteravam a significação daquilo que viam conforme associavam com o seu universo imaginário. A própria significação das crônicas de Carvajal não pode receber crédito como sendo de puras ideias que este tinha do ambiente amazônico. Quando Carvajal passou aquelas informações para o papel, algo se perdeu, e algumas coisas podem ser interpretadas de mais de uma maneira.

Após passarem necessidades por encontrarem um caminho completamente despovoado, os espanhóis reconstruíram seus barcos em uma aldeia e chegaram à terra dos aparia, deste povo, Carvajal escreve:

> O capitão conclamou os índios e disse que não temessem e desembarcassem. Eles concordaram e aproximando-se mostraram em seus semblantes que se alegraram com nossa chegada. Seu senhor desembarcou, e com ele, muitos dos principais servos que o acompanhavam. Pediu licença ao capitão para sentar-se e sentou-se, todos os outros permaneceram de pé; mandou que retirassem grande quantidade de comida das canoas, tanto tartarugas, como peixe-boi e outros peixes, perdizes, gatos e macacos assados.[12]

Após a chegada do senhor dos aparia, seus *principais servos* desembarcam logo atrás dele. Este *senhor* pede a licença a Orelhana, se senta, mas os demais *permaneceram de pé*. Daí pode-se observar uma evidência de que para Carvajal aquele senhor era hierarquicamente superior aos demais dentro daquela sociedade. Também é notado ao final o apreço dos castelhanos à grande quantidade de alimentos que eles carregavam em suas canoas, a estrutura hierarquizada imaginada pelos espanhóis aliada à fartura de alimentos pode indicar que futuramente, talvez, possam os espanhóis achar ouro e prata. Isso se for levado em conta que anteriormente os espanhóis passavam fome, e nesse momento da viagem tem comida em abundância.

Outro fragmento das crônicas indica a riqueza daquelas terras, quando se fala que *Os senhores eram vinte e seis*. Ora, quanto maior o número de senhores submetidos a outro, mais poderoso seria tal senhorio. Neste trecho há um problema, pois Carvajal não identifica se tais senhores são os *principais servos* que acompanham o cacique, ou se seriam outros principais espalhados pelo resto das terras aparia.

Ao que tudo indica, a situação estava melhorando, e logo os espanhóis iriam encontrar terras mais ricas. Chegam a terra dos machiparo, em meio a um combate, um alferes consegue entrar na aldeia destes índios. Seus relatos são escritos por Carvajal:

> Contou-lhe tudo o que havia visto, e como havia grande quantidade de alimentos, como tartarugas que estavam nos pátios e nos tanques, como muita carne, peixe e biscoito, tudo em abundância, tanto que daria para sustentar um batalhão de mil homens durante um ano.[13]

[11] CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana*. SCRITTA EDITORIAL. São Paulo, 1992, p.23.
[12] CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana*. Scritta Editorial. São Paulo. 1992, p.47.
[13] CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana*. Scritta Editorial. São Paulo. 1992, p.57.

Note que ele descreve que os alimentos não só eram encontrados em abundância, como *daria para sustentar um batalhão de mil homens durante um ano*. A situação dos espanhóis é então um crescente de prosperidade. De início passavam fome, depois encontraram uma tribo submetida a um senhor principal que fornece aos espanhóis *grande quantidade de alimento,* após isso encontram os machiparo, que têm alimentos o suficiente em uma de suas aldeias para sustentar um batalhão de mil espanhóis durante um ano.

Em outras terras, não mais a dos machiparo, a imaginação dos espanhóis flui, como descreve Carvajal:

> Navegamos pela região de Omágua mais de cem léguas, finalmente chegamos a outra região chamada Paguana, também muito habitada mais amigável, porque no início de suas terras há uma aldeia de duas léguas de extensão, onde os índios nos esperam em suas casas, sem que fizessem nenhum mal, ao contrário, nos davam o que tinham. Desta aldeia partiam muitos caminhos para o interior, pois o chefe não reside nas Margens do rio. Os índios nos disseram que deveríamos ir até onde estava pois se alegraria muito conosco. O chefe destas terras tem muitas ovelhas, como as do Peru, e é muito rico em prata.[14]

Trata-se de um novo Peru. O fato de que aquele senhor residia no interior, deixava brechas para o imaginário espanhol fluir, afinal, se o chefe morava terra adentro, e era senhor daquele povoado enorme à beira do rio, imagine que riquezas deviam se esconder na terra firme. A descrição de Carvajal simplesmente traduz o desejo dos espanhóis de encontrar um novo Peru, em terras incógnitas.

Depois de muitas referências à antiguidade grega, e ao mito das amazonas, mencionado regularmente em notícias esparsas dadas pelos índios, a expedição finalmente chegou a uma localidade, definida como *domínio das amazonas*. Referindo-se a um combate entre índios e espanhóis, Carvajal diz:

> Quero que saibam a razão porque os índios lutavam dessa maneira. Acontece que eles são súditos e tributários das amazonas e sabendo de nossa vinda, pediram socorro a elas, que mandaram dez ou doze, pois nós a vimos.[15]

A imaginação espanhola, então, supera a especulação e passa para o real, Carvajal afirma: *nós a vimos*. Ora, se eles as viram, elas existem, são reais. O mais curioso é como são descritas por Carvajal:

> Estas mulheres são muito brancas e altas e tem longos cabelos trançados e enrolados na cabeça, são musculosas e andam nuas em pelo, cobrindo sua vergonha com arcos e as flechas nas mãos e lutando como dez índios.[16]

Existiam amazonas brancas em terras americanas? Ora, esse problema pode ser solucionado se olharmos para outro cronista, o Jesuíta João Daniel. Ele descreve que *há algumas nações tão brancas, como os brancos, mas no comum não são como os europeus.*[17] Este Jesuíta que viveu dois séculos após a expedição de Orelhana expõe que o fato de as amazonas serem relatadas como brancas não se deve a um fator racial, mas apenas a coloração da pele. Assim, tais *amazonas* podiam ser brancas, mas não necessariamente caucasianas.

Quanto à definição de que eram realmente amazonas (aquelas da mitologia grega) isto se deve a um aspecto cultural. Segundo Antô-

[14] CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana*. Scritta Editorial. São Paulo. 1992, p. 67.
[15] CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana*. Scritta Editorial. São Paulo. 1992, p.79.
[16] CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana*. Scritta Editorial. São Paulo. 1992, p. 79 e 81.
[17] DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas volume 1*. Contraponto. Rio de Janeiro. 2004, p.264.

nio Porro, o território onde se deu o encontro, situa-se entre o baixo curso do Rio Nhamundá e o Rio Tapajós.[18] Coincidentemente foi no Tapajós, entre um povo homônimo ao rio, que o Padre João Felipe Bettendorff percebeu uma mulher de maior prestígio social.

> Era Maria Moacara princesa, desde seus antepassados, de todos os tapajós, e chamava-se Moacara quer dizer fidalga grande, porque costumam os índios além de seus principais escolher uma mulher de maior nobreza, a qual consultam em tudo como num oráculo, seguindo-o no seu parecer.[19]

A definição aí dada é de uma mulher com poder político. Para a cultura europeia era raro para uma mulher alcançar tal posição. O papel feminino era periférico e destituído de qualquer poder político, excetuando alguns casos (como o de Elisabeth I, da Inglaterra). Uma mulher comandando um Exército era então algo impensável. Quando a expedição de Orelhana viu tais mulheres, associou quase que imediatamente às amazonas. Trata-se então de uma projeção do imaginário cultural europeu. A única explicação que tinham para aquelas guerreiras estava na antiguidade grega: aquelas eram as tais amazonas.

Mais à frente, os espanhóis encontram um índio que se chamava *Couynco*. A partir de um diálogo com Orelhana, este índio revelou que existiam amazonas vivendo em casas de pedra no interior, em numerosas aldeias, interligadas por estradas protegidas. Elas mantinham relações sexuais com seus prisioneiros de guerra que eram libertados se lhes engravidassem, e mortos se não as fecundassem. Se os filhos fossem homens, ou as guerreiras os matavam ou enviavam aos pais, e se nasciam mulheres as criavam. *Couynco* nomeia a rainha daquelas mulheres como *Conhori*.[20] O que não passa despercebido por Antônio Porro que vê semelhanças entre a denominação dada à Rainha *Conhori* e aos índios condoris, que habitavam aqueles arredores.[21]

A EXPEDIÇÃO DE PEDRO TEIXEIRA E O PRAGMATISMO LUSITANO

Portugal realizou sua reconquista antes dos castelhanos, conhecendo uma invejável estabilidade territorial desde o século XIII. Entretanto, o poder real só foi consolidado com Dom João II, após um processo longo de conflitos entre o rei e a nobreza senhorial[22]. Apesar disso, o monarca lusitano era invejavelmente poderoso se comparado com os demais reis europeus naquela época, isto permitiu que o poder real incentivasse a atividade naval lusitana.

Há muito Portugal mantinha intensa atividade pesqueira em sua costa, com objetivo de compensar a baixa produtividade agrícola. Diferente de outras nações da Europa, os lusitanos mantinham suas atividades pesqueiras bem de frente para o Atlântico, tendo que desenvolver novas técnicas de navegação. Incentivados pelo poder real, os lusitanos descobriram as canárias no prematuro ano de 1336, depois chegam à Ilha da Madeira em 1419 e aos Açores em 1427.[23]

A guerra lusitana contra o Islã se prolongou no Norte da África com a tomada de Ceuta, mas os muçulmanos isolaram aquela praça comercial, tornando muito custosa a manutenção daquela cidade[24]. É neste cenário que se inicia a expansão marítima, em direção ao Sul[25] cujo ápice foi a viagem de Vasco da Gama, que inaugurou a Carreira das Índias.

---

[18] PORRO, Antônio. "História indígena do alto e médio Amazonas – séculos XVI a XVIII". In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo. 1992, p. 188 e 189.
[19] BETTENDORFF, João Felipe. Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Ética. Imperatriz. 2008, p.145.
[20] CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana*. Scritta Editorial. São Paulo. 1992, p.85 e 87.
[21] PORRO, Antônio. "História indígena do alto e médio Amazonas – séculos XVI a XVIII". In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo. 1992, p.188.
[22] WHELING, Arno. *Formação do Brasil Colonial*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1999, p.36.
[23] SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Publicações Europa-América. Lisboa. 1979, p.132 e 134.
[24] WHELING, Arno. *Formação do Brasil Colonial*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1999, p.38 e 39.
[25] As Ilhas Atlânticas já haviam sido descobertas, excetuando Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

Além da Carreira das Índias, a África revelou territórios comercialmente lucrativos, como a costa do ouro, que incluiria o que é, hoje, o litoral desde a Costa do Marfim até o Benin[26]. O território africano incitava o imaginário lusitano com reinos maravilhosos como o do *Preste João*[27].

Em 1500, Pedro Álvares Cabral tomou posse da terra Santa Cruz (atual Brasil). Naquela época, o comércio com o Oriente estava no auge, Portugal pouco se interessou pelas novas terras ocidentais. O Governo lusitano estabeleceu feitorias pela atual costa brasileira, mas, devido às constantes ameaças vindas de outras nações europeias, tiveram de ocupar o território. Foi Martim Afonso de Souza o fundador da primeira vila do Brasil. A partir da fundação desta vila é que o território começou a ser povoado pelos lusitanos, muito embora haja relatos de degredados abandonados nestas terras desde a viagem de Cabral[28]. Foram 30 anos que separaram a viagem de Cabral e a primeira vila fundada no Brasil. Só após a reabertura do comércio com as Índias[29], Portugal se viu obrigado a investir no Brasil.

A cobiça francesa de fundar uma colônia na América lusitana[30] foi também um contribuinte para o aumento de investimentos lusitanos naquelas terras. Os portugueses se adaptaram rapidamente à nova terra, adotando costumes indígenas que facilitavam a vida nos trópicos. Foi a aliança com os índios, em especial os de língua tupi, que permitiu a expansão na nova terra.[31]

O vínculo entre lusitanos e indígenas foi tão forte que as línguas francas faladas no Brasil naquela época eram o nheengatu e o tupi, idiomas indígenas. A colonização brasileira então se deu principalmente através de duas ferramentas: a conversão dos indígenas e a aliança com os falantes do tupi[32]. Esta última ferramenta sendo fundamental para a viagem de Pedro Teixeira e a posterior conquista das províncias do Grão-Pará e Rio Negro[33].

A partir da tomada do Forte de São Luís aos franceses[34], e da posterior fundação da cidade de Belém, em 1616[35], estrategicamente localizada na Foz do Amazonas, os lusitanos começaram a povoação da Amazônia em um nítido ambiente de disputas. Entre elas, a já citada disputa com os franceses, além da invasão holandesa, que moveu a luta portuguesa pela restauração, visto que desde 1581[36] Portugal encontrava-se sob tutela castelhana pelo advento da União Ibérica.

A disputa franco-lusitana concedeu aos portugueses o domínio do Maranhão, mas, a partir das invasões dos holandeses, que tentaram a ocupação da Bahia, e efetivamente ocuparam Pernambuco, anexando boa parte do nordeste canavieiro, a situação ficou mais preocupante.

A expedição de Pedro Teixeira se deu em momento mais preocupante ainda, pois, era o auge da Restauração Pernambucana e às vésperas da Restauração Portuguesa. O motivo da expedição de Pedro Teixeira, em primeira estância, era o de conhecer o

[26] PRIORE,Mary Del ; PINTO, Renato Venâncio. *Ancestrais – Uma introdução à História da África Atlântica*. Campus Elvesier. Rio de Janeiro. 2004, p.115.
[27] SALES, Mariana. "O lendário reino do Preste João" In: *História Viva*. nº14, p. 39 a 43.
[28] *Sobre isso acordaram que não era necessário levar a força homens, porque era geral costume dos que assim eram levados à força para alguma parte dizerem que ali há de tudo quanto lhe perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens dentre os degredados que aqui fossem deixados, do que eles dariam se os levassem, por ser gente que ninguém entende.* Ver em CASTRO, Silvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil*. L&PM. Porto Alegre. 2008, p. 100.
[29] Ver SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Publicações Europa-América. Lisboa. 1979, p. 187.
[30] França antártica no Rio de Janeiro e França equinocial no Maranhão.
[31] Ver HOLLANDA, *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo. 1995, p.105.
[32] É controverso se o tupi era um único idioma falado por toda a costa, ou se eram vários dialetos aparentados. Sérgio Buarque defende que era uma só língua (Ver HOLLANDA, *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo. 1995, p.105), enquanto o linguista Greg Urban, por exemplo, defende a ideia de um tronco linguístico, com suas ramificações (Ver em URBAN, Greg. "A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas" In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo. 1992, p. 91-93.
[33] Respectivamente os Estados atuais do Pará e Amazonas.
[34] WHELING, Arno. *Formação do Brasil Colonial*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1999, p.111 e 112.
[35] WHELING, Arno. *Formação do Brasil Colonial*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1999, p.135.
[36] SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Publicações Europa-América. Lisboa. 1979, p.195.

território. O contingente foi recrutado pelo governador do Pará, e levando em conta que a expedição chegou a Quito, no Peru, deve-se cogitar a hipótese de que o principal motivo de tal empreendimento era descobrir o caminho de Belém ao Peru e registrá-lo para futuras viagens. A descoberta deste caminho era uma ameaça ao domínio castelhano no Peru, pois, agora, conhecedores da rota fluvial, os portugueses poderiam navegar até Quito, ameaçando a soberania comercial castelhana.

As razões do empreendimento desta expedição permanecem escusas, mas a polêmica causada pela expedição lusitana por pouco não exigiu uma reação mais enérgica dos castelhanos, que se apressaram para dispensar aqueles forasteiros de Quito, usando de justificativa o perigo holandês que tanto ameaçava o território brasileiro[37].

A viagem de Pedro Teixeira também deixou um grande acervo de informações para as demais expedições que passariam por aquelas paragens, como dados geográficos, populacionais e ambientais. É provavelmente contemporânea a essa expedição a aliança forjada entre os lusitanos e os tupinambá da Ilha de Tupinambarana. Essa aliança impulsionaria uma expansão lusitana na região amazônica, delineando o atual território brasileiro.

Na viagem de retorno para o Pará, é enviado com os lusitanos um padre jesuíta chamado Cristobal de Acuña. Cristobal deixará então suas impressões da viagem no documento intitulado *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas* em que descreveu as populações da região, nativas ou não. Entre as partes mais importantes escritas por Acuña, está a existência de um *Coronel Bento Rodrigues de Oliveira, natural do Brasil e pessoa que, tendo sido criada e vivido sempre entre os nativos, conhecia-lhes o pensamento*[38].

Bento Rodrigues também se adiantava à expedição, como que abrindo caminho para os demais da expedição. A vantagem de um *natural do Brasil* neste contexto é óbvia visto que na maior parte das povoações a língua falada era o nheengatu. Bento Rodrigues era provavelmente um falador do nheengatu, e sua facilidade com esse idioma o tornava um batedor ideal. Além disso, a expedição era de uma grandeza jamais vista:

> ... com quarenta e sete canoas de bom tamanho (embarcações estas que se fará menção mais adiante) e nelas levando setenta soldados portugueses, mil e duzentos índios remadores e guerreiros, que com as mulheres e os moços de serviço, passariam de duas mil pessoas.[39]

Sobre as populações nativas, os relatos são preciosos, nunca deixam de descrever como vivem as populações de maior relevância. O jesuíta se refere aos omágua como povos de *melhor governo que há em todo o rio*, além disso, *andavam todos decentemente vestidos*[40]. Ainda sobre os omágua, Acuña lhes atribui características comerciais dizendo que:

> deles se compravam panos tecidos e bordados, os quais ofereciam com boa vontade ; e quando se tratava de venda de canoas, que são como cavalos velozes em que andam, logo se punham de acordo

Na mesma página ele se refere a uma casta de escravos que *capturam em suas batalhas*, estes escravos seriam tão importantes para os omáguas que *sugerir-lhes que os vendam é coisa a que resistem muito*[41].As notícias do jesuíta não podem ser confirma-

[37] Acuña escreve *que o Capitão-Mor Pedro Teixeira e toda sua ente deveriam voltar em seguida, pelo mesmo caminho, até a cidade do Pará, devendo-lhe ser-lhes fornecido todo necessário a essa viagem, dada a falta que sem dúvida fariam tão bons capitães e soldados naquelas fronteiras, de ordinário tão infestadas pelo inimigo holandês* (ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994, p.63.
[38] ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994, p.60 e 61.
[39] ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994, p.59.
[40] ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994, p.117.
[41] ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994, p.119.

das inteiramente, devido a uma epidemia de varíola que dizimou aquela população[42].

Sobre os tapajós, Acuña escreveu que estes são *gente briosa e temida pelas muitas nações vizinhas*, motivo pelo qual outras etnias e mesmo os lusitanos temiam aqueles índios que usavam *em suas flechas um veneno que as faz, tirando o sangue, tirar sem remédio também a vida*[43]. Nos documentos do jesuíta também é retratado um conflito entre os tapajós e os portugueses. Vencedores os lusitanos escravizaram muitos daqueles indígenas[44].

Os tupinambás de Tupinambarana, povo de grande importância para a expansão lusitana, não deixaram de ser relatados por Acuña. O jesuíta qualificou-os como *gente de grande bravura na guerra*. Acuña também percebeu que como os portugueses eram faladores da *língua geral do Brasil, a mesma que quase todos os demais nativos das conquistas do Maranhão e Pará*[45].

Outras populações retratadas por Acuña são os índios nativos do Rio Negro. O jesuíta comenta que quando se aproximaram deste rio, os portugueses quiseram entrar em seu curso para comerciar com os nativos *acerca dos muitos escravos que possuíam os nativos no interior deste rio*. O relato é verídico como podemos perceber a partir das crônicas de João Daniel:

> O arraial era ordinariamente no Rio Negro, porque nele mais que nos outros havia estas bárbaras nações que comiam umas às outras: mas daqui discorriam pelo Amazonas, e mais rios, e quantos achavam conduziam ao arraial para serem examinados. [...] Do referido arraial saíam os brancos a contratar com os régulos daquelas nações bem escoltados [...] e a troco de um, ou dous [dois] machados, algumas facas, bolórios, e semelhantes cousas lhes entregavam aqueles tapuias encurralados[46]

Em uma análise crítica, podemos observar que os relatos contidos nos escritos de Acuña são bastante lúcidos. Em todos os casos, excetuando o dos omágua e tapajós[47] podemos confirmar a veracidade dos fatos graças a documentações ou eventos históricos posteriores. Mesmo entre omáguas e tapajós, cuja veracidade dos fatos não podem ser confirmadas devido à posteriores crises sofridas nestas sociedades, suas existências não podem ser questionadas, e nenhum relato mencionado por Acuña em seus documentos parece absurdo, exceto um. Segundo o jesuíta, após passarem pelo território omágua, *permaneceram sob frio tão forte* que mesmo os *nascidos e criados nas zonas mais frias da Espanha* teriam que se agasalhar[48]. Acuña atribui o frio a uma serra, ao Sul, onde nevava, e se podia plantar trigo. Esse relato é no mínimo bizarro, dado que a expedição estava no meio de uma floresta tropical. Uma possibilidade para esta questionável informação dada está no temor que tinham portugueses e espanhóis de uma invasão holandesa. Uma área para plantar trigo seria um incentivo para a colonização da região, e afastaria o perigo holandês.

De forma geral, as questões abordadas por Acuña se remetem ao contexto político vivido pela região amazônica. Os indígenas eram sempre analisados como possíveis aliados, ou possíveis inimigos, o objetivo claro de Acuña em sua expedição era de descrever os grupos humanos daquele território. Apesar de pouco mencionados, os holandeses são retratados como uma ameaça,

[42] Com base nas informações contidas em PORRO, Antônio. *O povo das águas – ensaios de etno-história amazônica*. Vozes. Rio de Janeiro. 1995, p.79 e 80.
[43] ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994, p.157.
[44] ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994, p.158-160.
[45] ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994, p.148.
[46] DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas volume 1*. Contraponto. Rio de Janeiro. 2004.
[47] No caso dos tapajós, o conflito latente com os portugueses também desestruturou suas sociedades, no entanto em livros como o DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas volume 1*. Contraponto. Rio de Janeiro. 2004 e em BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Ética. Imperatriz. 2008, pode-se observar a permanência de ritos funerários entre os indígenas.
[48] ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994, p.121.

tanto no vale amazônico[49], quanto na recém-invadida região das Guianas[50].

Às vésperas da restauração portuguesa, que ocorreria em 1641, os lusitanos e luso-brasileiros não eram vistos como inimigos pelos espanhóis, apesar dos castelhanos manterem uma sensação de latente desconfiança.

DA EXPERIÊNCIA LUSITANA E ESPANHOLA

Para os portugueses a experiência era *madre de todas as coisas*[51], ou seja, à medida que avançavam em suas navegações, iam descobrindo que muito do que pensavam não ser real o era. Isto se deve a uma prematura e difusa expansão marítima lusitana, iniciada com as descobertas atlânticas e a conquista de Ceuta.

O caso espanhol é mais problemático, por Castela e Aragão terem iniciado tardiamente sua expansão marítima em relação aos lusitanos, e de maneira localizada, (exclusivamente nas Américas). Com isso a experiência espanhola ficou bastante limitada. O próprio contexto em que se deu a descoberta das Américas, no mesmo ano da queda de Granada, aflorou entre os espanhóis um forte sentimento de estranheza e intolerância em relação ao outro, e esse sentimento se manifestou posteriormente nas Américas.

Os lusitanos tinham como objetivo a evangelização do gentio, mas a expansão comercial também tinha forte importância na política lusitana. Grandes exemplos disso foram a tomada de Ceuta (importante praça comercial muçulmana) e a chegada de Vasco da Gama às Índias. Desta maneira, o Império ultramarino lusitano, pragmático, seguiu focado no comércio e na evangelização.[52] Os espanhóis em contraposto, belicosos e expansionistas da fé, enveredavam-se por um imaginário que se remetia às fantasias medievais, e que procurava explicar as coisas através da teologia, ou se remetendo aos mitos da antiguidade clássica, gregos e romanos. O Reino de Granada é destruído, e, de igual maneira, os deuses indígenas são enxergados como demônios. Na própria Espanha, a inquisição tortura e mata centenas de judeus, ciganos e muçulmanos.

Remetendo-nos à carta de Pero Vaz de Caminha e comparando-a com os diários de navegação de Colombo, percebe-se claramente que Caminha procurou fazer referência ao que viu enquanto Colombo está sempre se antecipando, criando alegorias e mitos em suas narrativas.[53] Caminha, mesmo no momento em que pensa que os índios falavam de ouro ou prata, jamais escreve nada que afirme aquilo, ele apenas especula que pode haver ouro e prata.[54] A carta de Caminha, e o diário de viagem de Colombo, os primeiros documentos escritos na América portuguesa e na América espanhola[55] revelam as diferenças de pensamento entre estes dois povos. Os lusitanos seriam mais cautelosos e pragmáticos, enquanto os espanhóis mais aventureiros e fantasiosos.

Enquanto na América portuguesa o padre Antônio Vieira era falador de línguas indígenas, recorria a práticas pouco comuns para a evangelização dos índios, como autos teatrais,[56] e comparava os naturais da terra com a murta[57], o espanhol Bartolomé de Las Casas desconhecia línguas indígenas e comparava os índios com uma folha de papel em branco[58]. Apesar da comparação feita entre Las Casas e Vieira, deve-se levar em

[49] ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994, p.121.
[50] ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994, p.135 e 136.
[51] Comentado por Sérgio Buarque de Hollanda em vários trechos de HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. Brasiliense. São Paulo. 2000.
[52] SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Publicações Europa-América. Lisboa. 1979, p.132.
[53] Ambos são mencionados em HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Brasiliense. São Paulo. 2000(sendo as sereias mencionadas na página 251 e a Ilha de Cipango esparsamente mencionada pelo livro todo). Cipango também é mencionada por diversas vezes em COLOMBO, Cristovão. *Diários da descoberta da América*. L&PM. 1998.
[54] CASTRO, Silvio. *A Carta de Pero Vaz de Caminha – O Descobrimento do Brasil*. L&PM. 2008, p.93.
[55] Documentos europeus, pois os maias já haviam desenvolvido uma escrita própria.
[56] Observação possível graças a repetidas aulas do Professor Ricardo Mariella.
[57] Ibidem.
[58] Versão sobre a natureza indígena proposta pelo dominicano. Ver em HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. Brasiliense. São Paulo. 2000, p.373.

consideração que Vieira pertencia a uma ordem disposta a explorar os territórios de fronteira em busca de uma evangelização[59], em contraposto Las Casas pertencia a uma ordem muito mais urbana conservadora, se comparada com a Companhia de Jesus[60].

Embora a diferença entre as ordens acentue a diferença entre os povos, havia também dominicanos entre os lusitanos, como também havia jesuítas do lado espanhol, mas por a ordem de Santo Inácio de Loyola ter se estabelecido desde o princípio nas colônias portuguesas sempre teve mais influência nestas do que nas colônias espanholas. Os jesuítas só começaram a ter maior influência na vida colonial espanhola em fins do século XVI e princípio do XVII, coincidentemente o mesmo período da expedição de Pedro Teixeira.

Na obra de Sérgio Buarque de Hollanda, dois livros são de extrema importância para se compreender os imaginários português e espanhol: *Visão do paraíso* e *Raízes do Brasil*.

Em *Visão do paraíso*, Sérgio Buarque analisa as mentalidades dos europeus descobridores das Américas através de seus relatos. Naquela concepção de mundo, aquele novo continente: a América, além das outras terras recém-descobertas, não era prevista. Imersos em uma mentalidade medieval, os exploradores daquele continente tentavam explicar aqueles povos, aquelas terras, e, obviamente, aquele continente como um todo.

O livro de Sérgio Buarque lida com as explicações teológicas, mitológicas e algumas vezes um misto entre estas. Recorrem-se às escrituras sagradas para explicar as populações, fauna, flora e paisagens das Américas. Em outros momentos os europeus se remetem a explicações anteriores à bíblia, valendo-se de antigas tradições mitológicas da Europa, das tradições gregas, romanas e nórdicas. Apesar de identificar isto, mesmo neste livro, Sérgio Buarque reconhece que os lusitanos tinham um papel mais pragmático e investigativo que os demais europeus que tentaram colonizar as Américas[61].

Em *Raízes do Brasil*, especificamente no capítulo intitulado *O ladrilhador e o Semeador*, Sérgio Buarque ressalta as diferenças entre os lusitanos e castelhanos. Entre estas diferenças, pode-se notar que enquanto os espanhóis encontraram sociedades urbanas, ouro e estruturas complexamente hierarquizadas, os portugueses encontraram sociedades mais simples. O autor considera que enquanto os espanhóis puderam aproveitar as estruturas deixadas pelas sociedades nativas, muito mais similares às suas, os lusitanos não tiveram a mesma sorte, tendo que criar novas estruturas. No entanto, no mesmo capítulo pode-se dizer que há uma contradição, já que Sérgio Buarque admite que os lusitanos residentes no Brasil tiveram como língua materna o tupi, e que os portugueses só se expandiam em áreas de expansão dos povos falantes do tupi. Ora, se os lusitanos se expandiam em áreas tupis se utilizando do idioma tupi, de alguma forma eles se utilizaram das antigas estruturas locais para criar suas novas estruturas.

É possível que quando Sérgio Buarque de Hollanda comentou sobre as estruturas estabelecidas na América espanhola, e não estabelecidas na América portuguesa, ele estivesse se remetendo às estruturas sociais complexas em que se assentavam estas sociedades, que concentravam alta densidade populacional e um alto grau de hierarquização. Maias, incas e astecas possuíam tais estruturas[62], enquanto no Brasil nenhuma sociedade nativa possuía estruturas sociais com tais magnitudes. Para os espanhóis coube apenas remodelar aqueles Estados nativos de acordo com seus interesses. Enquanto, os portugueses se confrontavam com sociedades diametralmente diversas deles mesmos.

[59] Ver em HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Brasiliense. São Paulo. 2000, p.277.
[60] BOXER, Charles R. *A Igreja militante e a expansão ibérica 1440-1770*. Companhia das Letras. 2007, p.146-148.
[61] Ver em HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Brasiliense. São Paulo. 2000, p.11.
[62] Aqui não se trata de evolucionismo, mas de estruturas sociais mais complexas de fato. As sociedades indígenas brasileiras não chegaram a constituir estruturas sociais tão complexas quanto as "altas culturas"da meso-américa, México e Andes. Nas sociedades indígenas brasileiras as culturas mais complexas foram os recém (re)descobertos cacicados amazônicos. Os cacicados seriam sistemas de chefia centralizada exercidas por um chefe supremo, mas ao contrário de como ocorria em um Estado, não havia um exército permanente ou corpo administrativo (FAUSTO,2005). Neste caso, os Espanhóis de fato encontraram sociedades mais complexas.

O fato de terem tido de criar estruturas completamente novas naquelas terras não significa, portanto, como dito anteriormente, que os lusitanos simplesmente ignoraram as antigas instituições indígenas, muito pelo contrário, como pretendiam instituir novas práticas de governo, alheias às conhecidas pelos indígenas, assimilaram muitos hábitos nativos, possibilitado conquistas e alianças com as tribos da terra.[63] A conquista lusitana na América foi, portanto, extremamente pragmática. Tanto o colonizador civil, quanto o colonizador religioso, se adaptavam parcialmente aos costumes nativos para, assim, depois de inseridos naquela sociedade, cooptá-la.

Na América espanhola, o sistema foi diferente, pelo menos nas regiões mais importantes. No México e no Peru, foi efetuada a conquista para depois se modificar as estruturas, tanto Cortés quanto Pizarro nunca se adaptaram às sociedades nativas, o que houve foi uma conquista militar, e a construção de uma sociedade nova, cujos alicerces eram antigas estruturas estatais. No Caribe, houve uma situação ainda mais grave, pois as sociedades nativas foram sistematicamente extintas para a construção de uma nova ordem colonial.

Quando se pensa na expedição de Orelhana e na obra de Sérgio Buarque, se relaciona facilmente os espanhóis conquistadores com o imaginário fantástico de *Visão do paraíso*, e com a descrição sobre os castelhanos em *Raízes do Brasil*. Apesar de tudo, esse imaginário se encaixa com a explicação dada neste trabalho, onde é dito que o cronista espanhol não mente, na realidade, ele especula da mesma forma que Colombo. Os espanhóis seriam então sucessores da tradição colombiana, uma tradição interpretativa, que tentava decifrar sem ao menos ver o que ocorria. Os espanhóis não compreendiam as línguas nativas, mas, mesmo assim, imaginavam os caminhos terra adentro, especulando sobre terras fantásticas, onde residiam amazonas[64] e o Rei Paguana[65].

Também se pode perceber que os homens descritos por Acuña[66] são os mesmos descritos por Sérgio Buarque em *Caminhos e fronteiras*. Trata-se de um híbrido entre a tradição cristã europeia e as tradições indígenas americanas. Esse homem não é descrito na expedição de Orelhana, mas é repetidas vezes lembrado nas conquistas do Brasil. Ele é como João Ramalho[67] e Jerônimo de Albuquerque[68].

O fato de espanhóis terem constituído seu Império sob os escombros de outros permitiu que as instituições importantes para o domínio daqueles territórios fossem mantidas. No Brasil, os lusitanos encontraram sociedades muito distintas e de frágeis estruturas hierárquicas.

Na realidade, os lusitanos não eram mais pragmáticos que os espanhóis. Tornaram-se graças à necessidade proporcionada pelo ambiente de conquista. Os próprios espanhóis posteriormente tiveram que o ser, em inúmeras situações, como na própria conquista do México. Enquanto os espanhóis conquistaram dois imensos Impérios (Asteca e Inca), os portugueses tiveram que conquistar uma infinidade de pequenas tribos sem estrutura hierárquica e que poderiam mudar de lado e se insubordinar, logo os portugueses não eram naturalmente mais pragmáticos, mas acabaram se fazendo mais pragmáticos devido às circunstâncias.

[63] Ver em HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Companhia das Letras. São Paulo. 2000.
[64] CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana*. SCRITTA EDITORIAL. São Paulo, 1992, p.85 e 87.
[65] CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana*. SCRITTA EDITORIAL. São Paulo, 1992, p.67.
[66] Refiro-me ao mameluco Bento Rodrigues mencionado anteriormente.
[67] HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Companhia das Letras. São Paulo. 1994, p.35.
[68] HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Companhia das Letras. São Paulo. 1994, p.56.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Agir. Rio de Janeiro. 1994.

AMUNATÉGUI, Miguel Luis. *Descobrimento i conquista de Chile*. Imprenta, Litografia i encuadernación Barcelona. Santigo de Chile. 1913.

BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Ética. Imperatriz. 2008.

BOXER, Charles R., *A Igreja militante e a expansão ibérica 1440-1770*. Companhia das Letras. 2007.

CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famosos rio grande descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana*. Scritta Editorial. São Paulo. 1992.

CASAS, Bartolomé de Las. *O Paraíso destruído*. L&PM. Porto Alegre. 2007.

CASTRO, Silvio. *A Carta de Pero Vaz de Caminha – O Descobrimento do Brasil*. L&PM. 2008.

COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*. L&PM. Porto Alegre. 1998.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas volume 1*. Contraponto. Rio de Janeiro. 2004.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. *Cerâmica arqueológica da Amazônia:* vasilhas da coleção tapajônica. FAPESP. São Paulo. 2002.

HECKENBERGER, Michael J. ; KUIKURO, Afukaka; KUIKURO, Urissapa ' Tabata; RUSSEL, J. Christian; SCHMIDT, Morgan; FAUSTO, Carlos; FRANCHETO, Bruna. Amazonia 1492: Prstine Forest or Cultural Parkland? -Science Magazine vol.301.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Brasiliense. São Paulo. 2000.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Companhia das Letras. São Paulo. 1994.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo. 2004.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2006.

MARCILLY, Jean. *A civilização dos astecas*. Otto Pierre Editores. Rio de Janeiro, 1978.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. Vozes. Rio de Janeiro, 2001.

Popol Vuh. Fondo de Cultura Económica. Ciudad del México,1960.

PORRO, Antônio. *História indígena do alto e médio Amazonas – séculos XVI a XVIII*. In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo. 1992.

PORRO, Antônio. *O povo das águas – ensaios de etno-história amazônica*. Vozes. Petrópolis. 1992.

PRIORE, Mary Del ; PINTO, Renato Venâncio. *Ancestrais – Uma introdução à História da África Atlântica*. Campus Elvesier. Rio de Janeiro. 2004.

SALES, Mariana. "O lendário Reino do Prestes João". In: *História Viva* nº14 p.39-43.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Publicações Europa-América. Lisboa. 1979.

TESTAS, Guy; TESTAS, Jean. *A Inquisição*. Difel. São Paulo. 1968.

TODOROV, Tzevan. *A conquista da América*. Martins Fontes. São Paulo. 2003.

URBAN, Greg. "A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas". In: Manuela Carneiro da Cunha (Org.). *História dos índios no Brasil*. Companhia das letras. São Paulo. 1992.

VALLA, J. Claude. *A civilização dos incas*. Otto Pierre Editores. Rio de Janeiro, 1978.

WHELING, Arno. *Formação do Brasil Colonial*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1999.

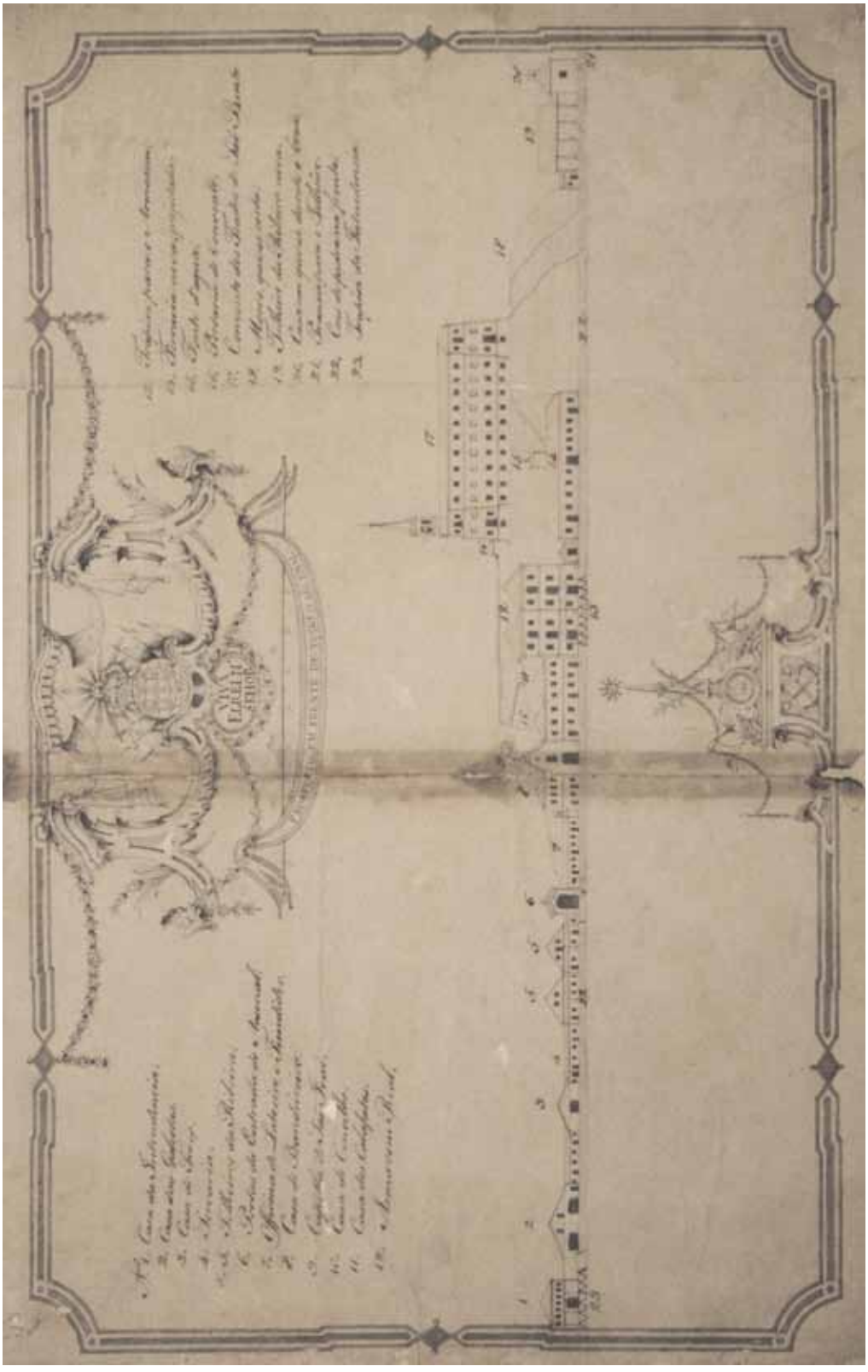
Documento

DOCUMENTO: - Viva El Rei Selur : prospecto em frente de todo o Arcenal.

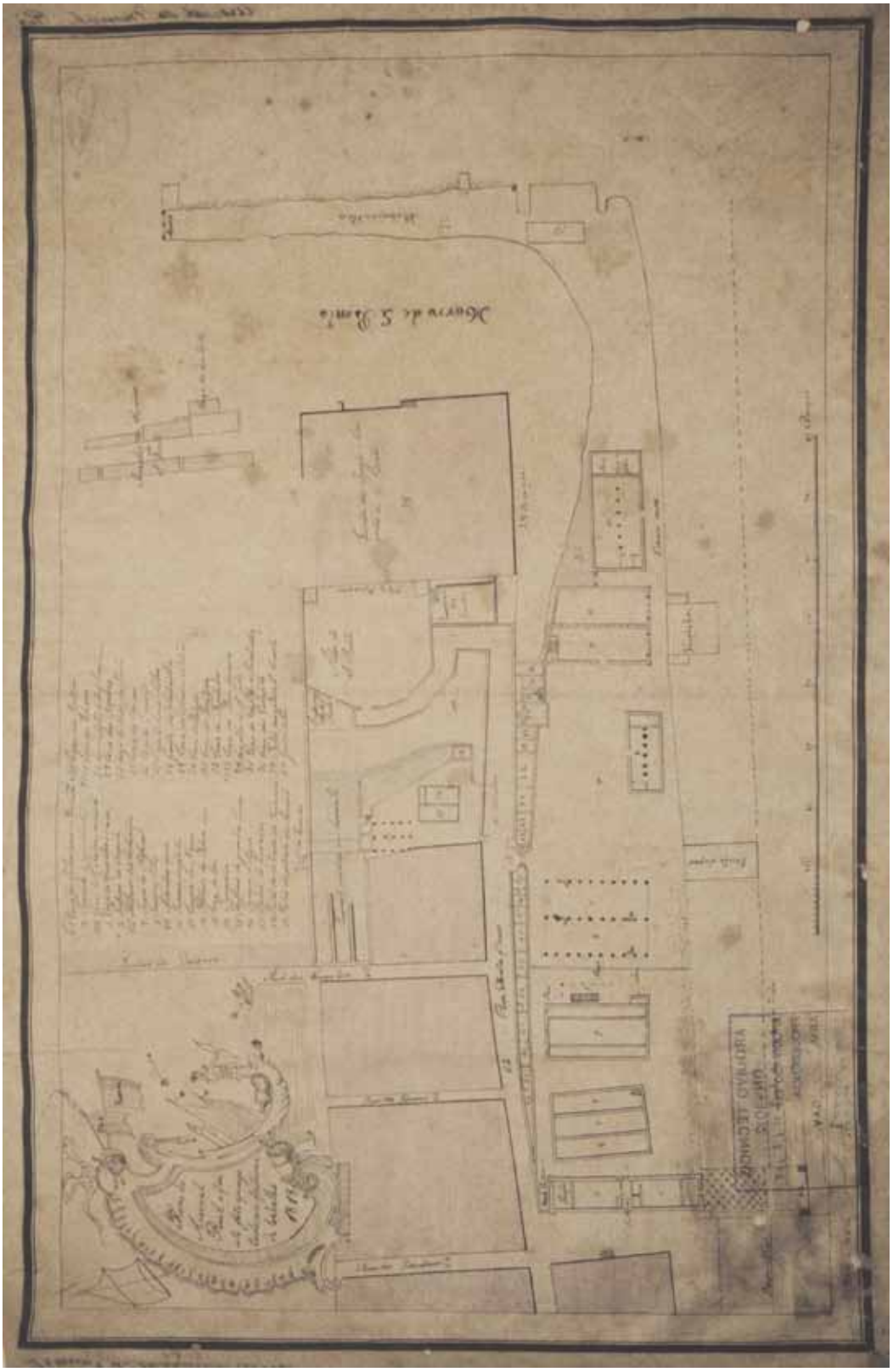
- Plano do Arcenal Real da Marinha do que continha no anno de 1808.

- Vista do plano do Arsenal Real da Marinha e seos edefisios antigos e modernos, de 1819.

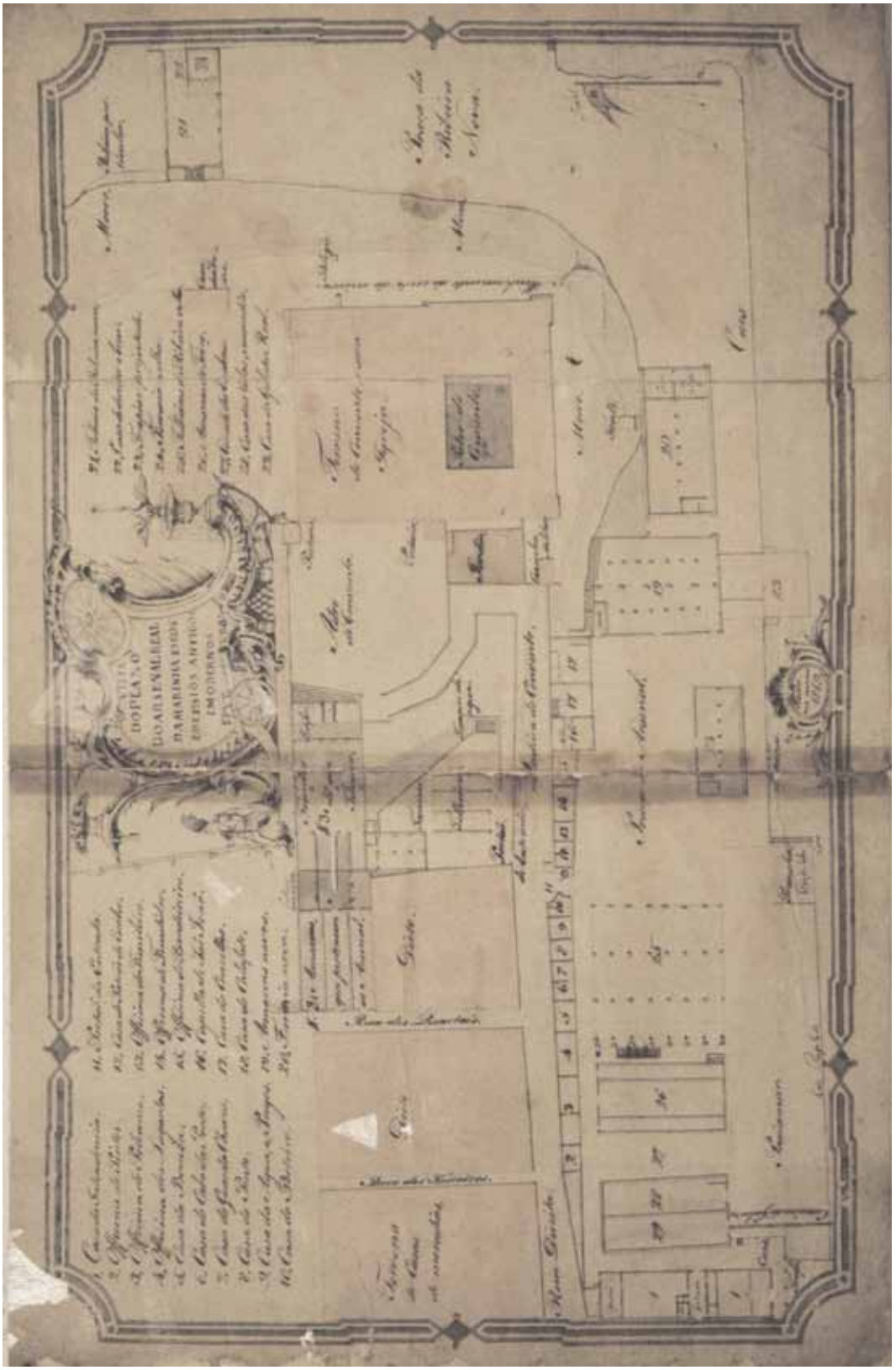
LOCALIZAÇÃO: Biblioteca da Marinha.



Viva El Rei Selur: prospecto em frente de todo o Arcenal



Plano do Arcenal Real da Marinha do que continha no anno de 1808



Vista do plano do Arsenal Real da Marinha e seos edefisios antigos e modernos, de 1819